

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

2016 • Ano 13 • nº 88

ipea

Exemplar do Assinante

A vez do gasto público eficiente



A caminho do segundo ano seguido de contração econômica, o Brasil não tem escolha: precisa tomar decisões para atingir, enfim, o crescimento sustentável. A solução passa pelo debate sobre a Previdência Social e políticas públicas

Nos tempos do II PND

Lançado há quatro décadas, o II Plano Nacional de Desenvolvimento definiu e completou a cadeia industrial brasileira. Mas é objeto de polêmica até hoje

Entrevista: Paulo Mendes da Rocha

O mais importante arquiteto brasileiro em atividade fala dos dilemas da arquitetura, da engenharia e dos atuais problemas urbanos do país

América do Sul

Região tem pouca complementaridade produtiva, mas há potencial para maior integração, aponta uma pesquisa do Ipea em parceria com a Cepal

**Toda mulher traz
dentro de si a força
para chegar onde quiser.
E ela não está sozinha
para enfrentar
a violência.**

DESPERTE PARA ESSA CAUSA.



MULHER, VIVER SEM VIOLÊNCIA

Agredir física ou psicologicamente uma mulher é crime e dá cadeia. As brasileiras vítimas de violência não estão sozinhas. Nosso país inteiro está ao lado delas.

DENUNCIE. É GRATUITO. É SEGURO.



Secretaria de
Políticas para as Mulheres

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

desafios do desenvolvimento

www.desafios.ipea.gov.br

DIRETOR-GERAL João Cláudio Garcia

CONSELHO EDITORIAL André Zuvanov, Antonio Lassance, Bárbara Marguti,
Claudio Amitrano, Elaine Marcial, Estêvão Bastos, Fabiano Pompermayer, Felix
Garcia Lopez, Guilherme de Oliveira Schmitz, Lucas Matton, Maria da Piedade,
Marina Nery, Walter Desiderá

REDAÇÃO

DIRETOR-EXECUTIVO Francisco Alves de Amorim

COORDENADOR DE PESQUISA Gilberto Maringoni

REPÓRTERES Carla Lisboa, Carol Arantes, Gilberto Maringoni

FOTOGRAFIA João Viana, Shio 00, Agência Brasil, Dollar Photo Club

EDITOR DE ARTE/FINALIZAÇÃO Elton Mark

REVISÃO Carla Lisboa

COLABORAÇÃO

Adriana Sandoval-Moreno, Adriana Hernández-García, Jean Mario Pegino de
Paula, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Juliano Medeiros, Rebecca Lima
Albuquerque Maranhão

CARTAS PARA A REDAÇÃO

SBS Quadra 01, Bloco J, Edifício BNDES, sala 1517

CEP 70076-900 — Brasília, DF

desafios@ipea.gov.br

IMPRESSÃO Gráfica e Editora Qualidade

AS OPINIÕES EMITIDAS NESTA PUBLICAÇÃO SÃO DE EXCLUSIVA E
DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DOS AUTORES, NÃO EXPRIMINDO,
NECESSARIAMENTE, O PONTO DE VISTA DO INSTITUTO DE PESQUISA
ECONÔMICA APLICADA (Ipea), OU DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E GESTÃO.

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO DA REVISTA,
DESDE QUE CITADA A FONTE

DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO (ISSN 1806-9363) É UMA PUBLICAÇÃO
DO IPEA PRODUZIDA PELO INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA – IBAP, EM COLABORAÇÃO COM TÉCNICOS DO IPEA



IBAP INSTITUTO BRASILEIRO DE
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEDE: SQUN 104 — Bloco D — Sala 104 — CxP: 70.733-540 — Brasília-DF
Telefax: (61) 3201 6018 — 9972-6018

Carta ao leitor

O tema de capa desta edição intitula-se “A vez do gasto público eficiente”. A reportagem parte do pressuposto de que, ao vislumbrar em 2016 o segundo ano seguido de contração econômica na faixa dos 3%, o Brasil deve empreender esforços para gastar com mais equilíbrio. O ponto central da matéria é a Reforma da Previdência, tema que desperta amplo interesse dos brasileiros – uma população cada vez mais idosa – e que, em breve, passará por uma definição no Congresso. Com pesquisas atuais e decisivas sobre o tema, o **Ipea** tem muito a contribuir para esse debate e para a avaliação e monitoramento de outras políticas públicas que também são citadas na reportagem.

A entrevista principal é com Paulo Mendes da Rocha, o mais premiado arquiteto brasileiro em atividade. Caudatário da chamada escola paulista, Mendes da Rocha denota grande preocupação com o contexto dos projetos arquitetônicos que elaborou e implantou em sua carreira de mais de seis décadas. Na conversa com *Desafios do Desenvolvimento*, ele destaca a necessidade de se repensar o espaço público e os meios de transporte de nossas grandes cidades.

A violência contra a mulher é tema que, nos últimos anos, ganhou justa relevância na agenda nacional. Preconceito, prepotência e machismo formam o caldo de cultura que expõe as mulheres a diversas ordens de constrangimento, por vezes fatais, tanto no plano doméstico como na vida profissional e pública. Nos 10 anos da Lei Maria da Penha, uma reportagem mostra que elas ainda enfrentam muitos obstáculos na tentativa de fazer valer seus direitos – como nos episódios de revitimização protagonizados por agentes públicos.

A pauta internacional traz a questão das incipientes cadeias produtivas sul-americanas. Uma pesquisa do **Ipea**, em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), revela que a região tem um potencial quase inexplorado de complementaridade produtiva.

Na seção “História”, aproveite uma rara oportunidade, na imprensa nacional, de entender o mais ousado projeto econômico e social já delineado no Brasil, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que vigorou entre 1974 e 1979. Por meio de decididas e polêmicas intervenções estatais, o governo da época conseguiu completar a cadeia produtiva brasileira e modernizar a indústria aqui instalada.

O Perfil desta edição foca o ex-deputado Ulysses Guimarães, que completaria 100 anos em outubro. Personalidade de primeira grandeza na luta contra a ditadura, sua trajetória conheceu ponto alto quando dirigiu os trabalhos da Constituinte de 1988, que resultaram na mais avançada e democrática Carta Magna que já tivemos.

A edição se completa com reportagem sobre uma experiência bem-sucedida de coleta de resíduos sólidos no Rio Grande do Sul, nossas tradicionais seções e vários artigos de opinião.

Esperamos que você tenha uma excelente leitura!

João Cláudio Garcia,
diretor-geral da revista *Desafios do Desenvolvimento*

desafios do desenvolvimento

Sumário

- 10 | ENTREVISTA | Paulo Mendes da Rocha**
- 18 | REFORMAS | O desafio de gastar com mais eficiência**
- 30 | VIOLÊNCIA | Lei Maria da Penha enfrenta novos desafios ao completar 10 anos**
- 42 | HISTÓRIA | A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo**
- 58 | INTERNACIONAL | Cadeias produtivas têm potencial na América do Sul**
- 72 | MELHORES PRÁTICAS | A coleta seletiva que traz dignidade, renda e proteção ambiental**

Artigos

- 17 Desencontros das políticas públicas para as infraestruturas brasileiras**
Jean Marlo Pepino de Paula
- 29 Setor agropecuário brasileiro: perspectivas internacionais**
Rebecca Lima Albuquerque Maranhão
José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho
- 41 Corrupção, transparência e participação popular**
Juliano Medeiros
- 57 Desafios das comunidades de pescadores e o papel dos governos na América Latina**
Nidia Pinheiro
Adriana Sandoval-Moreno
Adriana Hernández-García

Seções

- 6 Giro Ipea**
- 8 Giro**
- 64 Perfil**
- 82 Circuito**
- 84 Estante**
- 86 Humanizando o desenvolvimento**



10



18



30



42



72

Agência Brasil



PEDAGOGIA

Educação é a saída para a redução de homicídios

A relação entre qualidade das escolas brasileiras e o número de homicídios nos municípios em que se localizam foi analisada por estudo do **Ipea**.

A pesquisa aponta a educação como fator determinante para a redução dos assassinatos. Um dos principais pontos da análise mostra que a cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos que frequenta a escola, a diminuição na taxa de homicídios é de 2%. Há também uma focalização desses crimes.

Nos 81 municípios estudados, a concentração de homicídios se deu em poucos bairros. O Rio de Janeiro é um exemplo disso: 50% dos homicídios aconteceram em apenas 17 bairros. “Um quarto dos homicídios no país está localizado em 470 bairros”, destacou o autor do estudo, o técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Daniel Cerqueira.

MEIO RURAL

Mulheres atuam para a diminuição da pobreza

Um dos pontos importantes para a discussão sobre a pobreza rural é a questão de gênero. Isso pelo fato de que a participação feminina nas zonas rurais tem sido, nos últimos tempos, fator determinante para uma melhor qualidade de vida para a família. De acordo com Sergei Soares, do **Ipea**, nas áreas urbanas, 10% das mulheres em famílias ricas chefiam a casa. Já entre as pobres, esse número sobe para 20%. Sergei ressaltou também que, entre as famílias agrícolas, a pobreza tende a ser menor nas famílias chefiadas por mulheres. Esse dado foi apresen-



Agência Brasil

tado em seminário realizado pelo **Ipea** e pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (Fida) no qual foram analisados os impactos de políticas públicas para a redução da pobreza rural.

Outro fator apontado como importante para a diminuição da pobreza rural é o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

PERSPECTIVAS

Brasil tem condições de voltar a crescer

Albert Fishlow, um dos maiores especialistas estrangeiros em economia brasileira e professor da Universidade Columbia, nos Estados Unidos, participou, em junho, de uma conversa sobre a atual conjuntura econômica do Brasil com os técnicos de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** e com o representante da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil, Carlos Mussi.

Na opinião de Fishlow, o Brasil precisa ser reconstruído e isso necessitará de um forte planejamento da economia,



Freepik

“algo que foi perdido nos últimos anos”. Nesse sentido, o professor disse que o **Ipea** tem muito a contribuir, mas será preciso recuperar o prestígio e a capacidade de influenciar diretamente na elaboração dos planos econômicos, bem como na organização das políticas econômicas e fiscais. “Embora o Brasil não tenha alcançado a condição de economia desenvolvida, ainda confio que essa transformação poderá acontecer”, afirmou.

Seminário discute políticas de inovação

Quais os desafios e as oportunidades para os governos, locais e estaduais, criarem políticas de negócios em ciências voltadas para a solução de desafios do desenvolvimento local e com potencial de impactar no mercado mundial?

Esse foi um dos questionamentos lançados durante a oficina de trabalho internacional *Creating local prosperity through world-class science based business development*, realizada pelo **Ipea** e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

As análises e os casos de sucesso em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) foram



apresentados pela diretora de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset), do **Ipea**, Fernanda De Negri. No livro *Sistemas Setoriais de Inovação e Infraestrutura de Pesquisa no Brasil*, recentemente editado pela Diset, um dos estudos aponta o sistema de inovação no setor aeronáutico do país como um dos exemplos de sucesso brasileiro. Essa indústria é considerada estratégica por gerar e se apoiar em uma engenharia altamente qualificada, base do processo de desenvolvimento tecnológico e de inovação.

DESENVOLVIMENTO

Ipea debate desenvolvimento regional

A necessidade de o Brasil formular uma política nacional para o desenvolvimento regional levou o **Ipea**, por meio da Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur), a organizar, em Brasília, no início de agosto, a Oficina de Trabalho Elementos para uma Agenda de Estudos e Políticas para o Desenvolvimento Regional Brasileiro.

O evento reuniu diversos especialistas em uma série de apresentações que servirão de base para a formulação de uma política nacional para o setor.

Nos últimos 10 anos, o Brasil passou por intensas mudanças nas



Divulgação

políticas públicas sociais, fortalecimento institucional, relações internacionais, expansão das receitas tributárias, conjuntamente com a capacidade de o Estado levar à frente diversas outras políticas que impactaram o território. “Identificar e propor uma agenda de temas para a compreensão do desenvolvimento regional brasileiro, bem como para a formulação de políticas de desenvolvimento territorial, é o nosso objetivo”, explicou Aristides Monteiro, técnico de Planejamento e Pesquisa e organizador da oficina.



ACERVO

Biblioteca é reinaugurada

Após mais de um ano em reforma, a biblioteca do **Ipea** reabriu suas portas no início de julho. O espaço agora conta com salas coletivas, estantes deslizantes, novo mobiliário, cabines individuais, salas de estudo mais silenciosas e banheiros com acessibilidade a cadeirantes. “Conseguimos modificar toda a parte de instalação e softwares”, destacou a coordenadora, Lúcia Regina Pontes Lemos. A nova estrutura conta com 60 mil títulos disponíveis, com publicações nacionais e estrangeiras, além de software novo de gerenciamento da base de dados. “A preservação de um acervo de uma instituição de pesquisa é importante para que a gente conheça, efetivamente, o histórico do país. Temos aqui pesquisas desenvolvidas há 50 anos sobre o Brasil”, disse Elaine Coutinho Marcial, coordenadora-geral de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento. A biblioteca está aberta durante os dias de semana, das 8h30 até as 17h, tanto para os funcionários do **Ipea** como para o público externo.

APPA



ESTOCAGEM

Brasil aumenta a capacidade de armazenar grãos

No segundo semestre de 2015, a capacidade de estocagem de grãos no país cresceu 3,3%, o que significa aproximadamente 166 milhões de toneladas de cereais armazenadas em 7.918 depósitos. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no primeiro semestre de 2016, apontam ainda o crescimento de 0,8% no número de armazéns ativos; desses, 79,9% são de propriedades privadas e 17,4% pertencem a cooperativas de produtores, enquanto 2,1% estão em terras do governo. Mais da metade desses depósitos é destinada à agropecuária (28,6%) ou presta serviços de armazenagem (28,3%). O grão mais armazenado foi o milho, com 10,1 milhões de toneladas no segundo semestre do ano passado.

CLIMA

Brasil e Argentina estreitam laços ambientais

Ações de enfrentamento às mudanças climáticas são pauta comum entre os governos do Brasil e da Argentina. Os países estão em negociação para definir o papel de cada um em acordo climático que aproximará ainda mais as relações entre essas nações. O ministro do Meio Ambiente do Brasil, Sarney



MMA

Filho, define a Floresta Amazônica como fundamental para as questões da mudança do clima tanto no que se trata dos recursos hídricos como em relação à biodiversidade encontrada nela. Brasil e Argentina pretendem continuar atuando em áreas como a Antártica, a biodiversidade e a proteção dos recursos hídricos.

FAB



TRABALHO HUMANITÁRIO

Força Aérea realiza transporte de órgãos

Em junho deste ano, a Presidência da República publicou o Decreto nº 8.783, que determina a disponibilização de aviões da Força Aérea Brasileira (FAB) para missões específicas do Ministério da Saúde (MS), especialmente as solicitações feitas pela Central Nacional de Transplantes (CNT). O decreto assegura ainda que a FAB mantenha, permanentemente disponível, no mínimo, uma aeronave exclusivamente para essa finalidade. A primeira ação foi o transporte de um órgão humano entre as cidades de Salvador (BA) e Recife (PE).

Antonio Cruz/ABr



MONITORAMENTO

Drones utilizados pela Força Nacional

A Força Nacional de Segurança Pública passou a utilizar drones – dispositivos voadores ativados por controle remoto – para monitorar os complexos penitenciários da região metropolitana de Fortaleza (CE). O uso dessa tecnologia permite que as tropas federais façam, por modo aéreo, o mapeamento de áreas e consigam identificar a movimentação dentro e fora de unidades prisionais. O recurso permitiu que uma fuga fosse evitada e o descobrimento de dois túneis em penitenciárias da região.

Adolescentes estão fumando mais

Enquanto o número de fumantes adultos diminuiu 33,8%, nos últimos 10 anos, a idade de experimentação do cigarro caiu. Dados do Ministério da Saúde mostram que 18,5% (ou 1,8 milhão) dos adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos já experimentaram cigarro. As capitais com maior proporção de jovens fumantes são Campo Grande (26,8%), Porto Alegre (26,5%), Florianópolis (25,1%) e Curitiba (23,4%), e as com menos uso são Natal (14,8%), Teresina (14,6%), Salvador (12,5%) e Aracaju (12,2%). Outro dado mostra que adolescentes



Freepik

que não moram com os pais tiveram maior contato com o tabaco. Meninas estudantes de escolas públicas (5,7%) fumam mais do que as de escolas privadas (3,7%).

No entanto, quando comparado com o ano de 2009, o estudo mostra que houve uma redução nesses números. Naquele ano, a Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PeNSE) mostrou que 24% dos adolescentes de 13 a 15 anos, nas capitais brasileiras, já haviam tido ao menos um contato com o cigarro.

CULTURA

Municípios aderem ao Sistema Nacional

Com o objetivo de aprimorar a gestão cultural, 15 municípios brasileiros aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) criado pelo Ministério da Cultura (MinC) para a gestão compartilhada de políticas públicas de cultura entre a União, estados, municípios e a sociedade civil.

Para fazer parte do sistema, o município ou estado precisa, entre outras coisas, providenciar um órgão gestor de cultura e um conselho de política cultural deliberativo, promover conferências e criar um plano estadual ou municipal de cultura.

O SNC é uma das 53 metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) a serem cumpridas até 2020. Dos 5.570 municípios brasileiros, 2.191 já faziam



parte do SNC, além de todos os estados e o Distrito Federal.

Os mais recentes a aderirem ao sistema são: Arantina (MG), Canelinha (SC), Céu Azul (PR), Cocal do Sul (SC), Dionísio Cerqueira (SC), Dona Eusébia (MG), Figueirópolis D'Oeste (MT), Itaqui (RS), Leoberto Leal (SC), Sampoema (PR), Santa Mariana (PR), Santa Rita de Jacutinga (MG), São João do Arraial (PI), Tabuleiro (MG) e Tanguá (RJ).

Agência Brasil



MEIO AMBIENTE

Práticas sustentáveis na Amazônia

Agricultores, produtores e técnicos rurais da Amazônia e da Mata Atlântica receberão auxílio para reduzir as emissões de carbono e aumentar a sustentabilidade de suas propriedades. O projeto Rural Sustentável, realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) em parceria com o governo do Reino Unido, irá beneficiar 70 municípios e 3,5 mil pequenas e médias propriedades nos estados de Mato Grosso, Pará, Rondônia, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul. O objetivo é auxiliar esses produtores a transformarem suas áreas em unidades demonstrativas de agricultura de baixo carbono, com tecnologias como a integração lavoura-pecuária-floresta, a recuperação de áreas degradadas, o plantio florestal comercial e o manejo sustentável de florestas nativas.

Paulo Mendes da Rocha

“Não existe espaço privado, só existe o público. O único espaço privado é o cérebro humano”

Gilberto Maringoni – São Paulo

O mais importante arquiteto brasileiro em atividade, premiado internacionalmente, fala dos dilemas da arquitetura e da engenharia no difícil momento que o Brasil atravessa. E alerta: “O planeta, por si, não é habitável. Se você abandonar um indivíduo em qualquer lugar da natureza, ele não dura 10 dias. No mar, não dura nada. Nem na floresta. Há tsunamis, vulcões etc. A habitabilidade tem de ser construída pela humanidade”



Desafios – O senhor descende de dois homens que tinham na ideia do espaço público a sua razão de ser. Seu avô dirigiu o serviço de navegação do rio São Francisco e, mais tarde, a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seu pai era engenheiro naval e professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Esse lastro familiar teve alguma influência em sua concepção de arquitetura?

Mendes da Rocha – Deve ter influenciado muito. Meu pai não fazia apologia de nada, mas me fazia ver. Tanto que eu, muito pequeno, conheci, por exemplo, a inauguração do Porto de São Sebastião, nos anos 1930. Do ponto de vista da América, se você imaginar, a navegação interior é toda fluvial, portos, rios e canais. Havia uma iniciativa fantástica. O governo Vargas transformou um pequeno navio estatal de 60, 75 mil toneladas em embarcação de cabotagem. Logo fez daquilo um escritório, botou alguns engenheiros especialistas lá dentro, incluindo aí meu pai, para navegar na costa brasileira, entrar nos pequenos portos e ver os entrepostos de amparo à pesca que deveriam ser feitos. Meu pai me levou nessa viagem. Assisti a coisas incríveis. Passei – 10 dias no mar, frequentei esses portos. E meu pai fazia isso sabendo que estava me educando. Onde estaria o estímulo à educação? Está na confiança de que o homem pode fazer de acordo com projetos e ideais. A engenharia é capaz de realizar desejos humanos de interesse social, de interesse amplo. O confronto das terras com as águas é algo espantoso. Fui compreendendo

PERFIL

Paulo Archias Mendes da Rocha, 87, é, possivelmente, o mais importante arquiteto brasileiro em atividade. Em 2006, recebeu o principal prêmio da arquitetura mundial, o Pritzker. Dez anos depois, foi laureado na Bienal de Veneza com o Leão de Ouro, pelo conjunto de sua obra.

Natural de Vitória (ES), Mendes da Rocha chegou com a família à capital paulista em 1940. Toda sua carreira está estreitamente vinculada à cidade.

Juntamente com João Batista Vilanova Artigas (1915-1985) e outros, compõe o que se denominou de escola paulista de arquitetura, derivada do modernismo e marcada pelo uso do concreto, do aço, e pela busca da integração da obra com o espaço público.

Seus projetos sempre provocaram intensa polêmica pela ousadia de soluções. É o caso da marquise de metal sobre a Praça do Patriarca, da reforma no histórico prédio da Pinacoteca, construído em 1900, ou do Museu Brasileiro da Escultura, todos em São Paulo.

A partir de 1961, tornou-se professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP), atividade que desempenhou até ter seus direitos políticos cassados, em 1969, por força da ditadura militar. Só voltaria às salas de aula 11 anos depois, com a conquista da anistia.

Sua obra é composta por edifícios públicos, residências, mobiliário e reformas que redefiniram projetos de terceiros.

que esse é um trabalho do homem. Hoje, penso a arquitetura como forma de conhecimento. A natureza não é simples paisagem, mas um conjunto de fenômenos que envolve mecânica dos solos, mecânica das águas etc.

Desafios – Moldou-se aí sua visão profissional?

Mendes da Rocha – Abriu os horizontes. Aqui reside a grande dificuldade na vida que é você ter a liberdade de decidir o que fazer. Isso só se faz com

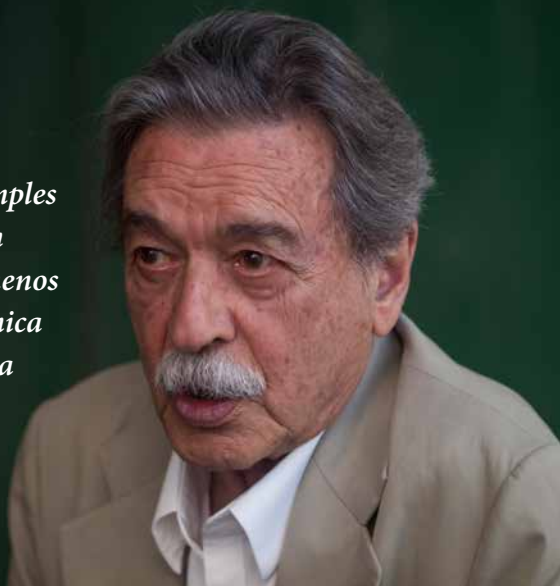
projeto. Qual é a projeção que você faria para desenhar determinada coisa? Para configurar aquilo como uma construção? Ou seja, aprendi também que estamos condenados, o gênero humano, a transformar a ideia em coisa. Ninguém pode saber qual é a sua ideia se você não fizer disso uma coisa. Seja uma colher, uma barragem hidrelétrica, uma dança ou um discurso. O planeta, por si, não é habitável. Você tem de

construir. A natureza, por si, é um desastre, não é? Se você abandonar um indivíduo em qualquer lugar da natureza, ele não dura 10 dias. No mar, não dura nada. Nem na floresta. Há tsunamis, vulcões etc. A habitabilidade do planeta tem de ser construída. O confronto das águas com a terra, em território firme, foi sempre um grande problema porque o desejo – haja Veneza como exemplo! – é estar ali porque os navios chegam. E como fazer? Eis toda a evolução da muralha de cais e da atracação. Antigamente, os navios ficavam fora, tinham de descarregar tudo com escaler. A interlocução da água com a terra foi sempre, para o homem, um problema. Portanto, o confronto da terra com as águas é um lugar de construção por excelência, seja fluvial, seja marítima, da necessidade de desejo de forma explícita, como manifestação da arquitetura. A construção de necessidade de desejos humanos.

Desafios – A chamada escola paulista de arquitetura, que vem do modernismo, parece carregar muito essa articulação entre o projeto com seu meio. No caso da cidade, o meio é o espaço público. A maior parte de seus projetos é feita para espaços públicos. Como o senhor concebe a relação da arquitetura com seu entorno?

Mendes da Rocha – A arquitetura ou um edifício não pode ser um fato isolado. Integra a cidade. Ninguém vive isolado. Então, a cidade tem as suas razões fundamentais e é isso que anima a imaginação do que possa se chamar arquitetura. É claro que você pode concluir, imediatamente, que o arquiteto é um infeliz porque o resultado que está aí é um desastre. É que o resultado que está aí não tem nada que ver com arquitetura.

“Hoje, penso a arquitetura como forma de conhecimento. A natureza não é simples paisagem, mas um conjunto de fenômenos que envolve mecânica dos solos, mecânica das águas etc.”



Desafios – Por quê?

Mendes da Rocha – Porque a ideia da arquitetura não é produzir objetos para o mercado. Não é produzir algo para você vender.

Desafios – O sr. realizou dois projetos extremamente ousados em São Paulo. Um é o da marquise sobre a Praça do Patriarca. Ele está articulado com um lugar histórico da cidade, com algo que já estava lá antes de sua intervenção. E outro é a reforma da Pinacoteca do estado, um prédio histórico de Ramos de Azevedo (1851-1928). São duas interferências em áreas que já têm história. Como o senhor lida com as críticas dos que defendem a manutenção de uma espécie de pureza da concepção original?

Mendes da Rocha – Você falou uma coisa muito interessante, que aquilo já estava lá, ou muita coisa já estava lá. Mas o homem nunca conseguiu fazer nada diante de alguma coisa que não estava lá. É justamente por isso que ele pode pegar uma pedra aqui e outra ali, e fazer outra coisa arrumando aquilo. Tudo é a realização de necessidades, mas, de um modo concomitante

com desejos humanos. No caso, por exemplo, da Praça do Patriarca, onde é muito nítida essa concomitância de necessidades e desejos, não fui eu quem determinou o que tinha de ser feito. Havia uma cobertura, muito deteriorada, da passagem subterrânea da praça para o Vale do Anhangabaú. Ela não existe mais. A praça tinha uma abertura para baixo, que a ligava ao vale. A antiga marquise protegia a caminhada na escada, às vezes, debaixo de chuva. Chamaram-me para refazer a cobertura. Não é um projeto meu. Tudo estava lá, desde a praça, tão antiga, como a passagem para o Vale do Anhangabaú, que tem uma importância enorme como eixo de transporte público etc.

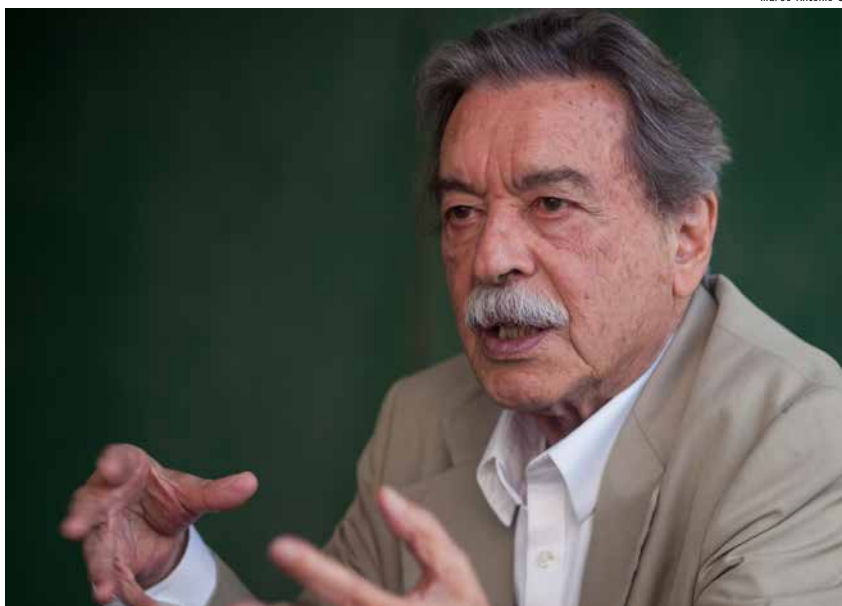
Desafios – Qual era o projeto?

Mendes da Rocha – Ali se tratava de fazer uma cobertura nova. Imaginei que possibilitar a visualização da praça toda seria sempre muito mais interessante do que ficar colocando pilares e

fazer uma tampa de laje etc. Projetei em metal, pois assim se podem fazer coisas levíssimas. Imaginei aquilo mais ou menos como uma asa de avião, aquele vazio, que não pesa nada. São uma, duas, três, quatro, cinco aletas, como nervuras de uma asa, uma capa superior e uma capa inferior, apoiadas em uma suspensão que resulta em dois pilares – os engenheiros avaliam 80 toneladas, ou seja, 40 toneladas em cada parte. As peças são feitas fora. Imagine que é possível transportar em carretas e que uma grua é capaz de se movimentar no local porque transporta tudo de madrugada e não atrapalha o trânsito da cidade. Ou seja, por mais que a obra pareça extraordinária, ela é feita para não ser muito vista. Para o pedestre, a praça está livre.

Desafios – No caso da Pinacoteca, o senhor introduziu o aço em um ícone do neoclassicismo paulista e eliminou uma escadaria. É uma ousadia e tanto, não?

Mendes da Rocha – Troquei o endereço. A porta de entrada mudou de rua. Tive uma emoção em uma ocasião na qual entrei lá na Pinacoteca, talvez até antes de me encomendarem esse projeto. Vi, naqueles pátios, as andorinhas passando de lá para cá com uma liberdade que o traçado daquele negócio, rigidamente montado sobre quatro eixos, dois eixos, não possuía. É uma arquitetura que te obriga a caminhar num percurso que não lhe dá liberdade. Tinham também alargado a avenida em frente e constrangido a entrada da escadaria original. Era incômodo. Havia na outra face duas varandas, chamemos assim, de frente para a Estação da Luz. Era algo simétrico, igual ao que havia nos fundos, voltado para o jardim. Pareceu-me a entrada ideal porque você



“Naquele museu do Rio, você não é capaz de dizer por que diabos o camarada fez um dinossauro de metal. Aquele é o local onde atracavam os navios, principalmente de passageiros. Não é necessário se fazer uma construção que é um verdadeiro navio encalhado”

se abriga logo na varanda e, nas cinco portas que havia, poderia se deixar uma de entrada e transformar duas de cada lado em guichê para venda de bilhetes, guarda-volumes e informações. Estava tudo feito. Por um lado, geralmente, vejo o projeto todo de uma vez só e, depois, ele vai se realizando. Por outro lado, usar a tecnologia do metal também lá faz com que as peças possam ser descarregadas com guas, e desmontadas, muito facilmente, sem você estragar aquilo tudo que estava

lá. Porque a ideia era fazer ver aquele prédio tombado pelo patrimônio. Mas era para se ver também com uma certa visão crítica de que aquilo não deveria estar lá porque aquilo foi construído em 1900. Se você examinar a arquitetura do [holandês Gerrit] Rietveld (1888-1964), na Europa, verificará que ninguém fazia mais aquilo na época. É uma manifestação de atraso você se obrigar a ficar lixando tijolo para fazer pilar circular e realizar uma arquitetura neoclássica, que, na América, não precisava. Acho uma porcaria.

Desafios – Como o senhor avalia uma intervenção como a do Museu do Amanhã, na zona portuária do Rio de Janeiro, uma obra que, aparentemente, não dialoga com a paisagem?

Mendes da Rocha – Naquele museu do Rio você não é capaz de dizer por que diabos o camarada fez aquele dinossauro de metal. Não faz nenhum sentido num lugar em que deveriam aparecer os navios. Aquele é o local no qual atracavam os navios, principalmente de passageiros. Não é necessário se fazer

uma construção que é um verdadeiro navio encalhado. É tudo o que não se deve fazer na frente das águas.

Desafios – O senhor citou o caos em que estão imersas nossas grandes cidades. Elas poderiam ser diferentes?

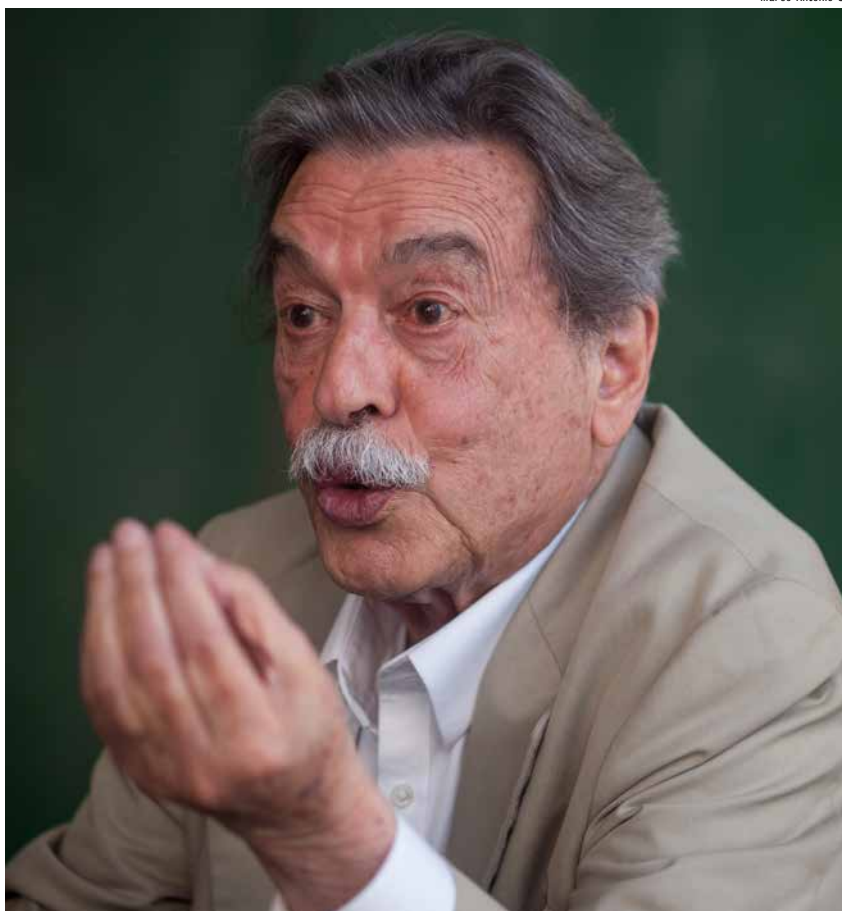
Mendes da Rocha – Temos cidades desenhadas para o mercado, divididas em lotes destinados a casas. Se, em seguida, você tira as casas e transforma aquilo em prédio, na mesma matriz do lote da casinha, é claro que você vai produzir um desastre. Você tem de redesenhar o chão. Você tira quatro casas e faz um prédio de 10 andares. São quarenta onde havia quatro. Sem um transporte público e sem um traçado novo em relação à matriz anterior, você não pode transformar a cidade naquilo que você deseja que ela venha a ser. A arquitetura não foi feita para ser objeto de mercado. Isso não faz sentido.

Desafios – Sim, mas estamos em uma sociedade capitalista em que o mercado regula a maioria das atividades humanas.

Mendes da Rocha – Você não pode vender uma máquina que pesa 700 quilos como transporte individual para um camarada que pesa 60, 70 quilos. Principalmente, se ele é movido a motor a explosão, que contamina tudo. Esse conflito, ou confronto, entre o público e o privado é uma idiotice inventada.

Desafios – Por quê?

Mendes da Rocha – Porque não existe espaço privado. Todo espaço deve ser ligado a um valor, a uma dimensão pública. O único espaço privado que você pode imaginar é o cérebro humano. Mas também se você não publicar o que pensa, ele não existe. Portanto,



do ponto de vista da arquitetura, o conceito de “espaço” pressupõe público. Não existe espaço privado.

Desafios – Sim, mas se eu compro lotes, se me é facultado o poder de comprar um lote...

Mendes da Rocha – Mas não devia ser facultado. Como é que você pode vender um pedaço do planeta, sabendo o que é o planeta hoje? Um pequeno calhau desamparado girando no espaço. E você vai vender um pedaço para alguém? Não faz sentido!

Desafios – Isso é o que a gente pode achar. Mas eu compro um pedaço e, teoricamente, faço o que eu quero. Se quiser construir uma casinha com duas arvorezinhas, eu construo. Se quiser construir um monstrengo de 40 andares, eu

construo. O privado me faculta essa “liberdade”, que é a liberdade de poder acabar com o entorno.

Mendes da Rocha – Não faculta. A engenharia é uma forma de conhecimento complexo. Falta aí o ingrediente ético porque isso não se faz. Se abolirmos a possibilidade de um consenso de grupo, estamos condenados a um desastre enorme.

Desafios – Falo isso por andar em bairros antigos de uma metrópole, de ruazinhas estreitas, onde havia casinhas com 60, 70 anos e hoje há três ou quatro edifícios de 20 andares com 60 famílias. E a circulação do entorno é impossível. O sujeito, para sair de casa e chegar a uma via expressa próxima, demora 40 minutos. Essa liberdade do privado se sobrepor ao público acaba com a cidade como espaço solidário, não?

Mendes da Rocha – Não vejo razão para defender o privado, uma ameaça aos interesses hoje da população e do mundo. Os erros que existem na cidade ou da iniciativa individual em relação ao interesse da sociedade fazem ver que a questão é política. É uma questão que está em discussão. Não é algo dado. Temos de ver o que queremos com isso. Por que diabos você vai fazer isso ou aquilo? E temos que discutir juntos.

Desafios – Com isso tudo, o senhor é otimista com o futuro das cidades, da sociedade, do convívio possível?

Mendes da Rocha – Ouço palavras como otimismo, esperança ou amor. Não entendo nenhuma delas. Acho que não têm mais significado nenhum. Você pode ter projetos, que são formas de esperança. De algum modo, vamos continuar. E é justamente, até certo ponto, essa imprevisibilidade da vida que nos encanta. A única coisa que sei é que temos liberdade e podemos aprender técnicas. Portanto, se você, tecnicamente, sabe fazer isso e não sabe fazer aquilo, ou seja, fritar um bife ou arrumar um pedaço de pau para que ele vire uma colher, um instrumento, você tem que decidir por que razões ou com que cara você vai fazer aquilo. Porque, a rigor, o objetivo de tudo é amparar justamente a imprevisibilidade da vida.

Desafios – O senhor não vê sentido em algumas palavras, mas vê em outras. Qual o sentido da palavra “projeto”?

Mendes da Rocha – A ideia de projeto significa uma projeção na mente, portanto, anterior a algo que você faria. Uma ponte, por exemplo, foi pensada antes de ser construída. Essa



“A arquitetura ou um edifício não pode ser um fato isolado. Integra a cidade. Ninguém vive isolado. Então, a cidade tem as suas razões fundamentais e é isso que anima a imaginação do que possa se chamar arquitetura”

é a ideia de projeto, uma projeção de desejos. Mesmo as piores coisas têm projetos. Portanto, podem ser discutidas. Há um exemplo clássico: a bomba atômica. Com o que se conhece da constituição da matéria, o mundo pode se transformar de uma maneira maravilhosa. Já a bomba é um desastre.

Portanto, projeto é uma ideia muito interessante. Se o fato feito, às vezes, é um desastre, como a bomba, enquanto projeto, antes que se faça, pode ser sempre discutido. Observe que o martelo não tem utilidade nenhuma se você se puser a martelar a torto e a direito. Tem de ter um prego. E, de preferência, o prego tem de ter uma cabeça, com uma ponta aguda. Ou seja, projetamos antes o que queremos fazer na expectativa de ter sucesso. Ora, o sucesso nunca pode ser medido pela vontade individual. O sucesso vem da recepção do outro sobre aquilo. Ou seja, estamos condenados a tentar sempre seduzir o outro com algo que o encante, como é o caso da ponte, por exemplo. 



Desencontros das políticas públicas para as infraestruturas brasileiras

Com a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o país presenciou um aumento significativo dos investimentos em infraestrutura. Os dados da Pesquisa Anual da Indústria da Construção, elaborada pelo IBGE, mostram que entre 2006 e 2012 os investimentos no setor cresceram 131,5%, superando os valores da década de 1990. Com esse resultado, o setor nacional de infraestrutura mostrou sua autonomia ao contrariar o desempenho das maiores firmas de projeto e de construção que atuam no cenário internacional, as quais vivenciaram um período adverso devido à crise e ao desenvolvimento dos mercados locais de construção. Contudo, os frequentes atrasos nas entregas desses ativos evidenciaram fragilidades brasileiras para alcançar os resultados desejados.

O esforço para diversificar a matriz energética esbarrou na falta de linhas de transmissão para conectar usinas recém-construídas ao sistema nacional de energia. Ademais, esse sistema convive com a baixa eficiência das indústrias e residências, o que realimenta a necessidade de investimentos no setor. O Plano Nacional de Logística e Transportes indica aspectos institucionais e tecnológicos importantes para disponibilizar uma infraestrutura de transportes adequada, extrapolando a simples necessidade do país por obras de infraestrutura.

A dificuldade para operar, simultaneamente, as pistas do Aeroporto Internacional de Brasília, por exemplo, mostra que as disponibilidades físicas e tecnológicas estão subutilizadas por questões operacionais. Na esfera metropolitana, a pequena permeabilidade do serviço oferecido pelo Metrô de Salvador em razão da falta de integração com outras regiões também

exemplifica a limitação dos benefícios a que esses investimentos ficam sujeitos.

Sobressai dos exemplos a importância da interdependência nos segmentos de energia, logística e mobilidade para as respectivas políticas públicas alcançarem os objetivos desejados – motivo pelo qual o *timing* de implementação de ações complementares também deve ser considerado para definir prioridades.

Essas e outras intervenções visam a fomentar os desenvolvimentos regional e nacional, que, por sua vez, dependem de outras iniciativas e políticas. Assim, reconhece-se que as infraestruturas não são, por si só, indutoras do desenvolvimento.

A entrega isolada de ativos pode atender às expectativas orçamentárias e à temporalidade de cada governo, mas resulta na limitação dos impactos e na subutilização dos recursos.

Considerar essas interações no desenho das políticas públicas é fator preponderante para uma maior eficiência dos investimentos. Esse é o principal preceito para uma abordagem sistêmica dos “problemas” mais complexos no segmento público dado o maior número e tipos de interações, incorporando aspectos abstratos e subjetivos aos resultados estratégicos.

Tal dificuldade também está presente na esfera operacional das políticas públicas, em que a implementação de obras convive com a precariedade dos projetos de engenharia. Embora pouco exploradas na Lei 8.666/1993 (nas contratações do tipo global), as contratações mais abrangentes de obras públicas ganharam fôlego com o Regime de Contratações Diferenciadas – RCD. Ele permitiu delegar, integralmente ao contratado, a responsabilidade pela interação entre diversos requisitos deste a fase de projeto, passíveis de serem controlados por ele e que impactam diretamente na execução do projeto.

Ao mesmo tempo em que essa inovação reconhece a importância da interdependência de atividades antes contratadas individualmente pelas instituições, direciona os esforços públicos para os estudos preliminares do projeto. Essa fase inicial deve priorizar os requisitos, os resultados e os impactos desejados com determinado investimento, atividades que devem considerar outros tipos de interações pouco valorizadas até então e reconectar as iniciativas operacionais aos objetivos estratégicos.

Na medida em que essa prática amadurecer, espera-se ficar evidente a necessidade de acompanhamento e priorização de iniciativas interdependentes. A *value engineering* e a engenharia territorial são exemplos de abordagens mais sistêmicas e exitosas desses investimentos. No primeiro caso, privilegia-se os resultados ao longo da operação do ativo e, no segundo, ampliam-se os elementos de um projeto para outras variáveis impactantes nos resultados desejados.

A dificuldade para representar o mundo real nas iniciativas públicas representa o embaraço do planejamento do Estado apontado por especialistas. Isso porque subestima o número e o tipo de interações envolvidas na implementação de uma obra pública, representados pelas diversas esferas de governo, instituições e disciplinas. Fomentar a definição de políticas e contratações a partir dos seus impactos diretos esperados pode reconectar os investimentos públicos aos interesses estratégicos da sociedade. Entretanto, exigirá do Estado capacidades, atributos e insumos específicos para desenvolver as instituições e, assim, qualificar os gastos públicos. **■**

Jean Marlo Pepino de Paula é técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

REFORMAS





O desafio de gastar com mais eficiência

Resolver o quebra-cabeça da previdência social e limitar o gasto público sem provocar danos aos indicadores sociais são o desafio do momento para o Brasil

Da Redação



O Brasil deve fechar 2016 com mais uma contração econômica, provavelmente na casa dos 3%. Em 2015, a queda de 3,8% no Produto Interno Bruto (PIB) já havia confirmado o que especialistas previam a partir do resultado de 2014 (crescimento de apenas 0,1%): a economia do país entrara na UTI e precisaria passar por uma profunda reestruturação para se recuperar. Hoje, não há divergências significativas em relação ao diagnóstico, mas sim quanto à forma de enfrentar os problemas provocados pela mais grave recessão desde a década de 1930: quais ajustes são necessários para permitir que o Brasil volte a crescer com sustentabilidade, dentro da capacidade de arrecadação e reduzindo as desigualdades sociais?

3%
de queda no PIB

é a previsão de contração econômica para 2016

Nesse cenário, duas questões ganham relevância na agenda nacional: a necessidade de reduzir e qualificar o gasto público e a reforma da previdência para equacionar aquilo que o sistema arrecada com contribuições e o que gasta com benefícios. As projeções preocupam. As despesas com o sistema previdenciário representam hoje 12%

de todo o PIB e chegarão a 20% em 2060, se não houver mudanças. É o que diz o especialista em políticas públicas e gestão governamental Rogério Nagamine, lotado na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Segundo ele, a previdência social – aí incluídos os regimes geral e próprio e o Benefício de Prestação Continuada (BPC Loas) – compromete 55% do orçamento primário da União. Isso significa que essa despesa reduz a margem de investimento do Estado em outras áreas consideradas essenciais, em especial as de saúde e educação – as mais sensíveis do ponto de vista social –, além das obras de infraestrutura. “Essa é uma escolha que a sociedade vai ter de fazer e ela

Divulgação / Ipea



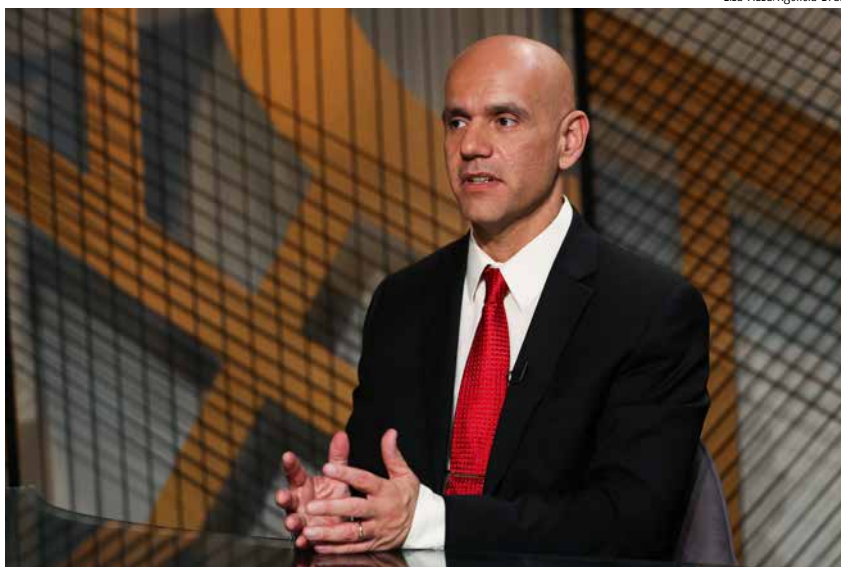
“Claro que a previdência é fundamental do ponto de vista social, de garantir renda para quem perdeu a capacidade de trabalho, seja por idade avançada, doença ou outros motivos, mas efetivamente já temos uma despesa elevada para o nosso padrão demográfico”

Rogério Nagamine, especialista em políticas públicas e gestão governamental do Ipea

não está nada satisfeita com a área de saúde”, exemplifica o especialista.

“Claro que a previdência é fundamental do ponto de vista social, de garantir renda para quem perdeu a capacidade de trabalho, seja por idade avançada, doença ou outros motivos, mas efetivamente já temos uma despesa elevada para o nosso padrão demográfico”, ressalta Nagamine. Segundo ele, embora o Brasil ainda tenha uma população jovem, o nível de despesa do país com previdência é típico de países com proporção de idosos até mais que o dobro da nossa, caso dos integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), cujo gasto com previdência é de 9% do PIB, e dos da União Europeia (11,3% do PIB).

Estudiosos advertem que, do ponto de vista demográfico, nossa previdência é uma bomba-relógio. Estudo lançado no dia 29 de agosto pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) projeta que a população de idosos do Brasil vai triplicar em 40 anos, passando dos 19,6 milhões (10% do



Marcelo Caetano, secretário de Previdência do Ministério da Fazenda: a diferença entre o que entrou e o que saiu mais do que dobrou. E o déficit teria atingido R\$ 85,8 bilhões. “A reforma é matemática. A conta tem de fechar”

total), recenseados em 2010, para 66,5 milhões (29,36% do total) em 2050, o que implicará mudanças profundas nas políticas públicas de saúde, assistência social e previdência, entre outras.

“Daqui a 20 anos, a população começa a diminuir, porque não está nascendo gente suficiente. E esse declínio vai ocorrer durante pelo menos 30 anos. E aí o que acontece? A força de trabalho

também começa a diminuir em 2035. E, do mesmo jeito que está difícil nascer, está difícil morrer. Porque aumentou a expectativa de vida. Então, vamos ter um prato da balança que vai cair, que são os que trabalham e contribuem, e outro prato que vai subir”, avalia Ana Amélia Camarano, autora do livro *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento econômico*.

Na verdade, o prato da balança já dá mostras de desequilíbrio. Dados do INSS e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) revelam que, computados os regimes geral e próprio, a relação que se tem hoje é de 2,2 contribuintes para cada beneficiário da Previdência Social. “Essa relação vai piorar muito. Por volta de 2040 podemos chegar, no INSS, a uma relação de um contribuinte para um beneficiário. E em 2060 chegaremos a uma situação em que teríamos mais beneficiários de aposentadorias e pensões do que contribuintes”, estima Nagamine.



No livro *Novo regime demográfico: uma nova relação entre população e desenvolvimento econômico*, a autora Ana Amélia Camarano avalia que o crescimento demográfico vai começar a diminuir daqui a 20 anos porque não está nascendo gente suficiente. A força de trabalho também vai diminuir a partir de 2035. A população idosa será maior devido ao aumento da expectativa de vida e da queda da taxa de natalidade.



“Se fosse jovem, eu estaria com uma bandeira na rua dizendo: ‘Quero a idade mínima aos 65 anos. Por quê? Para garantir a aposentadoria dos idosos lá na frente, porque senão não vai ter. O Brasil é um dos poucos países em que não se tem idade mínima para se aposentar’”

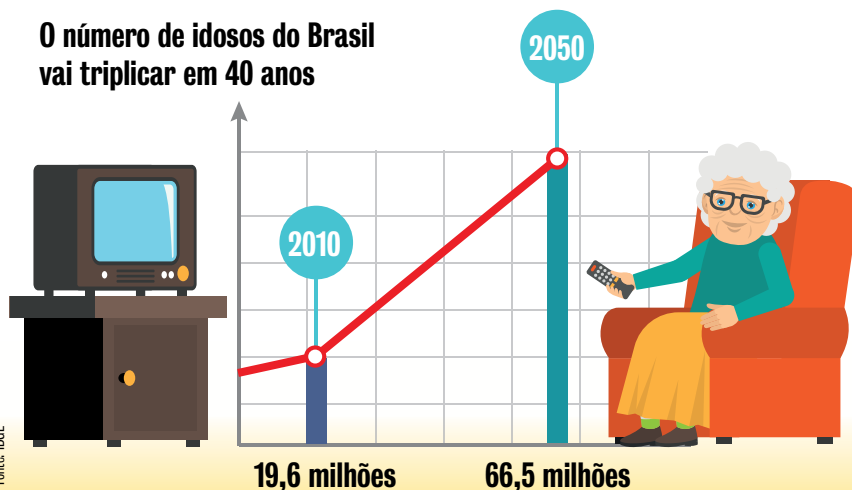
Ana Amélia Camarano, técnica de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea

DISTORÇÕES Uma coisa é inegável: nossa previdência tem graves distorções que precisam ser corrigidas não só para garantir a sustentabilidade do sistema, mas para torná-lo socialmente mais justo. Em uma década, segundo o Ministério da Previdência Social, a diferença entre o que entrou e o que saiu mais do que dobrou. E o déficit teria atingido R\$ 85,8 bilhões. “A reforma é matemática. A conta tem de fechar”, avaliou o secretário de Previdência do Ministério da Fazenda, Marcelo Caetano.

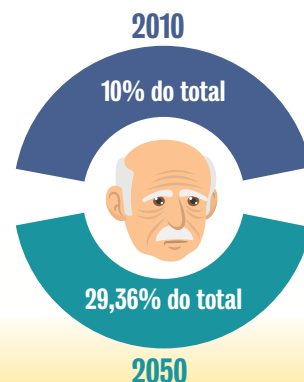
Por sua vez, a professora Denise Gentil, do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), garante que o sistema previdenciário é superavitário. Segundo ela, o governo federal desonerou R\$ 157,6 bilhões em 2015 em contribuições sociais que financiam o sistema de seguridade. “O governo abre mão de cifras enormes da Cofins, CSLL e PIS-Pasep, renuncia a receitas que estariam a serviço da população na saúde, na assistência social e na previdência”, argumenta.

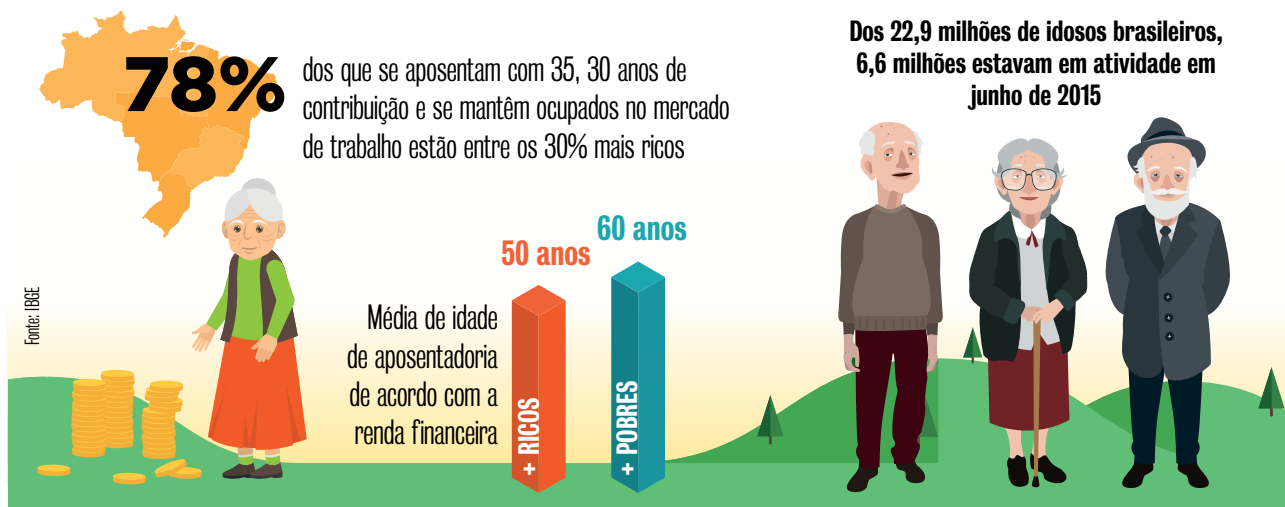
A aposentadoria por tempo de contribuição sem exigência de idade mínima é um dos pontos polêmicos do atual sistema. A regra pela qual o homem se aposenta aos 35 anos de contribuição e a mulher aos 30, independentemente de idade, tem gerado aposentadorias precoces para pessoas com plena capacidade laboral e de boa situação socioeconômica. Em 2015, a idade média dos aposentados por tempo de contribuição foi de 54,7 anos (55,7 para homens e 53 para mulheres).

O número de idosos do Brasil vai triplicar em 40 anos



Porcentagem de idosos na população brasileira





“Pela pesquisa que fizemos, cerca de 78% dos que se aposentam com 35, 30 anos de contribuição e se mantêm ocupados no mercado de trabalho estão entre os 30% mais ricos. Estes se aposentam por tempo de contribuição na faixa dos 50 anos. E os mais pobres se aposentam na faixa dos 60 por idade ou pelo BPC Loas. Então, não é que não haja a idade mínima. Há idade mínima para os que ganham menos e não há para os que ganham mais. Essa situação é inadequada do ponto de vista da sustentabilidade da Previdência e do ponto de vista distributivo”, avalia Rogério Nagamine.

Dessa forma, a regra do tempo de contribuição sem idade mínima faz com que o benefício deixe de ser um mecanismo de substituição de renda para se tornar uma complementação de renda de pessoas com boa condição socioeconômica. Dos 22,9 milhões de idosos brasileiros, segundo o IBGE, 6,6 milhões estavam em atividade em junho de 2015.

“Se fosse jovem, eu estaria com uma bandeira na rua dizendo: ‘Quero a idade mínima aos 65 anos. Por quê?

Está crescendo o número de homens de 50 a 65 anos que não trabalham, não procuram trabalho e não são aposentados

Para garantir a aposentadoria dos idosos lá na frente, porque senão não vai ter. O Brasil é um dos poucos países em que não se tem idade mínima para se aposentar”, reforça Ana Amélia Camarano. Mas, embora considere essa mudança essencial do ponto de vista estrutural, a especialista em estudos sobre o envelhecimento da população brasileira defende o que ela chama de “pacote amortecedor” para evitar o impacto que a reforma terá em setores sensíveis da sociedade. Caso, por exemplo, das pessoas de idade avançada.

“É o que vai garantir a empregabilidade, pois o empregador ainda tem muito preconceito em relação ao trabalhador mais velho. Porque ele falta mais, por conta de doenças, porque tem mais dificuldade de acompanhar as

mudanças tecnológicas. Então, precisa haver um pacote. O sujeito não pode ser motorista de ônibus aos 65 anos. Precisa ter uma política de saúde para ele faltar menos. Inclusive melhoria de transporte urbano, porque o sujeito com mais de 60 anos não pode ficar duas horas no ponto do ônibus de manhã e duas horas à noite”, destaca.

Ana Amélia Camarano lembra que está crescendo o número de homens de 50 a 65 anos que não trabalham, não procuram trabalho e não são aposentados. “Porque são de baixa qualificação, de baixa escolaridade, e existe o preconceito do empregador. Pois, quando ele é qualificado, a idade trabalha a favor. Você vai ter um médico mais experiente, um professor mais experiente, um advogado mais experiente”, justifica.

GORDURAS O sistema, segundo ela, tem gorduras que poderiam ser enxugadas de forma imediata. É o caso, por exemplo, da duplicidade de benefícios. “Tenho colegas de trabalho que estão se aposentando, mas, como dão aula e

Uma em cada quatro mulheres que se aposentaram em 2014 por tempo de contribuição tinha menos de 50 anos



Essa diferença está diminuindo. Por isso, temos de reduzir a diferença de idade. Mas veja: ela está no gerúndio. Está diminuindo. Então, a diferença de idade (para aposentadoria) tem de ir no gerúndio, tem de ir diminuindo. E temos de trabalhar para ter igualdade de gênero no salário”, sugere a técnica do **Ipea**.

Nagamine lembra que o modelo de aposentadorias por tempo de contribuição sem a idade mínima abriu brechas para um conjunto de tratamentos diferenciados dentro do sistema previdenciário. São as chamadas aposentadorias especiais, como, por exemplo, as dos professores e policiais, que se aposentam aos 30 anos de contribuição (homens) e aos 25 anos (mulheres) e as daqueles que trabalham expostos a agentes nocivos e a situações de risco, como os mineiros no subsolo. “Esse é outro debate que a sociedade terá de fazer”, sugere o especialista.

A previdência rural entra como mais uma particularidade que merecerá uma análise profunda. “A política de previdência rural não pode ser encara apenas pelo enfoque de receitas e despesas porque ela é estratégica. É a maior política pública direcionada às

descontam INSS, vão se aposentar pelo teto do INSS. E vão se aposentar pelo setor público também. Existem viúvos e viúvas que acumulam pensão por morte com o benefício da aposentadoria. E ainda tem a triplicidade, porque o sujeito pode ter duas aposentadorias e uma pensão de viuvez. Se fosse fazer uma reforma da previdência, começaria por aí. Na Inglaterra você tem de optar”, compara Ana Amélia.

Outro ponto em debate é a diferença de idade para a aposentadoria entre homens e mulheres. Segundo Nagamine, uma em cada quatro mulheres que se aposentaram em 2014 por tempo de contribuição tinha menos de 50 anos. Ana Amélia Camarano defende uma igualdade progressiva, tendo em vista a persistência de situações de desigualdade de gênero no mercado de trabalho. “Isso ainda subsiste, mas nem tanto.

“Imaginar que será possível preservar os programas sociais como vinham sendo aquinhoados é algo fora do contexto. No curto e médio prazo, vamos ter de enfrentar turbulências na área social e esses cortes ocorrerão, por mais que se diga que não”

José Matias Pereira, professor de Administração Pública da Universidade de Brasília (UnB)



Divulgação

populações do campo no Brasil, muito além do programa Bolsa Família. Na medida em que o benefício aumentou, por conta da valorização do salário mínimo, nos últimos anos, as famílias rurais se tornaram menos sujeitas a um mercado de trabalho que é o pior do Brasil, o mais degradante, o que tem maiores índices de trabalho escravo e que tem os maiores índices de terceirização”, afirma Marcelo Galiza, especialista em políticas públicas e gestão governamental, lotado na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc) do Ipea.

Segundo ele, a previdência rural reflete-se em várias dimensões da vida social no campo, como na redução do trabalho infantil. O estudo *Previdência rural: contextualizando o debate em torno do financiamento e das regras de acesso*, feito por Marcelo Galiza e Alexandre Arbex, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea, mostra evidências do papel estratégico da previdência rural. Segundo o estudo, a taxa de pobreza no campo, que era de 63%, em 2005, caiu para 49% em 2014, fenômeno atribuído à expansão da previdência articulada com a regra de valorização do salário mínimo. Se os benefícios fossem reajustados sem a vinculação à regra do aumento do salário mínimo, nesses dez anos o índice de pobreza teria aumentado em 5%.

CONSTITUIÇÃO A advogada Thais Riedel, mestre em Direito Previdenciário, presidente da Comissão de Seguridade Social da OAB e do Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário (IBDPREV), admite a necessidade de ajustes no sistema, tendo em vista o aumento da expectativa de vida e a redução da



Mais além da previdência, este e os futuros governos do Brasil precisarão atentar para a qualidade e a razoabilidade do gasto público como um todo. Sem isso, o objetivo da sustentabilidade econômica poderá acabar frustrado mais uma vez

taxa de natalidade. Mas ressalta que a reforma previdenciária não pode se basear apenas no déficit financeiro e nas mudanças demográficas. Para a advogada, a previdência social deve ser mantida como um instrumento capaz de proporcionar bem-estar e justiça social.

Thais lembra que, para garantir direitos sociais como saúde, assistência e previdência social, a Constituição de 1988 indicou formas de financiamento destinadas a um orçamento próprio da seguridade social, com várias fontes de custeio: a contribuição do empregador sobre o faturamento, sobre receita,

sobre a folha de salários e sobre o lucro; as contribuições dos trabalhadores e demais segurados; a contribuição sobre a importação e também sobre concurso de prognósticos.

“Importa observar também que a tributação destinada ao sistema de seguridade social tem finalidade específica, ou seja, ela deve necessariamente ir para seu orçamento próprio e, assim, alcançar seus propósitos. Entretanto, com as alterações posteriores ao texto constitucional, 20% desses recursos têm sido desviados, através da Desvinculação das Receitas da União (DRU), para outros fins, principalmente para o pagamento de juros da dívida pública”, esclarece a advogada.

Mais além da previdência, este e os futuros governos do Brasil precisarão atentar para a qualidade e a razoabilidade do gasto público como um todo. Sem isso, o objetivo da sustentabilidade econômica poderá acabar frustrado mais uma vez. “É importante entender que o limite do Estado é o quanto ele arrecada. E quando você se



O Instituto propôs a criação de cinco grupos de trabalho nesta etapa inicial: um sobre educação – para analisar tópicos como o Pronatec e o Fies –; um sobre saúde (que deve abarcar temas como o Farmácia Popular e a questão da margem de preferência); um relativo a mercado de trabalho, desigualdade e pobreza – áreas nas quais o **Ipea** conta com bastante conhecimento acumulado –; um que tratará de reforma fiscal, e o último dedicado à previdência.

“É fato que uma agenda de reformas está na mesa neste momento, e o **Ipea** possui técnicos que podem contribuir com o debate”, afirma o diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do **Ipea**, Alexandre Ywata.

Será preciso cautela na avaliação das políticas públicas para reduzir riscos de deterioração significativa dos indicadores sociais – embora essa consequência já deva se refletir nas pesquisas realizadas em 2016, como reflexo da grave situação econômica de 2014 e 2015. Nesse sentido, o técnico do **Ipea** no Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas para

depara com uma situação como essa, cabe a um governante responsável adotar medidas no sentido de tentar reorganizar as finanças públicas. E é exatamente isso o que estamos assistindo nesse momento”, destaca o professor de administração pública da Universidade de Brasília (UnB) José Matias Pereira.

“Imaginar que será possível preservar os programas sociais como vinham sendo aquinhoados é algo fora do contexto. No curto e médio prazo, vamos ter de enfrentar turbulências na área social e esses cortes ocorrerão, por mais que se diga que não. Agora, é importante que os governantes comecem a priorizar o sistema de controle e de avaliação desses programas com competência e sensibilidade para evitar que as pessoas que mais precisam sejam prejudicadas”, continua Pereira. Uma das iniciativas que visam a auxiliar o governo a definir as políticas que, de fato, estão fazendo a diferença é o Comitê de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas (CMAP), criado

“Programa de transferência de renda não tira as pessoas da pobreza de forma duradoura, emancipatória. É uma assistência social para quem está precisando. É proteção aos desamparados. É o direito social que está na nossa Constituição”

Rafael Osório, técnico do Ipea

por meio de portaria interministerial, em abril deste ano.

O **Ipea** está, desde o início, envolvido nos trabalhos do comitê, que também conta com a participação de técnicos do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, do Ministério da Fazenda, da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e do Banco Mundial. Em um primeiro momento, o **Ipea** trabalhará transversalmente com o Banco Mundial.

Só em 2013 a União gastou R\$ 83 bilhões na área de saúde, que foram destinados a ações e serviços públicos, e R\$ 25,4 bilhões deixaram de ser arrecadados



o Desenvolvimento (IPC-IG), Rafael Osório, considera o Programa Bolsa Família uma ferramenta necessária.

“Programa de transferência de renda não tira as pessoas da pobreza de forma duradoura, emancipatória. É uma assistência social para quem está precisando. É proteção aos desamparados. É o direito social que está na nossa Constituição. Porta de saída do programa de transferência de renda é o aumento da produtividade da economia, o crescimento econômico, redução da desigualdade, emprego. Porque essas pessoas, afinal de contas, estão no trabalho informal, têm renda incerta, não têm ocupação definida. Enquanto não saem da pobreza, a gente dá Bolsa Família. E se depois de dois anos a família não tiver resolvido o problema dela? Vamos jogá-la na miséria porque não conseguiu emprego?”, questiona.

O desafio é colocar as contas em ordem e, ao mesmo tempo, promover avanços sociais. O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, assegura que isso será possível com a Proposta de Emenda à Constituição 241/2016, que limita o teto dos gastos públicos federais



O técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea Carlos Ocké-Reis (foto) defende a redução progressiva dos subsídios do Estado destinados aos planos privados de saúde, que cada vez mais se concentram, centralizam e internacionalizam

mas com foco na melhora da gestão. Temos levantamentos importantes de distorções que, se corrigidas, podem gerar ganhos consideráveis. A medida mais importante é uma boa gestão do gasto público.”

O técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea Carlos Ocké-Reis lembra que, nos cinco primeiros meses deste ano, 788 mil pessoas perderam os planos de saúde em razão do aumento do desemprego, segundo dados divulgados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). Ocké defende a redução progressiva dos subsídios do Estado destinados aos planos privados de saúde, que cada vez mais se concentram, centralizam e internacionalizam. Estudo feito pelo técnico, divulgado em junho, revela que 30,5% dos gastos na área de saúde representam renúncia de arrecadação de impostos.

Segundo a pesquisa, que abrange o período de 2003 a 2013, só em 2013 a União gastou R\$ 83 bilhões, que foram destinados a ações e serviços públicos, e R\$ 25,4 bilhões deixaram

por 20 anos. Segundo o ministro, o Legislativo terá a opção de colocar mais recursos nas áreas que considerar necessário, como saúde e educação, desde que corte em outras para manter o orçamento equilibrado e dentro dos limites definidos pela PEC.

“Foi muito discutida com parlamentares a questão da qualidade do gasto público. Os problemas que temos na saúde e educação mostram que a alocação de recursos não é problema”, afirma. “Faremos uma alocação com crescimento de acordo com inflação,





“Enquanto não conseguirmos colocar a educação como espinha dorsal do projeto de desenvolvimento do país, a gente vai ter sempre essa situação de vulnerabilidade muito alta”

Priscila Cruz, presidente-executiva do Movimento Todos pela Educação

de ser arrecadados. As renúncias fiscais se referem a despesas com médicos, dentistas, clínicas, exames e planos de saúde, deduzidas da base de cálculo do Imposto de Renda de Pessoas Físicas. Empresas também abatem os gastos de saúde realizados com seus empregados do imposto devido. A indústria farmacêutica e os hospitais filantrópicos integram a lista da renúncia fiscal.

No que se refere à educação, priorização adequada e investimentos qualificados nessa área poderiam ter amenizado os impactos da atual turbulência econômica, de acordo com Priscila Cruz, presidente-executiva do Movimento Todos pela Educação. “Enquanto não conseguirmos colocar a educação como espinha dorsal do projeto de desenvolvimento do país, a gente vai ter sempre essa situação de vulnerabilidade muito alta”, pondera.

A educadora lembra que, além dos benefícios estruturantes para a economia, a educação cria um ambiente social mais favorável em outras dimensões. “Tem um dado interessante do **Ipea**, que tem repercutido bastante, o qual diz que a cada um por cento a mais de matrículas de jovens se reduz em dois por cento a taxa de homicídios.

Há uma relação direta da educação com a redução da violência, com a redução da gravidez precoce, com o aumento da prevenção de saúde. A população é mais saudável quanto mais educação ela tem, e temos mais distribuição da renda. É uma série de benefícios. Ou o Brasil enfrenta, de uma vez por todas, o desafio de colocar a educação no centro de sua agenda, ou passaremos a vida remendando o país”, conclui.

Um dos livros mais recentes lançados pelo **Ipea**, *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às*

Políticas Públicas, organizado pela técnica Enid Rocha e pela bolsista Rosana Botelho, trata dos desafios para a ampliação do acesso dos jovens à educação superior e à inserção no mercado de trabalho. Um dos capítulos analisa a questão do tempo dedicado a atividades como frequentar escola ou universidade, trabalhar, realizar tarefas domésticas e deslocar-se. A publicação, que também pode ser encontrada no Portal **Ipea** (www.ipea.gov.br), tem o objetivo de fornecer insumos à elaboração de políticas públicas voltadas à juventude.

A prova de fogo do governo passou a ser equacionar esse complexo sistema composto por uma previdência social a caminho da inviabilidade em um país que envelhecerá rapidamente, uma sociedade que requer investimentos pesados e planejamento em educação e saúde, além de uma gama de programas sociais para famílias em situação de vulnerabilidade. Isso sem abrir mão do equilíbrio das contas públicas, com o indicador de emprego em alta e a inflação em baixa. 

O livro *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas*, organizado pela técnica Enid Rocha e pela bolsista Rosana Botelho, trata dos desafios para a ampliação do acesso dos jovens à educação superior e à inserção no mercado de trabalho. Um dos capítulos analisa a questão do tempo dedicado a atividades como frequentar escola ou universidade, trabalhar, realizar tarefas domésticas e deslocar-se.





Setor agropecuário brasileiro: perspectivas internacionais

O Brasil se tornou um dos líderes na economia agrícola do mundo, ao lado da União Europeia e dos Estados Unidos, em razão do grande investimento em tecnologia e do rápido crescimento da demanda por bens agropecuários (alimentos, fibras e energia). Diante da revolução agrícola que ocorreu no país desde a criação da Embrapa, nos anos 1970, até o presente, há espaço para crescimento da produtividade por causa de dois fatores: melhorias em gestão e investimento em infraestrutura logística.

O país atende ao mercado interno com 80% da sua produção e exporta o excedente para mais de 180 países. Seus parceiros comerciais são a União Europeia, a China, os Estados Unidos, o Japão, a Rússia e a Arábia Saudita. Em 2014, o PIB brasileiro atingiu US\$ 2,2 trilhões, o que posicionou o país na sétima maior economia do mundo e a mais influente na América Latina. O setor contribuiu substancialmente para a obtenção de divisas, sendo 22,5% do PIB brasileiro provenientes do agronegócio. O saldo do comércio internacional do agronegócio passou de aproximadamente US\$ 11 bilhões, em 1989, para US\$ 83,9 bilhões, em 2013, exibindo uma taxa de crescimento anual de 8,8% no período.

Embora a primeira metade dos anos 1990 tenha sido extremamente instável para o agronegócio, a segunda metade foi representada pela estabilização macroeconômica, o que contribuiu para alavancar o setor. A expansão dos mercados proporcionou acesso ao crédito e incentivos governamentais, tais como isenções fiscais, financiamento da pesquisa agrícola e melhorias no desenvolvimento dos canais de comercialização e infraestrutura, incentivando

a exportação agrícola. Em meados de 2000, com a retomada do crescimento da economia chinesa, cujos reflexos foram importantes para os países emergentes, incluindo o Brasil, fomentou-se o comércio internacional de bens agropecuários.

O avanço da pesquisa, em especial da Embrapa e de universidades, baseada nas características específicas do território brasileiro, produziu pacotes tecnológicos adaptados e responsáveis pela grande tropicalização da agricultura no país. Algumas tecnologias responsáveis por impactos significativos nos sistemas de produção de alimentos foram o plantio direto, a fixação biológica de nitrogênio, o melhoramento genético de animais e a biotecnologia, que impulsionou o intercâmbio de germoplasma dos principais cultivos e aumentou a resistência genética das plantas ao clima tropical, inclusive com a introdução de organismos geneticamente modificados.

Em 2015, o cenário de recessão no país e de redução no ritmo de crescimento da demanda mundial, influenciado pela desaceleração da economia chinesa, causou desconfiância aos investidores e queda da receita das exportações do agronegócio. O valor da receita foi 10,8% inferior ao registrado no mesmo período de 2014. Apesar da frágil situação política e econômica, o Brasil é um importante ator no mercado de produtos agrícolas. Sua agroindústria é bem desenvolvida, o que contribui para tornar o cenário agropecuário dinâmico e competitivo. Já no ano de 2016, tem-se uma retomada do crescimento, colocando o agronegócio novamente no topo da lista dos setores mais exportadores.

Entretanto, muitos fatores ainda são apontados como barreiras ao desenvolvimento

setorial, dentre os quais se destacam dois: educação voltada aos problemas do campo e adequação da infraestrutura logística. Com relação ao primeiro ponto, os sistemas de alta produtividade requerem investimento em capital. Para transferir tecnologia e, consequentemente, aumentar a produtividade, é necessário investir em treinamento, educação e qualidade do ensino rural, aperfeiçoando o capital humano e os serviços prestados aos produtores. O retorno é traduzido no aumento da capacidade de absorção de conhecimentos externos. A inovação em gestão depende da qualificação do agricultor.

No que diz respeito ao segundo ponto, as exportações de grãos pelos portos não tradicionais do Norte e Nordeste – Itacoatiara (AM), Santarém e Vila do Conde (PA), Itaqui (MA) e Salvador (BA) – cresceram de 13 milhões para 20 milhões de toneladas entre 2014 e 2015. O cenário revela a importância da execução de projetos viáveis ao escoamento da produção por novas rotas, promovendo a melhoria das estradas e a expansão da oferta dos modais hidroviários e ferroviários. O investimento em infraestrutura é essencial para o crescimento e a integração econômica das Regiões Norte e Nordeste com o resto do país.

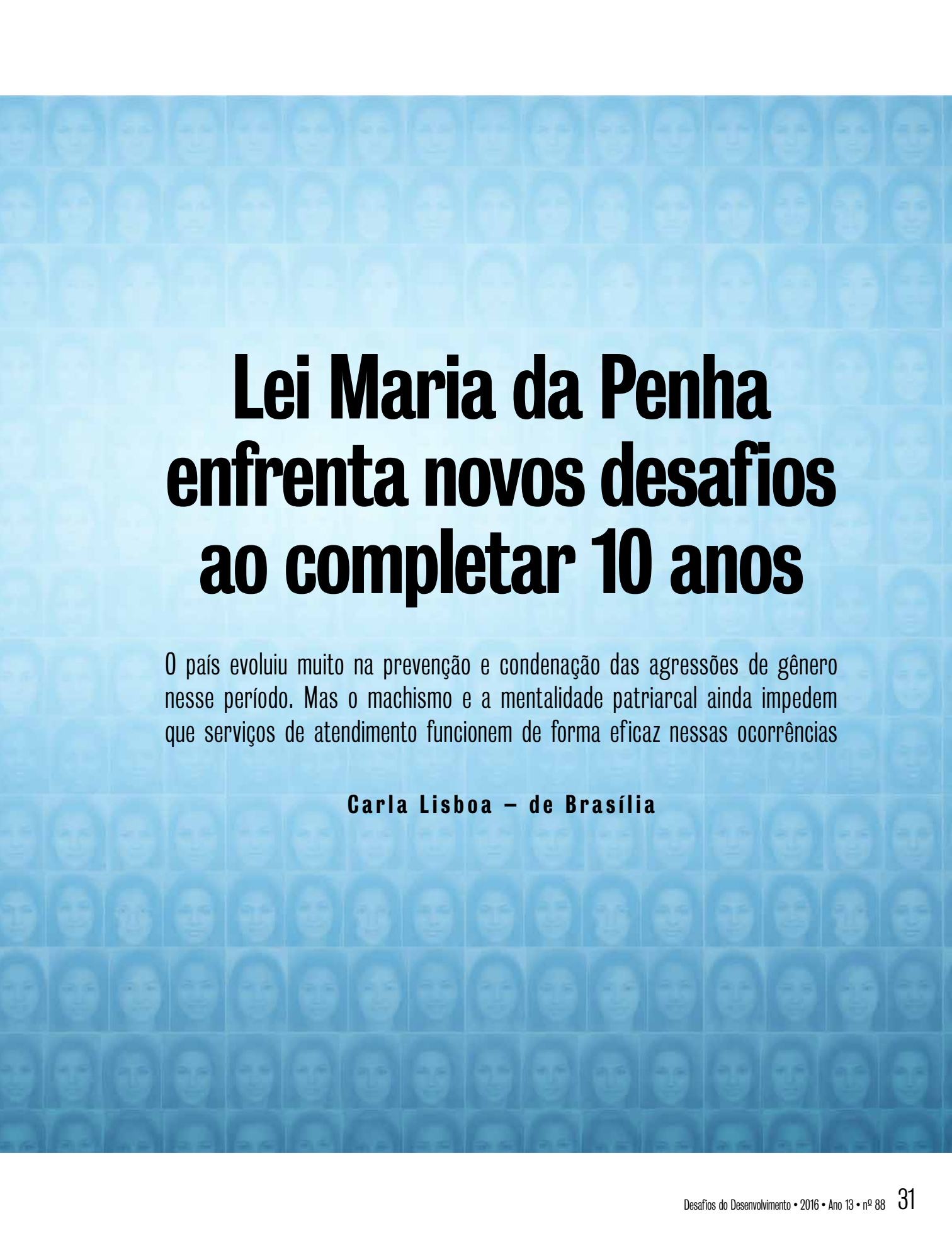
O planejamento da educação e da infraestrutura reduzirá não somente os custos produtivos como, também, ampliará a competitividade do agronegócio, notadamente num período de forte ajuste financeiro, como vivenciado pela economia brasileira. 

Rebecca Lima Albuquerque Maranhão é mestre em Geografia pela Universidade de Brasília (UnB) e bolsista PNPd, Ipea

José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho é técnico de Planejamento e Pesquisa da Diretoria de Estudos Regionais, Urbanos e Ambientais (Dirur) do Ipea

VIOÊNCIA





Lei Maria da Penha enfrenta novos desafios ao completar 10 anos

O país evoluiu muito na prevenção e condenação das agressões de gênero nesse período. Mas o machismo e a mentalidade patriarcal ainda impedem que serviços de atendimento funcionem de forma eficaz nessas ocorrências

Carla Lisboa – de Brasília

A Lei Maria da Penha completou 10 anos em 2016, mas ainda são muitos os desafios no combate à violência contra a mulher no Brasil. Ana Cristina Santiago, titular da Delegacia Especial de Atendimento à Mulher (Deam) do Distrito Federal, diz que, embora o número de denúncias tenha aumentado nos últimos 10 anos, por causa da lei, as notificações ainda estão longe de expressar a realidade. Elas correspondem, atualmente, a 40% dos casos.

A delegada afirma que os principais motivos são o medo, a vergonha e a revitimização pelos agentes públicos – um reflexo da violência praticada por ação e/ou omissão nas instituições prestadoras de serviços públicos. O país ainda tem muito a caminhar. Prova disso é o fato de que a cada sete

40%
das denúncias

de violência contra mulher são
notificadas pelas delegacias

minutos uma denúncia de violência é registrada no país e a cada 11, uma mulher é estuprada, segundo dados da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM).

O atendimento precário muitas vezes oferecido às mulheres agredidas acaba sendo um fator de promoção da impunidade. Foi o que se viu,

por exemplo, no caso da funcionária terceirizada do **Ipea** Marcela Aragão, assassinada pelo marido em 2011, com requintes de crueldade, na frente do filho de um ano e meio. Apesar dos testemunhos e das evidências, o acusado está solto.

Márcia Aragão, irmã de Marcela, conta que, à época, a polícia teria cometido uma série de equívocos, dentre eles o de não coletar as provas e não fotografar o corpo no local do crime. No Instituto Médico Legal, a situação, segundo ela, continuou: a medicina legal não teria registrado em laudo os ferimentos que levaram Marcela à morte. Em virtude dessas e de outras falhas, a Justiça de Goiás não reconheceu as provas e não viu motivos para condenar o marido.

Mais recentemente, neste ano, um estupro coletivo contra uma adolescente de 16 anos, no Rio de Janeiro, reacendeu o debate nacional sobre a violência de gênero e pautou a discussão sobre as dificuldades de o Estado

Divulgação / Ipea



“(A Lei Maria da Penha) Nasceu de movimentos sociais, discutida pelos operadores do Direito, e quando chegou ao Congresso Nacional já havia sido debatida em vários órgãos do Estado”

Daniel Cerqueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**

atender as mulheres vulneráveis a tais ocorrências. Um vídeo, divulgado nas redes sociais, mostrava detalhes da agressão. O Ministério Público do Rio de Janeiro recebeu mais de 800 denúncias contra o crime. O vídeo postado e a revelação da adolescente de que teria sofrido revitimização na delegacia trouxeram à tona o despreparo de agentes públicos na abordagem da violência contra as mulheres.

A advogada da garota, Eloísa Samy, pediu a saída do delegado Alessandro Thiers do caso porque, segundo ela, o titular da Delegacia de Repressão aos Crimes de Informática (DRCI) tentou culpar a vítima pelo crime. Por que motivos o Brasil não consegue conter esse tipo de crime, depois de ter criado e ampliado, entre 2006 e 2015, equipamentos, novas leis e serviços de combate à violência contra a mulher?

O estudo do **Ipea** intitulado *Avaliando a efetividade da Lei Maria da Penha* dá conta do impacto da legislação sobre homicídios num momento em que ainda não havia norma legal sobre o tema. Para Daniel Cerqueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Instituto, um dos autores do estudo, a norma é um marco na história do país. “Nasceu de movimentos sociais, discutida pelos operadores do Direito, e quando chegou ao Congresso Nacional já havia sido debatida em vários órgãos do Estado”, pondera.

Luana Simões Pinheiro, coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/**Ipea**), por sua vez, aponta várias características interessantes do estudo e ressalta o fato de ele ter mostrado que a Lei Maria da Penha conteve o aumento



“Entre 2005 e 2008, houve um crescimento de mais de 1.700% no total de atendimentos realizados (pelo Ligue 180), que passaram de quase 15 mil, no primeiro ano de funcionamento do serviço, para cerca de 271 mil, em 2008”

Luana Simões Pinheiro, coordenadora de Igualdade de Gênero e Raça da Diretoria de Estudos e Políticas Sociais (Disoc/Ipea)

de feminicídios e como a ação do Estado tem possibilidade de impactar diretamente esse tipo de crime. A Lei extrapolou os limites das punições e estabeleceu o debate nacional sobre desigualdade de gênero, além de uma série de discussões sobre medidas preventivas nunca vistas no Brasil.

“Isso não quer dizer que com a Maria da Penha esse crime começou a cair, mas, se estava crescendo muito, após a lei, parou de crescer em 10%.

A Lei do Feminicídio complementa essa diretriz”, afirma a pesquisadora.

NÚMERO DE REGISTROS A partir de 2003, houve avanços significativos com a instalação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, da Casa da Mulher Brasileira, da Central de Atendimento, além da própria Lei Maria da Penha.

Luana Pinheiro também realizou uma análise, em conjunto com outros técnicos do **Ipea**, sobre o número de reclamações registrado no Central da Mulher – Ligue 180. A análise, apresentada em um artigo durante o XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, mostra que, “entre 2005 e 2008, houve um crescimento de mais de 1.700% no total de atendimentos realizados, que passaram de quase 15 mil, no primeiro ano de funcionamento do serviço, para cerca de 271 mil, em 2008”. O aumento no número de registros

também evidenciou a necessidade de rever as classificações adotadas, bem como a carência de um trabalho sobre organização, atribuições e competências de cada um dos serviços que compõem o aparato da segurança pública para o setor.

Trata-se, contudo, de problema complexo e, por isso, as respostas que o Estado pode dar também não podem ser simples. “Nos últimos anos, a criação da SPM e dos instrumentos de proteção e de combate à violência colocou em pauta esse tema”, reconhece Luana. Até então, a violência era entendida como um problema de segurança pública. “A gente pode colocar toda a polícia do mundo na rua que isso não vai impedir a continuidade desse tipo de violência”, ressalta.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) revelou que 35% das mulheres do mundo sofreram agressão física e/ou sexual cometida por parceiro íntimo ou por não parceiro. Ou seja, uma a cada três mulheres no mundo sofreu de agressão verbal e outras formas de abuso emocional, passando pela violência física ou sexual, com expressão máxima no feminicídio.

Levantamento da SPM mostra que habitantes de cidades menores, afastadas dos grandes centros, têm dificuldades para acessar os serviços. A delegada Ana Cristina Santiago, da Deam-DF, lembra que “temos o problema da cultura patriarcal e da desigualdade de gênero no Brasil, que naturalizam e sustentam a cultura da violência contra a mulher. Se não atacarmos isso, estaremos sempre enxugando gelo”, afirma. Ela cita um exemplo de mau atendimento por parte de agente público. “Uma juíza perguntou à vítima por que ela não



“Em mais de 70% dos casos de estupro registrados no Sinan, há envolvimento de familiares, amigos ou conhecidos das vítimas.

Isso leva muitas delas a não denunciarem e nem buscarem atendimento por vergonha, temor de serem julgadas ou estigmatizadas, ou ainda medo de uma reação mais violenta do agressor denunciado”

Leila Posenato Garcia, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

fechou as pernas na hora do estupro”. Segundo a delegada, tais abusos têm base acentuadamente cultural e se originam em uma formação patriarcal e machista, derivada da escravidão. Para Ana Cristina, a discussão de gênero na sociedade é fundamental

para que a cultura da violência seja combatida. “É muito importante termos leis e podermos responsabilizar um criminoso, mas, para existir uma ação efetiva, esse problema passa, necessariamente, pela educação”.

Segundo ela, o país precisa que todas as delegacias, dentro das suas limitações e peculiaridades, consigam prestar um mínimo de atendimento às vítimas. É o caso da 21ª Delegacia de Polícia, em Planaltina, no Distrito Federal. Lá, uma antiga delegada titular criou uma sala especial, destinada ao atendimento feminino. Ao saber da inovação, o diretor da Polícia Civil replicou a iniciativa e pediu que os delegados procurassem ter uma experiência parecida em suas unidades. Segundo a delegada Ana Cristina, a polícia precisa oferecer um serviço de qualidade logo no momento em que a vítima chega à delegacia e mandar para o juiz um relato o mais completo possível para que se possa definir a medida condizente com a situação.

AQUÉM DA REALIDADE O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ligado ao Sistema Único de Saúde (SUS) e ao Ministério da Saúde, aponta que, em 2015, foram registrados 17.871 atendimentos a casos de estupro contra pessoas do sexo feminino e em 71% deles as vítimas eram crianças entre zero e 12 anos, ou adolescentes entre 13 e 19 anos. “Isso corresponde a uma média de 49 atendimentos por dia ou mais de dois por hora”, informa Leila Posenato Garcia, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea e doutora em epidemiologia. O levantamento do Sinan também mostra que 56.036 crianças e adolescentes do sexo feminino foram estupradas no Brasil entre 2011 e 2015.

Apesar do aumento das notificações a cada ano nos registros do Ligue 180, da Segurança Pública (Boletins de Ocorrência) e do Sinan, ela avalia que os números estão aquém da realidade. “Os registros de estupro de 2015 são preliminares porque 40% dos municípios ainda não notificaram os atendimentos ao Sinan. Nos municípios onde é realizada a notificação, nem todas as vítimas chegam a ser atendidas pelos serviços de saúde”, explica Leila. Há uma barreira moral, pela vergonha e humilhação, além da econômica, diz a técnica do Ipea.

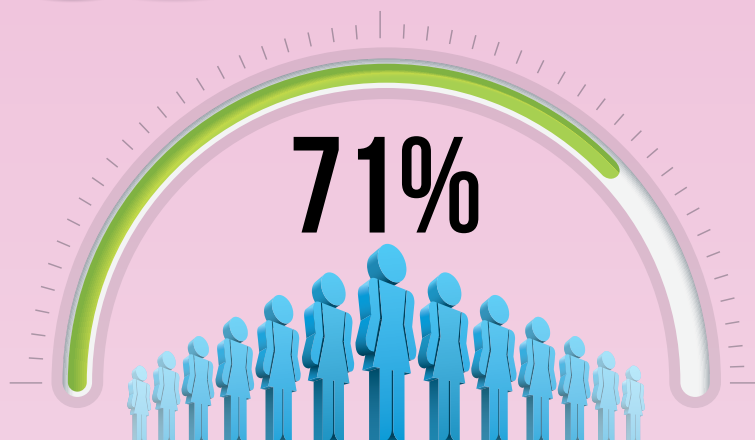
O Ministério da Saúde considera que os casos de notificação correspondem a apenas 10% das ocorrências. Sendo assim, o número de estupro no Brasil seria, hoje, 10 vezes maior do que o registrado no Sinan, correspondendo a cerca de 500 por dia ou mais de 20 a cada hora. O Anuário de Segurança Pública indica que, em 2014, foram registrados 47.646 estupro, com subnotificação estimada em 35%. Segundo

OS NÚMEROS DA VIOLÊNCIA



56.036

crianças e adolescentes do sexo feminino foram estupradas no Brasil entre 2011 e 2015



dessas vítimas eram crianças entre zero e 12 anos ou adolescentes entre 13 e 19 anos

Fonte: Sinan



“A lei diz que a vítima pode e deve ir até uma delegacia para denunciar. Ela vai lá. Mas, do outro lado, na delegacia, muitas vezes, ela se depara com um agente público contaminado pela cultura machista. Assim, o atendimento, muitas vezes, não responde ao que a lei preconiza”

Olgamir Amância, ex-secretária da Mulher do Distrito Federal e professora da UnB

uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do mesmo ano, 90% das mulheres revelaram ter medo de serem vítimas de agressão sexual.

Estudos indicam que um dos principais problemas que alimentam a subnotificação é o fato de essa violência ser definida pela invisibilidade. “Ocorre, principalmente, no âmbito privado e é, em grande parte, perpetrada por familiares e conhecidos. Em mais de 70% dos casos de estupro registrados no Sinan, há envolvimento de familiares, amigos ou conhecidos das vítimas. Isso leva muitas delas a não denunciarem, nem buscarem atendimento por vergonha, temor de serem julgadas ou estigmatizadas, ou ainda medo de uma reação mais violenta do agressor denunciado”, afirma Leila. Assim, nem todas as ocorrências ganham visibilidade e isso só ocorre em casos extremos.

É o caso, por exemplo, do estupro coletivo ocorrido em Castelo do Piauí, a 190 km de Teresina. O delegado do município, Laércio Evangelista, disse, à época, que o crime contra quatro

adolescentes, ocorrido na noite de 27 de maio de 2015, foi “cruel e muito bárbaro”. Os cinco criminosos, dos quais quatro eram menores, após violentarem as meninas, cortaram os pulsos das vítimas, furaram os mamilos e os olhos e as arremessaram

de um morro de 10 metros de altura. Atendida no Hospital de Urgência de Teresina (HUT), uma das adolescentes morreu 10 dias depois. As outras sobreviveram. O caso ocorreu dois meses após a sanção da Lei do Feminicídio. Mas o delegado não o classificou



como tal. Só foi entendido assim após Anadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, publicar nota afirmando que o crime deveria ser enquadrado na nova legislação.

Ao classificar crimes de feminicídio, bem como ao implantar medidas para conter tal violência, o estado do Piauí avançou. Margarete Coelho (PP), vice-governadora, afirma que, agora, “aquela lesão corporal grave contra a mulher não será mais considerada crime comum, e sim tentativa de crime hediondo, de feminicídio”. A ex-secretária da Mulher do Distrito Federal e professora da Universidade de Brasília (UnB) Olgamir Amância avalia que essa atitude servirá de exemplo para outros juízes. “A lei diz que a vítima pode e deve ir até uma delegacia para denunciar. Ela vai lá. Mas, do outro lado, na delegacia, muitas vezes, ela se depara com um agente público contaminado pela cultura machista. Assim, o atendimento,



muitas vezes, não responde ao que a lei preconiza”, sublinha.

GRANDE PASSO Para Leila Posenato Garcia, todos os equipamentos e leis existentes no Brasil constituem um grande passo para resolver a violência de gênero. Contudo, nenhum instrumento de combate a esse tipo de violência será eficiente e eficaz enquanto existir o tratamento desigual em todas as fases da vida da mulher, em todas as áreas, nos âmbitos social, familiar, trabalho, empresas privadas, setor público. “Na política, essa desigualdade é muito evidente porque nós, mulheres, somos a maioria da população e temos uma representação política em torno de 10%”, lamenta. O Brasil é o 16º país da América Latina a sancionar a Lei do Feminicídio. “Quando se comparam os indicadores de desigualdade de gênero, ficamos muito atrás no ranking de igualdade e um dos aspectos que mais pesam nesse indicador são a representação política e a diferença salarial”, afirma

“Em meados do século XX e até cerca de 40 anos atrás, a sociedade e os códigos perdoavam o assassino da própria esposa se ela o houvesse traído, porque entendiam que o ato violento de lavar a honra justificava o crime”

Maria da Graça Sousa, advogada

Leila Posenato. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou, recentemente, que, entre pessoas empregadas e com trabalhos semelhantes, a mulher recebe em média 80% do valor recebido pelo homem. O Brasil precisa de políticas públicas em todas as fases do ciclo de desigualdade de gênero, que está atrelado ao ciclo de violência.

“Em outros países houve indução do Estado. As mulheres lutaram e tiveram o respaldo do poder público. Isso requer vontade política e inves-

Pixabay Images

A Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que 35% das mulheres do mundo sofreram agressão física e/ou sexual cometida por parceiro íntimo ou por não parceiro. Ou seja, uma a cada três mulheres no mundo sofreu de agressão verbal e outras formas de abuso emocional, passando pela violência física ou sexual, com expressão máxima no feminicídio

timento em atividades de redução das desigualdades de gênero”, avalia a técnica do **Ipea**. Olgamir Amância, da UnB, acredita que não se pode falar em enfrentar a violência contra a mulher sem estrutura, aparato policial, sem mecanismos de punição que coíbam essa ação violenta. “Mas isso não basta. Precisamos de mais políticas públicas, precisamos de uma educação que se dá no ambiente da escola, mas também em outros espaços, mais ampla e de desconstrução desses valores da cultura patriarcal”.

Maria da Graça Sousa, advogada de mulheres vítimas de violência doméstica e militante da causa feminista no Distrito Federal, diz que, “até os anos 1960, a lei culpabilizava a mulher”. Ela lembra que, em meados do século XX e até cerca de 40 anos atrás, a sociedade e os códigos perdoavam o assassino da própria esposa se ela o houvesse traído porque entendiam que o ato violento de lavar a honra justificava o crime. O psicólogo Carlos Frederico de Macedo Coelho, por sua vez, acha que não há como enfrentar

esse problema social sem a educação e sem o combate à desigualdade de gênero. Ele atua na Casa da Mulher Brasileira, administrada pelo Governo do Distrito Federal (GDF) e apoiada pelo governo federal.

No DF, os serviços de enfrentamento à violência contra a mulher são desenvolvidos nos Centros de Atendimento à Mulher; nos Núcleos de Atendimento à Família e Autores de Violência Doméstica (NAFAVD); na Casa Abrigo; na Casa da Mulher Brasileira; na Delegacia de Atendimento à Mulher; e no setor de



Uma iniciativa da professora Gina Vieira, do Distrito Federal, comprova que a desigualdade e a violência de gênero podem ser combatidas na escola. Trata-se do *Projeto Mulheres Inspiradoras*, criado por ela. É um dos vencedores do Prêmio Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2014, e primeiro lugar no Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos. Foi aplicado com 150 estudantes de uma escola pública de Ceilândia.

“A ideia do projeto começou quando observei, pelas redes sociais, que as estudantes tendiam a reproduzir o referencial de mulher objeto sexual, o mais celebrado pelas grandes mídias”. De acordo com a professora, muitas delas, para sentirem-se valorizadas, percebidas e aceitas, copiavam esses modelos. “Era comum postarem fotos e vídeos com comportamentos erotizados e incompatíveis com a idade delas”, declara Gina Vieira.

O *Mulheres Inspiradoras* ofereceu outros referenciais. O trabalho de classe fez com que os estudantes lessem seis obras de autoria feminina. Eles também conheceram histórias de mulheres da própria comunidade com atuação expressiva em favor da coletividade e, por fim, foram orientados a escolher a mulher inspiradora da vida de cada um. A maioria escolheu a mãe, a avó ou a bisavó. Após entrevistá-las, escreveram textos, nos quais contaram a história

assistência social para um atendimento mais genérico, como os Centros de Referência Especializada em Assistência Social (Creas).

“O trabalho nesses equipamentos visa ao fortalecimento da mulher, orientação para que ela busque algum tipo de ação do Estado para romper com o ciclo de violência doméstica. Na Casa da Mulher Brasileira e nos CEAM, a gente sugere os encaminhamentos adequados, mas sabe muito bem que há uma série de fatores socioeconômicos, psicodinâmicos e emocionais que, às

vezes, dificultam o rompimento desse universo de violência”, ressalta Gina Vieira, professora da rede pública de ensino do Distrito Federal, autora do projeto Mulheres Inspiradoras, que combate crimes cibernéticos contra as mulheres, o qual conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos promovido pela Organização de Estados Ibero-Americanos (OEI).

O psicólogo Carlos Coelho aponta a falta de preparo dos agentes públicos também como uma falha do Estado.

“Muitas vezes, a capacitação se restringe a uma palestra de uma tarde para falar sobre gênero ou sobre como lidar com a violência doméstica. E em uma tarde não se aprende nada. Falta investimento. Falta vontade política também”, completa. A reportagem de *Desafios do Desenvolvimento* procurou a Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM) para obter mais informações sobre a estrutura e o preparo do Estado no combate à violência contra a mulher, mas não obteve retorno até o fechamento desta edição. 

“Na maior parte das histórias, identificamos as marcas do machismo, como casos de mulheres vítimas de violência doméstica, do trabalho infantil, expulsas de casa por terem engravidado, situações em que os homens as abandonaram para não assumir a paternidade. Em todos os episódios, as mulheres mostraram uma enorme capacidade de resiliência e de superação”

Gina Vieira, professora



Divulgação

de vida dessas mulheres e narraram o que as torna inspiradoras.

“Na maior parte das histórias, identificamos as marcas do machismo, como casos de mulheres vítimas de violência doméstica, do trabalho infantil, expulsas de casa por terem engravidado, situações em que os

homens as abandonaram para não assumir a paternidade. Em todos os episódios, as mulheres mostraram uma enorme capacidade de resiliência e de superação. Tornaram-se os sustentáculos de suas famílias e contribuíram decisivamente para a manutenção delas”, conta. Os

meninos também se sensibilizaram com os resultados.

Os textos foram transformados em livro, com o mesmo nome do projeto. Muitas mães e avós confessaram que, até a ocasião da entrevista, ainda não tinham se dado conta de que poderiam ser uma “mulher inspiradora”.



Assista ao filme
da campanha.

Baixe o leitor de
QR Code em seu
celular e fotografe
este código

MUDE DE ATITUDE
E AJUDE MUITA GENTE
A GANHAR A VIDA.



Separar o lixo úmido do seco facilita o trabalho dos catadores. Limpe as embalagens por dentro, retirando toda a sujeira antes de jogar fora.

Assim, mais material é aproveitado e reciclado. Você ajuda a gerar renda para quem mais precisa e poupa recursos naturais.

Saiba mais no brasil.gov.br



Latas
Papéis
Plástico
Vidro



Restos de comida
Cascas e ossos
Pó de café e chá
Galhos e podas

SEPARE O LIXO E ACERTE NA LATA.

Ministério do
Desenvolvimento Social
e Combate à Fome

Ministério do
Meio Ambiente

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



Corrupção, transparência e participação popular

No último dia 2 de maio, o **Ipea** recebeu o presidente da Associação Brasileira de Ciência Política, Leonardo Avritzer, para debater os impasses da democracia brasileira, da participação popular e do combate à corrupção. Para o presidente da ABCP, o Brasil possui um sistema político imune à participação social. Tomando como ponto de partida as considerações do pesquisador da Universidade Federal de Minas Gerais e o complexo momento político que vive o país, é válido perguntar: a participação popular pode contribuir no combate à corrupção e no aumento da transparência?

O conceito de *participação* surgiu no âmbito da teoria democrática em contraposição aos limites da ideia clássica de *representação*, historicamente associada à defesa de modelos minimalistas ou estritamente eleitorais de democracia. Ao contrário, a *participação* vertebraria a crítica a tais modelos e serviria para elaborar propostas de democracia mais ambiciosas.¹

No Brasil a participação deu um salto na década de 1980 a partir da difusão das novas teorias, do surgimento de novos movimentos sociais e da implantação de programas específicos, criados com o propósito de democratizar a gestão do Estado e de aperfeiçoar as formas de interação entre o poder público e a sociedade. Essa ampla mobilização origina várias formas de participação local, com destaque para a experiência do Orçamento Participativo, que chegou a ser adotada por 192 municípios, administrados por vários partidos.

Portanto, os mecanismos de participação popular não são novidade no Brasil. No âmbito

federal, foram constituídos ou aprimorados nos últimos anos diferentes mecanismos de interação entre Estado e sociedade. Existem hoje 35 Conselhos Nacionais temáticos que contam com a presença da sociedade civil, além de outros mecanismos como as 98 Conferências Nacionais sobre os mais diversos temas, realizadas desde o começo dos anos 2000. Esses mecanismos ampliaram o alcance da participação sem, no entanto, assegurar a implantação efetiva de políticas públicas reivindicadas por esses espaços.

Um bom exemplo é a Conferência Nacional de Comunicação, que reuniu diferentes representantes da sociedade civil ligados ao tema e cujas iniciativas por ela aprovadas nunca se transformaram em políticas públicas, como a regulamentação dos artigos constitucionais que tratam das finalidades educativas e culturais da programação, da regionalização e da presença da produção independente no rádio e TV (Art. 220); ou que asseguram a proibição do monopólio e oligopólio no setor (Art. 221). Nesses casos, nada foi feito efetivamente para promover a posição da sociedade civil aprovada na Conferência.

Apesar disso, um estudo do Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro (IUPERJ), que procurou medir o impacto da participação popular na atividade legislativa, constatou que um quinto dos projetos de lei e quase metade das propostas de emenda constitucional que tramitavam no Congresso, em outubro de 2009, apresentavam forte convergência com deliberações de alguma conferência.

Mas, apesar dessas limitações, o que mais chama a atenção em relação às políticas de participação é a forma como elas têm se transformado, estimulando processos de diferenciação e pluralização da representação

política, ampliando a quantidade de lugares, atores e funções da representação, que já não se resume ao Parlamento e se insere de modo relativamente autônomo na própria estrutura administrativa do Estado. Há uma crescente demanda por controle social e participação da sociedade no controle e na fiscalização das instituições do Estado. Apenas no Portal da Transparência, mantido pelo governo federal, foram mais de 11 milhões de visitas apenas em 2013. Como destaca Avritzer, em seu estudo sobre o Ministério Público e a Polícia Federal, apesar do grande número de instituições voltadas à promoção da prestação de contas – disseminado na Ciência Política pelo conceito de *accountability* –, como a Controladoria Geral da União (CGU), os tribunais de contas e as mais de 270 ouvidorias federais, a forma pela qual se dão o controle e a fiscalização é essencialmente *horizontal*, isto é, são os órgãos de Estado que se fiscalizam mutuamente. Para estimular a fiscalização *vertical*, aquela que permite que a sociedade exerça seu controle diretamente sobre as instituições de Estado, é que entra a participação popular.

Essa, no entanto, não é tarefa fácil. Apesar dos diversos estudos que comprovam que quanto mais participação social, maior a transparência e, conseqüentemente, menor a corrupção, há ainda grande resistência à ampliação do controle social sobre as instituições de Estado. A resistência entre muitos legisladores ao Decreto nº 8.284, que instituiu a chamada Política de Participação Social, é apenas uma prova das dificuldades de aprofundar os mecanismos de participação na perspectiva de ampliar o alcance do controle social. 

Juliano Medeiros é doutorando em Ciência Política pelo IUPERJ e presidente da Fundação Lauro Campos.

¹ GURZA LAVALLE, A.; ISUNZA VERA, E. *Representación y participación en la crítica democrática*. Desacatos, n. 49, setembro-dezembro 2015, pp. 10-27.



A maior e mais ousada iniciativa do nacional-desenvolvimentismo



Lançado em 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) buscou enfrentar a crise internacional da época sem levar o país à recessão, definindo uma série de investimentos em setores-chave da economia. Combinava ação do Estado, da iniciativa privada e do capital externo. Sua execução foi seriamente comprometida pelo aprofundamento da contração internacional. Mesmo assim, foi capaz de dotar o Brasil de uma cadeia produtiva completa, algo inédito na periferia

Gilberto Maringoni – São Paulo

O cenário era simétrico, opaco e nada televisivo. De um lado, estava a bandeira e, de outro, um panteão com o brasão da República. Um púlpito de madeira escura, dois microfones e uma parede revestida com madeira marrom emolduravam o personagem, um senhor de cabelos brancos, terno escuro e aparência grave. A voz era monócórdia e sem emoção, ao ler um maço de papéis que trazia nas mãos:

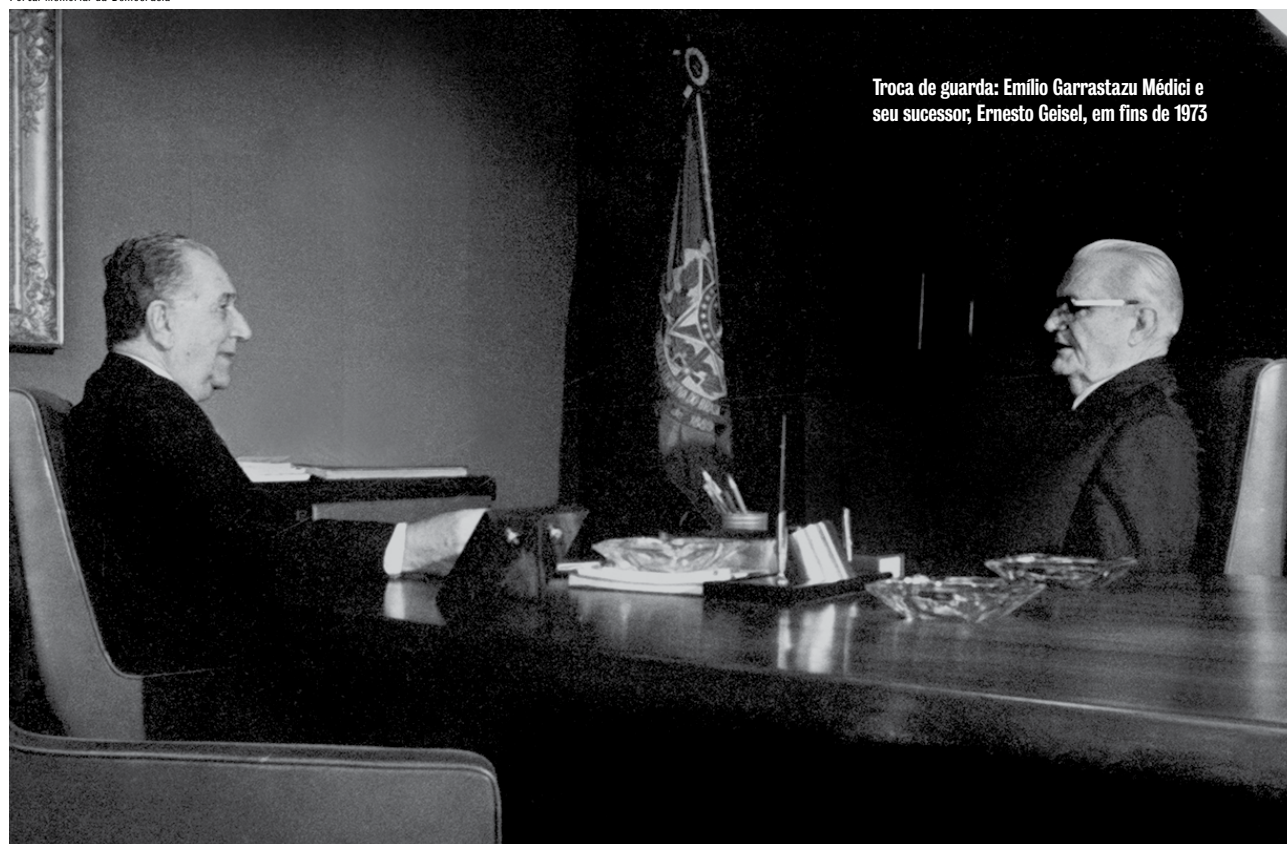
“Brasileiros. Em diferentes oportunidades, particularmente por ocasião do

O país começava a vivenciar um período de desaceleração paulatina da atividade econômica, um ano depois de o presidente anunciar a mais ousada intervenção articulada do Estado na atividade econômica. O II PND priorizava o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital

II Plano Nacional de Desenvolvimento [II PND], julguei necessário referir-me ao cenário de perplexidade e obstáculos pelo qual vem se arrastando a economia mundial, desde fins de 1973”.

Não havia retóricas de *marketing*, efeitos especiais ou fundo musical. Pelos 44 minutos seguintes, na véspera do Natal de 1975, o presidente da República Ernesto Geisel (1974-1979), em rede nacional de rádio e televisão, faria algo impensável nos dias de hoje. Leria um consistente diagnóstico da situação brasileira e mundial e daria

Portal Memorial da Democracia



Troca de guarda: Emilio Garrastazu Médici e seu sucessor, Ernesto Geisel, em fins de 1973

ciência das iniciativas de sua gestão perante tal quadro.

“A verdade é que não estamos diante de uma simples crise, aguda embora, de reajustamento econômico em larga escala. Enfrentamos uma mudança estrutural de toda a economia mundial. O Brasil está conseguindo evitar a estagnação e a recessão”, dizia com formalismo o quarto general da ditadura.

Dois meses antes, em 25 de outubro, boa parte da opinião pública se chocara com a notícia do assassinato – propagado como suicídio – do jornalista Vladimir Herzog numa cela dos órgãos de repressão política, em São Paulo. Politicamente, o governo estava em meio a uma queda de braço entre o presidente e os setores mais duros do regime. A censura prévia havia acabado na imprensa. Disputas intestinas de poder resultariam em um recrudescimento e quase descontrole da repressão política nos meses seguintes.

Geisel alternava o olhar entre o texto e a câmera e falava de subsídios à agricultura e de “setores sem dinamismo”. Detalhava investimentos nas áreas de bens de capital e de infraestrutura. Comentava a situação delicada do balanço de pagamentos e saltava para um tema que lhe era caro: a política energética.

DESACELERAÇÃO PAULATINA O país começava a vivenciar um período de desaceleração paulatina da atividade econômica, um ano após o presidente anunciar a mais ousada intervenção articulada do Estado na atividade econômica. Tratava-se de um ambicioso projeto de investimentos e estímulos coordenados, que tinha o



“O plano foi montado em grande parte pelo Ipea, com algumas ideias que eu tinha exposto na primeira reunião ministerial, e contou com a colaboração de todos os ministros. Foi muito discutido, inclusive no Congresso, que o aprovou com algumas emendas, entrando em vigor em dezembro de 1974”

Ernesto Geisel, ex-presidente da República

planejamento como métrica e uma combinação de capital privado, estatal e externo nos papéis de motores do crescimento. O II PND priorizava o aumento da capacidade energética e da produção de insumos básicos e de bens de capital.

Engendrado e concretizado em meio a uma forte contração da economia mundial, aquele foi o

mais elaborado plano econômico do ciclo desenvolvimentista.

Para o cientista político José Luís Fiori, “o governo Geisel, navegando contra uma maré ideológica e econômica internacional desfavorável, foi o último dos desenvolvimentistas latino-americanos e, certamente, o mais acabado realizador da proposta industrializante da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) do fim dos anos 1940”.

O plano vinha de uma tradição de ordenamento econômico que vicejou especialmente a partir dos anos 1930. Na época, a ação dos Estados nacionais foi decisiva para tirar vários países da depressão e estabelecer eficazes políticas anticíclicas alavancadas por investimentos públicos que estimularam a demanda agregada para reverter a rota descendente dos mercados.

A PALAVRA DE GEISEL No início dos anos 1990, o general Geisel, em longo depoimento a Maria Celina D'Araujo e a Celso Castro, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (FGV-RJ), falou de sua biografia e destacou as ações de seu governo. O II PND mereceu foco especial.

“O plano foi montado em grande parte pelo **Ipea**, com algumas ideias que eu tinha exposto na primeira reunião ministerial, e contou com a colaboração de todos os ministros. Foi muito discutido, inclusive no Congresso, que o aprovou com algumas emendas, entrando em vigor em dezembro de 1974”.

Nas palavras do ex-presidente, “o II PND não era rígido. Era uma diretriz



quadra de apartamentos funcionais em Brasília]. Eu passava lá os fins de semana, escrevendo o plano com base em ideias minhas, mas usando os documentos que tinha recebido do Ipea e com alguns subsídios do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)”

DILEMAS DOS ANOS 1970 Maria da Conceição Tavares, no artigo “A arrancada da economia brasileira em tempos de crise”, aponta a conjuntura em que o leque de medidas foi concebido:

“Na primeira metade dos anos 1970, o sistema mundial foi abalado

para os diferentes órgãos do governo pautarem suas ações e, como tal, foi sujeito a modificações ou a reduções, conforme a situação”.

Partia da meta governamental de concluir a cadeia produtiva interna – bens de consumo leves, bens duráveis e bens de capital – por meio de pesados investimentos em infraestrutura e na indústria de bens de capital. Buscava, com isso, superar a “industrialização restringida”, expressão de João Manuel Cardoso de Mello, e criar um feito inédito em economias periféricas: o de tornar o Brasil uma potência até o fim do século.

No depoimento, Geisel completava: “O II PND pretendia alcançar um desenvolvimento integrado, não apenas econômico, mas também social. Além do aumento da produção nacional, nossa preocupação era, tanto quanto possível, assegurar o pleno emprego, evitando o agravamento de nossos problemas sociais e promovendo melhorias na sua solução”.

“Na primeira metade dos anos 1970, o sistema mundial foi abalado por dois fatos que, ao afetar o centro e também a periferia, provocariam recessão e obrigariam a economia do mundo todo a promover mudanças que levaram ao fim a chamada Era Dourada do capitalismo”

Maria da Conceição Tavares, economista

O então ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso, em entrevista a esta revista, em 2008, lembrou que, “com o II PND, passamos a dominar o paradigma industrial da época, que eram metalurgia e indústrias mecânicas”. O ex-ministro assinala que o conjunto “foi escrito por mim lá na SQS 114 [então uma

O que era o II PND

Espalhado em 136 páginas – disponíveis na internet –, o texto do II PND é dividido em quatro partes – “Desenvolvimento e grandeza: o Brasil como potência emergente”; “Grandes temas de hoje e de amanhã”; “Perspectivas: o Brasil no fim da década”; e “Ação para o desenvolvimento” – em 15 capítulos. É um arrazoado sintético e direto, pelo conjunto de ações ali propostas. Não são definidas apenas iniciativas de investimentos, mas são esboçadas suas fontes de financiamento e métodos de gestão.

Após traçar um breve quadro da situação econômica internacional, aquelas linhas se voltam para o cenário interno e buscam brevemente diagnosticar os principais gargalos a serem vencidos.

por dois fatos que, ao afetar o centro e também a periferia, provocariam recessão e obrigariam a economia do mundo todo a promover mudanças que levaram ao fim a chamada *Era Dourada* do capitalismo”. O chamado “milagre econômico”, com taxas de crescimento acima de 10% ao ano, vivia seus estertores.

A professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) lembra que o primeiro desses fatos se deu quando o governo de Richard Nixon, em agosto de 1971, mudou drasticamente a estratégia dos Estados Unidos em relação à sua moeda. “Diante do enfraquecimento do dólar e da incapacidade

de conter a especulação no mercado cambial, Nixon rompeu com o padrão estabelecido em Bretton Woods, pelo qual a moeda norte-americana tinha sua conversibilidade em ouro”.

O segundo fato, aponta ela, decorreu do acirramento do conflito no Oriente Médio, quando, depois da Guerra do Yom Kipur e do apoio explícito dos Estados Unidos a Israel, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) impôs um embargo aos países do Ocidente, com forte redução da oferta de óleo bruto no mercado mundial.

“Entre outubro de 1973 e março de 1974, ante a redução da oferta em cerca de 50%, os preços do petróleo aumen-

taram em mais de 300%, gerando déficits nas balanças comerciais das nações importadoras”, escreveu a economista.

Diante de tal situação de desaceleração econômica e de forte pressão nas contas de juros das dívidas externas, os países da periferia foram pressionados a fazer rápidos e fortes ajustes em suas economias. O Brasil resistiu.

EXPANSÃO E CRISE A ousadia do governo brasileiro estava em não adotar medidas restritivas, mas, ao contrário, de contar com a possibilidade de um novo ciclo de endividamento – enquanto os juros ainda não haviam subido

Seus eixos principais são a definição das estratégias, o traçado de uma política industrial e agrícola, a discriminação das competências do Estado e do mercado, as carências demográficas, a integração nacional, a ocupação produtiva do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, os investimentos em infraestrutura e energia, problemas de poluição e meio ambiente, desenvolvimento

urbano, planos de investimentos e financiamentos, emprego, programa nuclear e espacial e a articulação com a economia mundial.

As alavancas centrais da ação do governo Geisel, nessa perspectiva, estavam centradas em três áreas fundamentais:

- **Infraestrutura:** ampliação da malha rododiferroviária, da rede de telecomunicações e da constituição

de um modelo para a produção e comercialização agrícola.

- **O advento de um poderoso setor de bens de produção:** indústrias siderúrgica, química pesada, metais não-ferrosos e minerais não-metálicos.
- **Energia:** petróleo e derivados, energia hidroelétrica e fontes alternativas (etanol e energia nuclear).





Embora a repressão não fosse tão aberta, como nos anos mais duros, Geisel combinou autoritarismo e desenvolvimento em seu projeto de completar a cadeia produtiva interna

significativamente – para manter o impulso desenvolvimentista.

O testemunho de Ernesto Geisel deixa claro tal propósito: “A política de meu governo [...], apesar da alta do petróleo e dos males decorrentes de nosso balanço de pagamentos, visou sempre a evitar a recessão”.

Na mensagem que enviou ao Congresso Nacional, em 10 de setembro de 1974, juntamente com o texto inicial do plano, o mandatário parecia se precaver contra possíveis acusações de voluntarismo:

“É certo que não pode haver lugar para otimismo exagerados, num universo de profecias sinistras que vão da estagnação inflacionária à depressão econômica arrasadora. Por outro lado, conformar-se, a priori, ante tais expectativas sombrias de dias difíceis, com um pessimismo

Entre o envio ao Congresso e a sanção da lei, em 4 de dezembro de 1974, o mundo literalmente caiu para a ditadura. Nas eleições de 15 de novembro, que renovariam um terço das cadeiras do Senado e a totalidade dos assentos da Câmara dos Deputados, a ditadura conheceria uma derrota inesquecível

derrotista, seria refugar o esforço construtivo que, com fé, tudo pode, e aceitar, pela apatia e pelo desânimo, a generalizarem-se em ondas sucessivas, a realização, afinal, daqueles mesmos prognósticos negativos”.

De forma um tanto rebuscada, isso significava evitar uma profecia autorrealizável.

Entre o envio ao Congresso e a sanção da lei, em 4 de dezembro de 1974, o mundo, literalmente, caiu para a ditadura. Nas eleições de 15 de novembro, que renovariam um terço das cadeiras do Senado e a totalidade dos assentos da Câmara dos Deputados, o regime conheceria uma derrota inesquecível.

O governo, por meio da Aliança Renovadora Nacional (Arena), elegeu 203 deputados e a oposição, abrigada no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), obteve 161 vagas, de um total de 364. Perdia assim a maioria qualificada, que lhe facultava realizar alterações constitucionais com tranquilidade. Das 22 vagas em disputa no Senado, o MDB levou

16. Começava a longa decadência do regime.

Nesse quadro complicado, o governo decidira chutar o balde, em matéria econômica.

DIFICULDADES EXTERNAS O II PND foi a principal ferramenta para a constituição de uma economia moderna e diversificada no Brasil. Apesar disso, teve graves insuficiências em sua execução. A maior delas foi a baixa confiança inicial – seguida de aberta oposição – do capital privado nacional.

O agravamento da situação externa e a elevação unilateral dos juros nos Estados Unidos foram fatais para os objetivos oficiais.

A realização de um grande empuxo desenvolvimentista lastreado em financiamentos externos e recursos públicos mostrou sua fragilidade a partir do segundo semestre de 1975. É essa a tônica do longo pronunciamento presidencial em rede nacional.

José Luís Fiori assinala que, “se o II PND não chegou a modificar a natureza da acumulação de capital no Brasil, que continuou pautada pelo consumo de bens duráveis, graças ao poder de irradiação dos padrões de consumo dos países avançados, entretanto, esse plano alterou substancialmente as relações do país com o exterior”.

CRÍTICAS ÀS DIRETRIZES OFICIAIS O II PND vem à luz na transição de um período de alta aprovação popular do regime, nos primeiros anos da década, para sérios descontentamentos causados pela desaceleração nos anos seguintes. Se, nos anos do “milagre”, taxas de crescimento da ordem de 10% ao ano geraram um



Em 1977, o Congresso foi fechado por 14 dias, devido à decretação do recesso parlamentar pelo Pacote de Abril

“Se o II PND não chegou a modificar a natureza da acumulação de capital no Brasil, que continuou pautada pelo consumo de bens duráveis, graças ao poder de irradiação dos padrões de consumo dos países avançados, entretanto, esse plano alterou substancialmente as relações do país com o exterior”

José Luís Fiori, cientista político

clima de certa euforia com a elevação do consumo de bens duráveis, os anos do II PND foram marcados por crescentes contestações à ditadura.

Além da derrota eleitoral, em 1974, e dos protestos contra o assassinato de Vladimir Herzog, o regime colheu o desgaste pela edição do Pacote de

Abril de 1977. Com aquela medida, Geisel determinou o fechamento do Congresso por 14 dias e baixou medidas artificiais para assegurar maioria parlamentar. Protestos de rua, promovidos por estudantes, começaram a se espalhar pelas principais capitais e inéditas greves operárias foram deflagradas a partir do Sul e do Sudeste, no ano seguinte.

Mesmo assim, o II PND foi capaz de dotar o país de uma cadeia industrial completa e postergar alguns dos efeitos mais profundos da crise externa para os primeiros anos da década de 1980.

CRÍTICAS DE VÁRIOS LADOS É extensa a literatura voltada para a avaliação econômica daqueles anos.

Possivelmente, a reflexão mais abrangente tenha sido feita por Antonio Barros de Castro, em seu livro *A economia brasileira em marcha*

forçada, de 1985. Entre outros tópicos, ele assinala que:

“Trata-se de um plano cujas propostas centrais encontram-se profundamente marcadas pela consciência de que o mundo se encontrava mergulhado em grave crise, que tornou patente a vulnerabilidade da economia brasileira”.

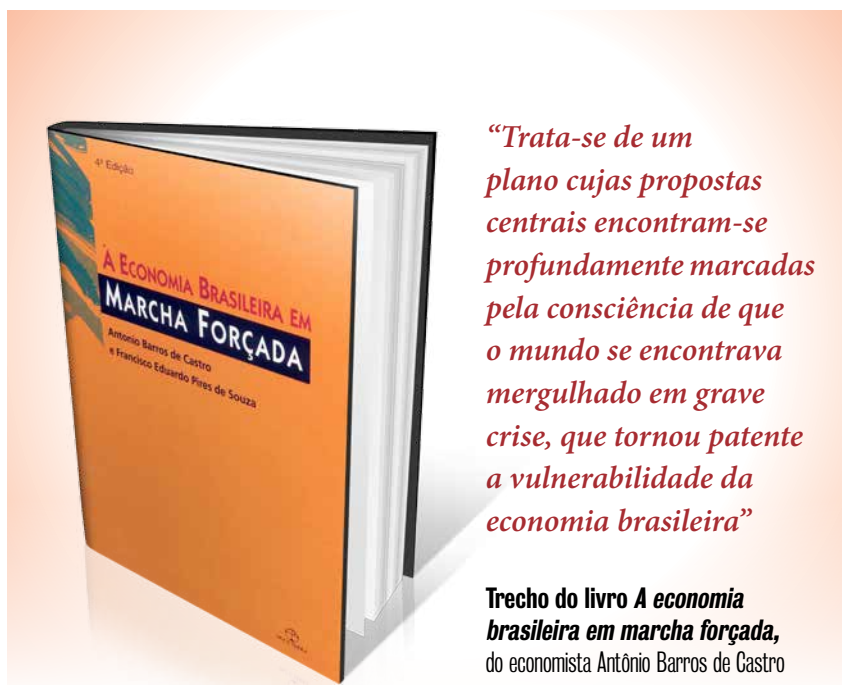
Segundo ele, “de 1974 a 1978, estamos diante de uma economia em desenvolvimento que decidiu não provocar uma recessão como meio de lidar com a adversidade externa”.

Apesar de sua opinião favorável ao elenco de iniciativas, Barros de Castro ressalta um aspecto importante: a falta de articulação e legitimidade social. “O II PND cumpriu toda a sua conturbada trajetória, como um produto de gabinete, incapaz de obter o apoio (e muito menos a mobilização) de uma sociedade que não participou de sua elaboração e não tinha como controlar a sua execução”, destaca.

O economista e ex-presidente do BNDES Carlos Lessa avaliou o II PND, ainda em 1978, como um caso extremo de descolamento do Estado de suas bases de sustentação.

SITUAÇÃO DE RETROCESSO Com uma visão ortodoxa, o economista Edmar Bacha, um dos formuladores do Plano Real e atual diretor da Casa das Garças, assim avalia a política econômica de Geisel, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, em 2009:

“Quando se abateu sobre a Coreia do Sul a primeira crise do petróleo, em 1974, os coreanos mudaram de rumo, trataram de poupar e investir mais e começaram a enfatizar a busca do mercado externo, abandonando a substituição de importação como



Documentadamente, o período Geisel foi de retrocesso, houve uma enorme queda da produtividade por causa dessa insistência em produzir cada vez mais produtos para os quais não estávamos capacitados

estratégia de crescimento. No Brasil, fizemos o contrário. Quando veio a primeira crise do petróleo, a nossa resposta, por meio do II PND foi reafirmar o modelo de substituição de importações, o que acabou desembocando nessa loucura que foi a Lei da Informática. E, documentadamente, o período Geisel foi de retrocesso, houve uma enorme queda da produtividade por causa dessa insistência em produzir cada vez mais produtos para os quais não estávamos capaci-

tados. As respostas do regime militar às crises externas que ele enfrentou fizeram com que o Brasil perdesse potencial de crescimento, virasse uma economia hiperinflacionária e agravasse a concentração de renda”.

ATAQUES VIA IMPRENSA Houve uma segunda ordem de críticas ao II PND, vindas de setores liberais do empresariado. A caixa de ressonância foi a imprensa.

O jornalista Elio Gaspari, em seu livro *A ditadura encurralada*, conta:

“Na segunda metade de fevereiro de 1975 o jornal [*O Estado de S. Paulo*] publicou uma série de onze reportagens intitulada “Os caminhos da estatização”. Refletindo o clima da época e o tipo de relações do patronato com a ditadura, exaltava a iniciativa privada, sem que houvesse em nenhum dos textos uma única frase de empre-

Quando veio a primeira crise do petróleo, a nossa resposta, por meio do II PND, foi reafirmar o modelo de substituição de importações. O período Geisel foi de retrocesso, houve uma enorme queda da produtividade por causa dessa insistência em produzir cada vez mais produtos para os quais não estávamos capacitados



sário defendendo seus interesses, muito menos criticando o governo. *O Estado* justificava o anonimato das fontes como um estímulo à franqueza, mas reconhecia: ‘A busca desse sigilo, por si só, é bastante representativa da situação de dependência em que vivem esses empresários’.

Na retórica do jornal, o governo trabalhava de forma aberta em um objetivo de estatizar a economia e sufocar a iniciativa privada. Era algo que uma simples leitura do texto aprovado pelo Congresso poderia desmentir. Mas o matutino insistia: o Brasil estaria em marcha batida

rumo ao socialismo. Outros setores atacavam o caráter autoritário do plano e o próprio governo federal.

Mais adiante, Gaspari assinala que “o *Jornal do Brasil* se juntou ao debate com um novo articulista, o almirante da reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, ex- superintendente do programa de Marinha Mercante (Sunaman). Entrou batendo forte. Num artigo intitulado ‘Comunismo e seu novo nome: capitalismo de Estado’, iluminou o caminho que permitiria ao empresariado criticar o governo sem desonrar o compromisso anti-comunista do regime”.

CRESCIMENTO EXPRESSIVO O plano garantiu taxas de crescimento expressivas, embora menores que no período 1969-1973. Em 1975, o PIB se expandiu 5,1%; em 1976, 10,2%; em 1977, 4,9%; em 1978, também 4,9%; e em 1979, 6,8%.

Entre 1974 e 1979, a dívida externa passou de US\$ 14,9 bilhões para US\$ 55,8 bilhões. No início do período, havia crédito barato no mercado internacional, parâmetro que se reverteu no fim da década.

Segundo Vanessa Boarati, professora do Insper, no artigo “A defesa da estratégia desenvolvimentista do II PND” (2005), “em meados de 1976,

O plano garantiu taxas de crescimento expressivas, embora menores do que no período 1969–1973. Em 1975, o PIB se expandiu 5,1%; em 1976, 10,2%; em 1977, 4,9%; em 1978, também 4,9%; e em 1979, 6,8%



a acentuação dos desequilíbrios do balanço de pagamentos alterou sensivelmente todo o discurso oficial, e, a partir desse ano, o governo é obrigado a rever os projetos de investimentos, reduzindo-os significativamente”.

Segundo ela, em declaração aos jornalistas em dezembro de 1976, Geisel ressalta que “os investimentos públicos previstos pelo II PND para 1977 teriam de ser reduzidos em 25% para evitar a escalada da inflação (estacionada em torno de 40%) e da dívida externa (cerca de US\$ 31 bilhões) para controlar o déficit do balanço de pagamento”.

“É intenção do governo evitar que a estagnação de certas regiões do mundo se propague pelo Brasil. Para tanto, prosseguiremos com uma política antirrecessiva. (...) Isso interessa fundamentalmente ao setor privado, ao qual cabe executar aqueles programas, ao qual cabe fornecer-lhes equipamentos, matérias-primas e serviços”

Ex-presidente Ernesto Geisel,
em pronunciamento televisivo

A BUSCA PELA AUDIÊNCIA Voltemos ao pronunciamento televisivo de Ernesto Geisel, mencionado no início. O ritmo monótono seguiria dando o tom de toda a intervenção.

O general falava da política energética, com absoluto destaque para o setor de petróleo e álcool. Ao longo de infindáveis minutos, ele seguiria comentando a situação internacional, os perigos da elevação dos juros e a necessidade de se manter o nível de emprego interno. Lamentava a redução do crescimento.

Uma inserção televisiva dessa natureza jamais seria feita numa atualidade pautada pelo ritmo de videoclipe e por efeitos especiais da propaganda política. O mandatário detalhou as ações da Petrobras, diante das perspectivas “pouco alentadoras” de redução ou estabilização dos preços do petróleo. Falou dos contratos de risco, associação com empresas privadas. Prosseguiu, externando uma meta:

“É intenção do governo evitar que a estagnação de certas regiões do mundo se propague pelo Brasil. Para tanto, prosseguiremos com uma política antirrecessiva”. Ressaltava a importância de se manter os programas de investimentos “que levam à solução dos problemas do balanço de pagamentos, [possibilitam a] substituição intensiva de importações e a manutenção do nível da atividade econômica”.

No fim, parecia vocalizar uma intenção: “Isso interessa fundamentalmente ao setor privado, ao qual cabe executar aqueles programas, ao qual cabe fornecer-lhes equipamentos, matérias-primas e serviços”.

Embora favorecido por incentivos, financiamentos e subsídios, ficaria claro que boa parte do setor privado preferia não correr riscos. E logo começou a se opor ao plano e ao governo.

O PLANO EM LETRA DE FORMA

Veracel

Em seus principais trechos, o II PND define uma linha anticíclica, por meio do investimento público, financiamento externo e prioridade ao capital privado nacional

A legislação que define o II PND, aprovada no Congresso no fim de 1974, afiançava:

“O Brasil deverá ajustar a sua estrutura econômica à situação de escassez de petróleo e ao novo estágio de sua evolução industrial. Tal mudança implica grande ênfase nas indústrias básicas, notadamente o setor de bens de capital e o de eletrônica pesada, assim como o campo dos insumos básicos, a fim de substituir importações e, se possível, abrir novas frentes de exportação.

O plano também apontava para as virtudes do setor rural: “A agropecuária, que vem tendo, em geral, bom desempenho, é chamada a cumprir novo papel no desenvolvimento brasileiro, com contribuição muito mais significativa para o crescimento do PIB e mostrando ser, o Brasil, capaz de realizar sua vocação de supridor mundial de alimentos e matérias-primas agrícolas, com ou sem elaboração industrial”. Diante dessas premissas, o objetivo é assim sintetizado: “Espera-se consolidar, até o fim da década, uma sociedade industrial moderna e um modelo de economia competitiva”.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA Em tempos de alta nos preços do petróleo, do qual o Brasil era dependente de importações, um dos focos essenciais estava no capítulo de energia:



A agropecuária teve papel significativo para o desenvolvimento brasileiro e o crescimento do PIB

“Na etapa dos próximos cinco anos, o país realizará grande esforço de reduzir sua dependência em relação a fontes externas de energia”. A necessidade de se reduzir a dependência em relação ao petróleo importado era premente. A Petrobras ainda não havia feito as grandes descobertas de poços em alto-mar. Assim, o documento apontava a necessidade de um “programa maciço de prospecção (na plataforma, em áreas sedimentares em terra e no exterior) e de produção”, com elevação de 225% do valor dos investimentos em cinco anos.

As áreas correlatas mereciam destaque no texto, que culminaria com a criação do CNPq:

“Em nenhuma outra época do desenvolvimento brasileiro o progresso científico e tecnológico teve a função básica que lhe é atribuída, no próximo estágio, com equilíbrio entre pesquisa aplicada e pesquisa fundamental, sob a coordenação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), em fase de criação”.

Como tópico adicional, essa parte apontava para a necessidade de se incrementar os programas “nuclear e espacial”.

MUNDO AO REDOR O projeto elaborado por João Paulo dos Reis Velloso também contemplava as relações internacionais:

“Na Integração com a economia mundial, ganha mais importância a conquista de mercados externos, principalmente, para manufaturados e produtos primários não tradicionais (agrícolas e minerais). Procurar-se-á manter sob controle o déficit do balanço de pagamentos em conta-corrente (equivalente ao volume de poupança externa absorvido). Será continuada a política de diversificação das fontes de financiamento, dos mercados

externos e do investimento direto estrangeiro”.

Mesmo sendo uma economia não completamente industrializada, o Brasil, na visão dos dirigentes da época, deveria abrir o leque de parcerias externas e buscar formas de integração continental:

“No esforço dinâmico de mais alto nível de intercâmbio com as áreas prioritárias definidas, será diversificada a nossa atuação de comércio dentro dos Estados Unidos (Costa Oeste, Meio Oeste, Sul, Zona do Caribe); consolidada a posição

junto ao Mercado Comum Europeu (hoje nosso maior mercado); desenvolvido esquema da maior integração possível com a América Latina; tornada mais efetiva nossa política em relação à África e estabelecida estratégia global de cooperação com os países árabes; fortalecida a ponte já feita com o Japão, com seleção de áreas prioritárias para seus investimentos no país; formado um conjunto de novos mecanismos para a intensificação do comércio com a União Soviética e o Leste Europeu; ampliada consideravelmente a frente

Cadeia produtiva

A política industrial apontada tinha como meta dotar o país da cadeia produtiva completa:

A estratégia industrial, no período, cuidará, principalmente, dos seguintes pontos:

I — Desenvolvimento dos setores de base e, como novas ênfases, particularmente da indústria de bens de

capital, da indústria eletrônica de base e da área de insumos básicos. (...)

II — Abertura de novos campos de exportação de manufaturados, com maior complexidade tecnológica, em complemento às exportações de indústrias tradicionais. Tais campos incluem os computadores de grande porte; minicomputadores de fabricação

nacional; navios; automóveis, ônibus, caminhões; motores e outros componentes da indústria automobilística; equipamentos agrícolas, rodoviários e hidroelétricos; máquinas-ferramenta e instrumentos; produtos siderúrgicos, inclusive pela construção de usinas destinadas, principalmente, à produção de semiacabados para exportação;



de relações comerciais com a China Continental”.

Em relação ao Sul do mundo, a dinâmica seria prioritária:

“O Brasil continuará preconizando a maior abertura possível de cooperação econômica entre os países da América Latina, como o verdadeiro caminho para a viabilização futura dos esquemas de integração econômica. [...] Nossa política em relação à África, e especialmente às nações tornadas independentes a partir dos anos 60, ganhou nova dimensão, com o início de empreendimentos conjuntos em vários países”.



equipamentos e componentes de bens de capital; relógios, aparelhos de precisão. (...)

III — Maior impulso ao desenvolvimento tecnológico industrial, inclusive com preocupação de evitar dispêndios excessivos nos pagamentos por tecnologia.

IV — Impulso ao desenvolvimento da indústria de alimentos, com continuação do esforço de modernização e reorganização de certas indústrias tradicionais.

V — Atenuação dos desníveis regionais de desenvolvimento industrial, evitando-se a continuação da tendência à concentração da atividade industrial em uma única área metropolitana.

Os bancos oficiais – em particular o então BNDE – teriam atuação decisiva no financiamento e viabilização das metas propostas não apenas no setor industrial, como também no que toca à agropecuária.

A necessidade de se reduzir a dependência em relação ao petróleo importado era premente. A Petrobras ainda não havia feito as grandes descobertas de poços em alto-mar

PODERES DO PODER PÚBLICO No capítulo sobre estratégia econômica ficava bem delimitado o papel do Estado:

“Adoção de regime econômico de mercado, como forma de realizar o desenvolvimento com descentralização de decisões, mas com ação norteadora e impulsionadora do setor público”. O capital externo deveria se submeter a tal lógica: “Aqui se coloca, obviamente, o problema de ajustar as multinacionais à estratégia nacional”.

O governo Geisel buscava concretizar uma meta cara aos desenvolvimentistas: a criação de grandes grupos empresariais privados, que atuassem complementarmente à ação

estatal. Algo assim seria realizado com êxito pela Coreia do Sul, na década seguinte. E, surpreendentemente, o texto apontava a “necessidade de compatibilizar tal orientação com a política de distribuição de renda”.

DIVIDIR O BOLO Em sua “Estratégia de desenvolvimento social”, o II PND criticava diretamente uma frase atribuída ao ex-ministro Delfim Netto:

“O governo não aceita a colocação de esperar que o crescimento econômico, por si, resolva o problema da distribuição de renda, ou seja, a teoria de ‘esperar o bolo crescer’. Há necessidade de, mantendo acelerado o crescimento, realizar políticas redistributivas enquanto o bolo cresce”. A verdade é que, de um lado, o crescimento pode não resolver o problema da adequada distribuição de renda, se deixado à simples evolução dos fatores de mercado. E, de outro lado, a solução por meio do crescimento, apenas, pode demorar muito mais do



metropolização tem levado, principalmente no Grande Rio e na Grande São Paulo, à presença forte do problema da poluição industrial, que começa a ameaçar outros grandes centros urbanos.

[...]

O combate à poluição já é importante, no Brasil. De um lado, já se observam, principalmente em face da excessiva concentração industrial em certas áreas metropolitanas, sem zoneamento adequado, assim como da proliferação de veículos nos mesmos aglomerados urbanos, manchas de poluição agudas ou significativas, em várias regiões do país, como os casos críticos óbvios da Grande São Paulo e do Grande Rio. De outro lado, a devastação de recursos naturais — de solo, vegetais e animais — assume proporções inadmissíveis, em consequência da construção da infraestrutura, da execução de programas industriais e agrícolas, mas, principalmente, da ação predatória de interesses imediatistas.

DE ONDE VEM O DINHEIRO O plano não apenas apontava gargalos e definia soluções, como mostrava o volume de investimentos e suas fontes internas de financiamento. Eram eles o Orçamento da União, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), Banco Nacional de Habitação (BNH), a Caixa Econômica Federal.

“Atuação dos bancos oficiais, e das superintendências regionais, em estreita articulação com os ministérios setoriais, para que sua ação financiadora, e na gestão dos incentivos fiscais, seja integralmente consistente com as prioridades do ministério responsável pela área.” 

que a consciência social admite, em termos de necessidade de melhorar rapidamente o nível de bem-estar de amplas camadas da população”.

O programa envolvia ainda uma “estratégia de desenvolvimento social”, que tinha por meta a criação em cinco anos de “cerca de 6,6 milhões de empregos novos” (em um país de 110 milhões de habitantes) e com uma política de salários “para permitir a criação progressiva da base para o mercado de consumo de massa”. Ao mesmo tempo, apontava para uma “política de valorização de recursos humanos, para qualificação acelerada da mão de obra, aumentando sua capacidade de obtenção de maior renda, por meio da educação, treinamento profissional, saúde, saneamento e nutrição”. Em cada um desses tópicos, o plano apontava os valores dos investimentos a serem feitos.

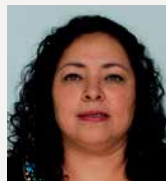
Além disso, apontava-se que “nas áreas de saúde pública e assistência médica da previdência, cuidar-se-á da reforma de estruturas, para dar capacidade gerencial a esses setores, a exemplo do que já se vem fazendo

“O Brasil continuará preconizando a maior abertura possível de cooperação econômica entre os países da América Latina, como o verdadeiro caminho para a viabilização futura dos esquemas de integração econômica”

na educação, especialmente quanto às universidades”.

POLUIÇÃO E MEIO AMBIENTE O documento mostra uma preocupação positiva com o meio ambiente, num Brasil de quatro décadas atrás. Nesse ponto, destacam-se as atenções dadas à urbanização desordenada:

“Ao longo da década, o país se estará caracterizando, cada vez mais, como uma sociedade predominantemente urbana, em processo acelerado de metropolização. [...] Essa prematura



Desafios das comunidades de pescadores e o papel dos governos na América Latina

As comunidades de pescadores artesanais ou comerciais na América Latina, como outras tantas que praticam atividades de escala e tradição familiar, estão em crise. Aproximadamente 90% dos pescadores latino-americanos são artesanais e contribuem para o sustento nutricional de milhares de famílias, além do que, com a comercialização dos seus produtos, contribuem para os gastos com saúde, moradia e educação. Contudo, paradoxalmente, não são participantes ativos nas políticas públicas, apesar de sua importância para a segurança alimentar, as economias locais e o conhecimento dos ecossistemas. Uma revisão das situações adversas para a sustentabilidade da atividade no México e na Argentina poderia ser compartilhada por outros grupos na região: falta de projetos governamentais integrados que incentivem o pescador, o encolhimento espacial (zonas de lance e embarcadouros), redução temporal (pelo nível das águas), proibições naturais e políticas, intermediários, a perda de espécies e a contaminação, bem como a precarização de suas condições de vida.

O maior lago do México é o Chapala, localizado na região ocidental e pertencente aos estados de Michoacán e Jalisco. A pesca artesanal nesse lago foi a atividade econômica mais representativa até o século XX. No entanto, nas últimas décadas, os pescadores têm enfrentado problemas para viver exclusivamente da pesca. Por um lado, o mapa de atores locais exhibe uma nova complexidade que representa a diversidade de interesses sobre o lago e seus recursos: restaurantes, agroindús-

trias exportadoras, loteadores de terras, promotores imobiliários, fileteadores, coletores e embarcações turísticas.

Entretanto, o território e sua paisagem se fragmentaram no que diz respeito à sua função, acentuando os impactos sobre os ecossistemas e espécies endêmicas, bem como o acesso desigual à água, que privilegia as grandes cidades (como a área metropolitana de Guadalajara) e investidores agroexportadores, em detrimento das comunidades rurais, pescadores e pequenos agricultores.

Nesse cenário, os pescadores e suas famílias recorrem a estratégias para diversificar suas fontes de renda, empregando-se em atividades não pesqueiras, como construção civil, serviços, trabalhadores rurais e emigrantes para os Estados Unidos. Contudo, o ofício de pescador não se abandona se a pessoa continua vivendo em uma comunidade ribeirinha, especialmente para aqueles em que a idade, a falta de oportunidade ou o amor à terra e à pesca estão presentes.

No caso das comunidades de pescadores do nordeste argentino, que desempenham o ofício nas margens do rio Paraná, na altura do Chaco e de Corrientes, o panorama não é mais animador. A atividade está restringida por diversos mecanismos políticos e condições naturais; tensões e conflitos intra, inter e extragrupos; judicialização no Chaco e proibição em quase toda a orla de Corrientes; forte presunção de depredação, ilegalidade e ignorância sobre o grupo por parte da imprensa e órgãos públicos e uma forte pressão para a reconversão para outras atividades. Na zona ribeirinha do rio

Paraná podemos notar uma incipiente diversificação de atores de capitais privado e estatal. O Estado assume a liderança no turismo baseado na pesca desportiva, na infraestrutura de grande escala e no desenvolvimento de um parque industrial. O setor imobiliário pressiona pela construção de complexos residenciais em locais próximos ao rio onde, devido ao encarecimento da terra, é previsível o assentamento de residentes urbanos.

A dimensão conflitante desses territórios deriva da concorrência de diversos atores com diferentes usos, lógicas e interesses sobre os seus recursos naturais, particularmente pesqueiros e paisagísticos. Cabe aos Estados responder ao processo de desigualdade dos setores tradicionais frente aos modelos modernizadores das bacias hidrográficas e territórios hidrossociais, e assim gerar capacidades democráticas para a governança onde as desigualdades socioeconômicas e de acesso aos recursos hídricos se aprofundaram.

Uma tarefa pendente na América Latina é institucionalizar mecanismos de interação democrática entre atores com interesses conflitantes, a fim de desenhar, implementar, avaliar e reformular políticas públicas de forma consensuada que tendam a privilegiar a qualidade de vida das comunidades locais e seus meios de sustento, como é o caso dos pescadores artesanais e das fontes de água em seus territórios. 

Nidia Piñeyro, Adriana Sandoval-Moreno e Adriana Hernández-García são membros da Área Temática Bacias e Territórios Hidrossociais da Rede Waterlat-Gobacit e pesquisadoras da Universidad Nacional del Nordeste, Argentina, Universidad Nacional Autónoma do México e Universidade de Guadalajara, respectivamente. Traduzido do original em espanhol por Maria da Piedade Moraes



Cadeias produtivas têm potencial na América do Sul

Pesquisa realizada pelo **Ipea**, em parceria com a Cepal, revela que complementaridade na região ainda é muito baixa, mas há capacidade de expansão

Da Redação

Você procura uma oficina para instalar ar-condicionado no carro e imagina: “Para quê perder tempo?” Acaba deixando o serviço a cargo do profissional mais próximo de casa, sem se preocupar tanto com o tempo de entrega, o custo e a qualidade. Um pouco mais de pesquisa em outro bairro poderia lhe levar a uma oficina que cobra a metade do preço e tem mais experiência naquela atividade, o que deixa o produto melhor e valoriza o veículo. A analogia é simplista, mas ajuda a ilustrar uma estratégia de atuação internacional ainda pouco observada na América do Sul: a complementaridade produtiva.

Uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (**Ipea**)

97%

do valor

adicionado (PIB), no Brasil, se devem à produção interna

e da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), com o apoio da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), concluiu que a integração das

cadeias produtivas no subcontinente ainda é muito incipiente e possui potencial de desenvolvimento. Ou seja, em média, um país sul-americano, como o Brasil, concentra, internamente, em seu próprio território, grande parte – quando não a totalidade – de um processo produtivo. Em muitos casos, encomendar parte do serviço para o vizinho pode ser a melhor alternativa.

O levantamento inédito da Matriz de Insumo-Produto da América do Sul – que pode ser encontrado no site do **Ipea** (www.ipea.gov.br) – revela que o Uruguai e a Bolívia são os países mais integrados da região. No caso uruguaio, 4,97% do valor adicionado no país (PIB) correspondem a produtos provenientes do Brasil e 4,19% de produtos vindos da Argentina. E 88,2%

Decomposição do valor adicionado total, por país (em %)

	Argentina	Brasil	Bolívia	Chile	Colômbia	Equador	Paraguai	Peru	Uruguai	Venezuela
Argentina	94,903	1,205	2,677	2,879	0,389	1,128	2,986	0,588	4,971	0,242
Brasil	3,929	97,333	3,221	0,832	1,120	1,839	2,708	0,822	4,190	1,167
Bolívia	0,207	0,158	90,137	0,054	0,156	0,188	0,086	0,119	0,018	0,079
Chile	0,362	0,816	0,901	94,719	0,383	0,462	0,100	0,670	1,271	0,211
Colômbia	0,036	0,032	0,556	0,109	95,806	2,076	0,006	0,978	0,017	1,369
Equador	0,005	0,021	0,318	0,164	0,200	92,266	0,002	1,358	0,037	0,038
Paraguai	0,352	0,053	0,500	0,111	0,008	0,072	93,969	0,064	0,157	0,013
Peru	0,054	0,221	0,960	0,989	0,565	0,703	0,018	94,518	0,170	0,205
Uruguai	0,117	0,079	0,257	0,053	0,030	0,060	0,101	0,009	88,269	0,027
Venezuela	0,035	0,081	0,474	0,090	1,343	1,206	0,024	0,873	0,900	96,647

do valor adicionado correspondem à produção interna, sem participação de outros países. Em relação ao Brasil, 97% do valor adicionado se devem à produção interna.

“Há indícios de complementaridade, menos do que eu desejaria, mas há coisas acontecendo na América do Sul. Há um potencial de complementaridade. Pode-se aprofundar onde já existe alguma semente. Cabe explorar o potencial de criação dessas cadeias”, afirmou Renato Baumann, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** e coordenador do projeto. O estudo inclui dez países: Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela –, deixando de fora, na América do Sul, somente Suriname, Guiana e Guiana Francesa.

A tabela na página anterior traz a decomposição do valor adicionado total (PIB), por país, em porcentagem. Por exemplo, observa-se que, na Argentina, 94% do valor adicionado correspondem à produção interna, sem participação externa. Ao analisar o Brasil, depreende-se que a integração mais forte na América do Sul se dá com a Argentina (1,2% do valor adicionado) e com o Chile (0,81%). A matriz é formada por 40 setores, sendo 35 de bens e cinco de serviços. Os dados se referem a 2005, último ano para o qual foi possível homogeneizar as informações sobre os dez países, e foram calculados em dólares correntes a preços básicos (sem impostos e subsídios).

Em um estudo realizado a partir dos dados da Matriz de Insumo-Produto da América do Sul, a Cepal concluiu que a demanda brasileira por bens intermediários gera, na Argentina, 145



“Há indícios de complementaridade, menos do que eu desejaria, mas há coisas acontecendo na América do Sul. Há um potencial de complementaridade. Pode-se aprofundar onde já existe alguma semente. Cabe explorar o potencial de criação dessas cadeias”

Renato Baumann, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**

mil empregos. Segundo a análise, os setores mais beneficiados na Argentina com postos de trabalho relacionados à demanda por bens intermediários no Brasil são veículos a motor, reboques e semirreboques, polpa de madeira, papel, prensas e material editorial, têxtil, maquinário e equipamentos

(exceto maquinário elétrico). Apenas as exportações argentinas destinadas ao setor automotivo do Brasil impulsionam aproximadamente 10,6 mil empregos no país vizinho.

As exportações da Argentina, para o setor agrícola brasileiro, por sua vez, são responsáveis por cerca de 6.400 postos de trabalho naquele país. Os principais setores beneficiados com esses empregos na Argentina são os de produtos químicos – exceto farmacêuticos –, agricultura e florestal e maquinaria e equipamentos (exceto maquinaria elétrica).

“A matriz revela a origem das compras e das vendas na economia. É um formato contábil de informação relativa a atividades econômicas de um país e retrata as relações econômicas entre setores industriais. Ela permite ver as transações de bens intermediários e finais”, explicou José Durán, pesquisador da Cepal em Santiago.

PANORAMA As exportações dos dez países sul-americanos impulsionam pouco mais de 25,6 milhões de empregos, mas as exportações intrarregionais (para a própria América do Sul) são responsáveis por 3,89 milhões de postos. Das 25,6 milhões de vagas, 45% estão alocadas no Brasil, 14% no Peru, 9% na Colômbia, 8% na Argentina e 8% na Venezuela. Os demais países somados (Uruguai, Paraguai, Equador, Chile e Bolívia) ficam com 16%. Ainda segundo a análise da Cepal, com base na Matriz de Insumo-Produto, esses empregos ligados à exportação representam 15,4% do total da população ocupada na América do Sul (menos Guianas e Suriname). No Brasil, eles correspondem a 12,7% do total.

Outra conclusão significativa é a de que o emprego ligado a exportações para a América do Sul tem um peso maior na Bolívia (11% da população ocupada), Paraguai (9%), Uruguai (7%) e Argentina (5%). No Brasil, essa parcela equivale a 1%. “A matriz é uma importante ferramenta para o desenho de políticas públicas. Ela contém informações sobre relações de usos de bens e permite identificar a estrutura vertical de produção compartilhada entre países”, afirmou Durán.

Para o professor Renato Flores, do Núcleo de Prospeção e Inteligência Internacional da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que participou do evento de lançamento da Matriz Insumo-Produto no Ipea, outra constatação a partir da base de dados é que Brasil, Colômbia e Venezuela representam as economias menos integradas regionalmente. “O Brasil não tem, em nenhum dos 40 setores integrantes da matriz, contrapartidas de valor adicionado estrangeiro superiores a 10%”, afirmou.

Na avaliação do professor da FGV, dos 40 setores, 38 têm valor adicionado em razão da participação dos demais nove países sul-americanos (PIB) inferior a 4%. “Para cada setor de um país, calculamos o quanto do valor adicionado é devido à produção de outros países. Isso é outra medida da integração. Fizemos isso para cada país, para cada um dos setores”, informa.

A Colômbia possui apenas um setor com mais de 10% de valor adicionado por outros países: máquinas e aparelhos elétricos. A Venezuela, por sua vez, tem três setores acima dos 10%: veículos automotivos, reboques e semirreboques, calçados e outros alimentos processados. Por essa metodologia, os países mais integrados da região são Uruguai, Bolívia e Paraguai.

No entanto, quando são estudados somente os cinco setores de serviços, o Brasil apresenta o melhor desempenho da América do Sul em termos de integração. “O maior coeficiente é o do Brasil. É o que tem mais ligações por serviços, o que dá certo respaldo. A matriz é um instrumento de investigação. Ela dá pistas da integração do Brasil como fornecedor e da integração pelos serviços”, acrescentou Flores. Argentina e Uruguai também têm bom desempenho, e os demais países estão menos conectados.

ESTRATÉGIA Os benefícios da complementaridade produtiva ganharam destaque, especialmente, desde que a Ásia passou a impulsionar esse tipo de cooperação, tendo a China como epicentro. No começo do ano, o Banco Mundial divulgou um relatório alertando que países do sul da África também poderiam se beneficiar da

AS EXPORTAÇÕES DOS DEZ PAÍSES SUL-AMERICANOS IMPULSIONAM POUCO MAIS DE 25,6 MILHÕES DE EMPREGOS, MAS AS EXPORTAÇÕES INTRARREGIONAIS (PARA A PRÓPRIA AMÉRICA DO SUL) SÃO RESPONSÁVEIS POR 3,89 MILHÕES DE POSTOS



maior integração regional. “Por esse estudo, notamos que a região poderia atrair mais investimentos e aumentar a quantidade de postos de trabalho não só na indústria e no agronegócio, mas em setores de serviços de alto valor agregado, como transporte e logística, infraestrutura, finanças e serviços profissionais, se tirasse proveito de suas capacidades coletivas para competir globalmente”, afirmou Guang Zhe Chen, diretor do Banco Mundial para África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia, Zâmbia e Zimbábue.

Acordos recentes de comércio, como a Parceria Transpacífico (TPP, na sigla em inglês), anunciada em 2015, elevam a pressão para que o mundo se adapte a um período de novos artifícios destinados a baratear a produção. O TPP prevê o fim ou a redução de até 18 mil tarifas comerciais entre 12 países – Austrália,



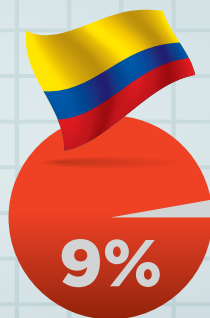
DAS 25,6 MILHÕES DE VAGAS DE EMPREGOS DA AMÉRICA DO SUL:



**ESTÃO
ALOCADAS
NO BRASIL**



**ESTÃO
ALOCADAS
NO PERU**



**ESTÃO
ALOCADAS NA
COLÔMBIA**



**ESTÃO
ALOCADAS NA
ARGENTINA**



**ESTÃO
ALOCADAS NA
VENEZUELA**

Brunei, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã. Para entrar em vigor, o texto precisa ser ratificado até fevereiro de 2018 por, no mínimo, seis países que respondam por, ao menos, 85% da economia do grupo. Nesse caso, Estados Unidos e Japão são essenciais.

No entanto, a construção de cadeias produtivas eficientes não é algo trivial em um mundo onde o protecionismo cresce, onde as *commodities* não têm mais o peso do século passado e a demanda por diversos produtos cai. E, sobretudo, onde os esforços pela manutenção de postos de trabalho se intensificam. Somem-se a isso as exigências crescentes por produtos sustentáveis e cuja cadeia atenda a padrões internacionais de condições de trabalho e qualidade, além dos

A partir do mapeamento da Matriz de Insumo-Produto da América do Sul, governos da região passam a ter subsídios para identificar cadeias produtivas que podem ser incrementadas, visando à economia de recursos e maior integração

pré-requisitos de infraestrutura para que o trânsito de peças e produtos funcione a contento: portos, aeroportos, estradas e alfândegas prontos para impedir barreiras à fluidez do comércio.

A partir do mapeamento da Matriz de Insumo-Produto da América do Sul, governos da região passam a ter subsídios para identificar cadeias

produtivas que podem ser incrementadas, visando à economia de recursos e maior integração. O trabalho realizado pelo Ipea e pela Cepal começou em 2013, envolvendo consultores dos 10 países sul-americanos, técnicos da Cepal em Santiago, técnicos da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico em Paris, da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (Unctad) e da Organização Mundial do Comércio (OMC). “Chegamos a um produto estritamente compatível com a matriz do projeto que é realizado pela OCDE com a metodologia Trade in Value-Added (Tiva)”, explicou Baumann. “A matriz transcende o âmbito nacional e regional e será, em algum momento, incorporada à matriz mundial. Demos um passo significativo.”

PERFIL

Ulysses Guimarães



A longa odisseia pela Democracia

Símbolo da resistência contra a ditadura e da luta pela Constituição de 1988, combatida pelos arautos do “mercado”, ex-deputado deixou um legado político sem paralelo

Carol Arantes – São Paulo

Se é verdade que algumas pessoas vêm ao mundo predestinadas a cumprir uma missão, esse foi, seguramente, o caso de Ulysses da Silveira Guimarães, um dos homens públicos mais importantes do Brasil no século passado. Assim como o rei de Ítaca, do poema épico de Homero, ele também enfrentou uma odisseia: a luta incansável, nas águas turbulentas da ditadura militar, para que o país conquistasse as liberdades democráticas.

Primeiro dos cinco filhos do coletor federal Ataliba Silveira Guimarães e da professora primária Amélia Correia Fontes Guimarães, Ulysses nasceu em Rio Claro, interior paulista, no dia 6 de outubro de 1916. Estaria, portanto, completando neste ano seu centenário. Dividiu a infância e a adolescência entre o sonho da mãe

de vê-lo se tornar um pianista e o interesse pela política, alimentado nas conversas com o pai, um homem sensível às causas populares. Com o teclado, veio a paixão pela literatura, estimulada por Alzira, a primeira professora de piano.

A política, no entanto, haveria de se impor, naturalmente, na vida do ex-deputado, que desde criança manifestava o dom da palavra. Em seu livro *Dr. Ulysses, uma biografia*, o jornalista A. C. Scartezini conta que o garoto costumava reunir os primos para exercitar a oratória. “Levava os meninos ao seu quarto, colocava-os como plateia para ouvir os discursos que ia improvisando”.

Depois de formado na Escola Normal de Lins, onde a família se radicara, Ulysses embarcou para a capital e passou no vestibular para a Faculdade

de Direito da Universidade de São Paulo, no Largo de São Francisco. Enquanto estudava, dava aulas de latim e história em colégios da cidade. Nas folgas, frequentava a casa do escritor Mário de Andrade, de quem foi aluno de piano. Em 1939, ganhou o título de Maior Prosador das Arcadas em um concurso promovido pela Academia Paulista de Letras.

A POLÍTICA Após intensa militância estudantil, como vice-presidente da UNE, no futebol, como presidente do Santos e como secretário da Federação Paulista de Futebol, ingressou na política no fim do Estado Novo. Elegeram-se deputado estadual pelo PSD à Assembleia Constituinte de São Paulo, em 1947, e destacou-se pela defesa dos municípios contra o excesso de arrecadação de tributos estaduais.



Tancredo Neves e Ulysses Guimarães em evento do PMDB, em 1984

A projeção nacional veio em 1950, aos 34 anos. Eleito deputado federal, Ulysses conquistou assento em uma Câmara que tinha entre seus integrantes veteranos como Afonso Arinos, Benedito Valadares e Bilac Pinto. Juntamente com o baiano Antônio Balbino e os mineiros Lúcio Bittencourt e Tancredo Neves, atuou na Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Vivenciou um dos períodos mais turbulentos da História republicana, que culminaria no suicídio de Getúlio Vargas, em agosto de 1954.

TRANSFORMAÇÕES O dia 2 de dezembro de 1954 marcou uma mudança profunda no perfil político de Ulysses Guimarães. Até então, como haveria de reconhecer mais tarde, fora um parlamentar inexpressivo, que vivia de pegar verbas e de fazer pequenos serviços para seus

Mortes como as do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, após serem torturados, comoveram o país. Por outro lado, o milagre econômico chegara ao fim e a crise alimentava a insatisfação social

eleitores. Ele conta como aconteceu o estalo que mudaria sua trajetória, dentro de um Chevrolet preto, quando tinha 38 anos.

“De repente, tomei consciência do que fazia naquele táxi. Enfrentando o calor do Rio de Janeiro de quase meio-dia, sobraçava minha pastinha de documentos para mais uma ronda pelos ministérios e repartições públicas, levando pedidos de prefeitos e elei-

tores. Naquele momento, decidi que não estava na política para ser um despachante, nem o Estado que eu imaginava tinha lugar para aquele tipo de política. Não importava que aquela fosse a medida de presunção brasileira da eficiência dos parlamentares. [...] O que queria da política era coisa bem diferente. Nunca mais voltaria àquelas peregrinações”.

Em fevereiro de 1955, casou-se com Ida de Almeida e Silva, a dona Mora, irmã de um amigo. Mora era viúva e tinha dois filhos: Tito Henrique e Celina, ainda crianças. Brincalhona, dona Mora fazia humor sobre o noivo na frente das amigas, às vésperas do casamento. “Fui casada com um homem bonito, elegante e rico. Não sei como será a vida com um homem feio, pobre e que não liga para a elegância”.

TRAÍÇÃO Eleito presidente da Câmara dos Deputados no início do governo de Juscelino Kubitschek (JK), Ulysses começou a se articular para disputar, em 1958, o Palácio dos Bandeirantes, primeiro passo para alcançar o sonho de sua vida: a Presidência da República. Enquanto isso, ele comandava um Parlamento dividido – de um lado, PSD e PTB, partidos da aliança governista; de outro, a UDN e sua Banda de Música, bloco parlamentar assim chamado porque, embora em minoria, seus integrantes faziam muito barulho na Casa. A Banda era liderada por Carlos Lacerda. Ulysses integrava a

Ala Moça do PSD – um grupo aguerrido de jovens deputados federais de posições nacionalistas e aliados do governo de Juscelino.

Por essa época, amargou uma traição de JK. Para fazer média com Jânio Quadros, candidato à sucessão à Presidência da República, Juscelino negou seu apoio a Ulysses, que acabou desistindo da candidatura. O episódio foi relatado pela esposa do ex-deputado ao jornalista Jorge Bastos Moreno, que o transcreveu em seu livro *A História de Mora – A Saga de Ulysses Guimarães*. Dois anos antes, Juscelino estimulava Ulysses a disputar o governo paulista.

A DITADURA Foi a partir do golpe militar de 1964 que Ulysses viveu os três grandes momentos de sua carreira. Não sem antes se envolver em uma polêmica: a suposta adesão à ruptura institucional. Em seu livro *O Governo Castello Branco*, o ex-senador Luiz Viana Filho conta que Ulysses, juntamente com alguns notáveis do Congresso, teria redigido uma proposta para cassar direitos políticos da cúpula janguista por 15 anos. Além disso, votara em Castello Branco no Colégio Eleitoral do Congresso para presidir o país.

“O doutor Ulysses morreu negando a participação naquele episódio. Atribuía isso a uma leviandade do Luiz Viana. Quanto ao Castello, ele foi eleito com os votos de praticamente todos os rema-



Em 2 de fevereiro de 1987 o deputado Ulysses Guimarães foi eleito para presidir a Assembleia Constituinte

nescentes do PSD. Naquele momento, Ulysses apoiou um presidente – ele mesmo repetia isso – cujo discurso de posse assinaria até hoje. Porque propunha a democracia, garantindo a sucessão pela via direta. Não era o discurso de um ditador”, justifica o jornalista Jorge Moreno, ex-assessor de Ulysses.

Não houve volta à democracia. Embora tivesse prometido, em seu discurso no Congresso, entregar o comando de “uma nação coesa”, ainda em 1965, a um sucessor “legitimamente eleito”, Castello cedeu às pressões da linha dura das Forças Armadas. O país começava a viver uma longa noite de obscurantismo. Mais de 400 políticos tiveram os mandatos cassados, entre eles João Goulart, Leonel Brizola e JK. Muitos foram condenados a intermináveis dias de exílio.

No ano seguinte, os militares extinguiram os partidos políticos e instituíram o bipartidarismo para dar uma aparência de legalidade ao regime militar. A Aliança Renovadora Nacional (Arena) reunia os defensores do regime e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) abrigava diversas correntes políticas de oposição com a proposta de lutar pela redemocratização do país. Era uma “oposição consentida” para legitimar um poder discricionário.

A ANTICANDIDATURA Reeito deputado federal em 1966 e 1970, Ulysses assumiu a presidência do MDB, em 1971, sucedendo o ex-senador Oscar Passos. Nesse meio tempo, os militares editaram o AI-5 e endureceram ainda mais o regime. Com a imprensa



censurada, telefones eram grampeados e opositores presos, torturados e assassinados nos porões da ditadura.

Em protesto contra a farsa da eleição presidencial promovida pelos militares, prevista para janeiro de 1974, Ulysses lançou sua candidatura à sucessão de Garrastazu Médici (1969-1974), tendo como vice o jornalista Barbosa Lima Sobrinho. “Não havia a menor chance de vencer, pois a Arena tinha mais de dois terços do Colégio Eleitoral. Por isso ele se autodenominou de anticandidato. Queria concorrer apenas para denunciar o sistema ditatorial”, observa o jornalista Elio Gaspari, no livro *A ditadura derrotada*.

Na convenção do MDB, Ulysses emocionou os correligionários ao final de um discurso primoroso. “Senhores convencionais, a caravela vai partir. As velas estão paridas de sonho, aladas de esperanças. O ideal está ao leme e o

“Não havia a menor chance de vencer, pois a Arena tinha mais de dois terços do Colégio Eleitoral. Por isso ele se autodenominou de anticandidato. Queria concorrer apenas para denunciar o sistema ditatorial”

Elio Gaspari, jornalista, no livro *A ditadura derrotada*

desconhecido se desata à frente. No cais alvoroçado, nossos opositores, como o velho do Restelo de todas as epopeias, com sua voz de Cassandra e seu olhar derrotista, sussurram as excelências do imobilismo e a invencibilidade do *establishment*. Conjuram que é hora de ficar e não de aventurar. Mas, no episódio, nossa carta de marear não

é a de Camões e sim a de Fernando Pessoa ao recordar o brado: Navegar é preciso. Viver não é preciso. Posto hoje no alto da gávea, espero em Deus que em breve possa gritar ao povo brasileiro: ‘Alvíssaras, meu capitão. Terra à vista!’ Sem sombra, medo ou pesadelo, à vista a terra limpa, abençoada da liberdade”.

Não houve terra à vista naquele momento histórico. A chapa governista, encabeçada pelo general Ernesto Geisel (1974-1979), venceu a eleição, como estava previsto. Mas a anticandidatura de Ulysses uniu e fortaleceu o MDB, que, naquela época, estava dividido em duas correntes – moderados e autênticos –, e encheu de esperanças os brasileiros com a antevisão da democracia. Como efeito colateral daquela anticandidatura, o MDB venceu as eleições legislativas de 1974. E ampliou ainda mais seus quadros no Congresso em 1978.

Naquela campanha eleitoral, Ulysses virou símbolo da resistência à ditadura ao enfrentar fuzis, baionetas, os cães da PM da Bahia e os cavalos das forças policiais de Recife. “Amigos, o MDB é como a clara: quanto mais bate, mais cresce. Os cães ladram, mas a caravana passa”, disse ele, na época.

AS DIRETAS JÁ A distensão “lenta, segura e gradual” de Geisel não evitou os excessos do regime. Mortes como as do jornalista Vladimir Herzog e do operário Manuel Fiel Filho, após serem torturados, comoveram o país.

Por outro lado, o milagre econômico chegara ao fim e a crise alimentava a insatisfação social. Ressurgia o movimento sindical. Greves agitavam o ABC paulista. O regime dava sinais de exaustão. Ainda assim, Geisel conseguiu fazer o sucessor no Colégio Eleitoral: o general João Batista Figueiredo.

A recessão profunda e a ampliação das liberdades democráticas marcaram o governo Figueiredo. A imprensa ganhou liberdade e os exilados voltaram ao Brasil com a Lei da Anistia. Mesmo assim, a linha-dura militar reagiu à distensão com sequestros e atentados a bomba. O Congresso, com o objetivo de barrar o avanço da oposição, aprovou a Nova Lei Orgânica dos Partidos. MDB e Arena foram extintos e deram lugar ao PMDB e ao PDS. Surgiram novas legendas e emergiram as diferenças ideológicas. Mas ainda havia um adversário comum: a ditadura militar.

Sob a liderança de Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, foram organizados comícios pelas eleições diretas para presidente em todas as capitais, com a participação dos partidos de oposição, sindicatos e demais organizações sociais. O comício do Rio de Janeiro, na Candelária, reuniu mais de um milhão de pessoas. O povo voltava às ruas e Ulysses ganhava o carinhoso apelido de Senhor Diretas. Era o segundo grande momento da carreira política do homem que, ainda menino, ficava fascinado ao ouvir o pai contar as histórias dos ex-presidentes da República.



Tancredo e Ulysses no plenário da Câmara, durante a campanha das Diretas Já, em abril de 1984

Sob a liderança de Ulysses, foram organizados comícios pelas eleições diretas para presidente em todas as capitais, com a participação dos partidos de oposição, sindicatos e demais organizações sociais

Apesar da grande mobilização popular, a Emenda Dante de Oliveira, que restabelecia as eleições presidenciais pelo voto popular, não passou no Congresso, ainda dominado pelo PDS. Mas estava dado o xeque-mate na ditadura. No dia 15 de janeiro de 1985, em uma aliança da oposição com a Frente Liberal, formada por



Ulysses Guimarães e o texto consolidado da Constituição, em abril de 1988

Cidadã por ser a mais avançada de todas, com destaque para o capítulo dos direitos sociais e de garantias da cidadania.

Na eleição presidencial de 1989, um ano depois, veio a segunda grande frustração da carreira do ex-deputado. Com apenas 4,4% dos votos, ele terminou a disputa pelo Palácio do Planalto em sétimo lugar. Não conseguiu superar a rejeição de seu partido, o PMDB, desgastado com os naufrágios dos planos econômicos lançados por José Sarney.

“A primeira razão da derrota foi a pulverização das forças de esquerda em várias candidaturas. Nunca deveríamos ter nos dividido tanto. Outra foi o fato de que Ulysses, embora político sério e bem intencionado, não tinha o carisma e a aceitação popular que tinha, por exemplo, Lula, já naquela época. O apoio quase unânime da grande mídia ao Collor também contribuiu para o insucesso da candidatura”, lembra Waldir Pires, companheiro de chapa de Ulysses e hoje vereador em Salvador.

dissidentes do PDS descontentes com a escolha de Paulo Maluf para concorrer ao cargo, o senador Tancredo Neves foi eleito presidente da República no Colégio Eleitoral, tendo como vice o também senador José Sarney, recém-filiado ao PFL – um partido político da Frente Liberal.

Tancredo morreu dias depois, sem tomar posse, e Ulysses, principal articulador da eleição do líder mineiro, resistiu à tentação de sentar na cadeira presidencial. Na ocasião, muitos parlamentares tentaram convencê-lo a assumir o cargo. Mas o velho democrata, disposto a chegar ao Palácio do Planalto pelo voto popular, defendeu a posse de Sarney. O senador maranhense era malvisto por todos os que se opuseram à ditadura e também pelos militares, que agora o tinham como um trãnsfuga, o que o

Em 1988 foi promulgada a sétima Constituição do país, que ganhou o apelido de Constituição Cidadã por ser a mais avançada de todas, com destaque para o capítulo dos direitos sociais e de garantias da cidadania

deixava dependente do aval político de Ulysses Guimarães.

A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ Dois anos e nove meses depois, o Brasil colheu o primeiro fruto da luta pela volta da democracia. Foi promulgada a Constituição de 1988, a sétima do país, que ganhou o apelido de Constituição

O BAQUE DA DERROTA A derrota foi um baque. No ano seguinte, Ulysses se reelegera deputado federal, mas teve menos de um décimo dos votos da campanha de 1986. E foi substituído na presidência do PMDB por Orestes Quéricia. A recuperação só veio em 1992, no processo que resultou no *impeachment* de Collor. Não via com bons olhos a cassação do mandato do



Ulysses discursa na promulgação da Constituinte, em 5 de outubro de 1988: “A Constituição é caracteristicamente o estatuto do homem. É sua marca de fábrica. O inimigo mortal do homem é a miséria. O estado de direito, conseqüência da igualdade, não pode conviver com estado de miséria. Mais miserável do que os miseráveis é a sociedade que não acaba com a miséria”

ex-presidente, mas mudou de posição com a evidência dos fatos e transformou seu gabinete no quartel-general da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI). Empenhou-se para que a votação fosse aberta.

Collor foi afastado do cargo pelo Senado no dia 2 de outubro de 1992. Dez dias depois, o helicóptero em que Ulysses viajava com a esposa, dona Mora, o amigo Severo Gomes e a esposa do ex-ministro, Anna Maria Henriqueta Marsiaj, caiu em alto-mar. Todos morreram, mas só o corpo do ex-deputado nunca foi achado. O mar,

onde o Ulysses do poema épico de Homero enfrentou sua Odisseia na volta a Ítaca, negava aos brasileiros o sepultamento do timoneiro que comandou o país, nas águas turvas da ditadura, ao porto seguro das liberdades democráticas.

No dia 26 de novembro, pouco mais de um mês depois daquela morte trágica, o peemedebista Pedro Simon fez uma homenagem ao velho comandante que emocionou os colegas no Senado. “Há um grande silêncio neste plenário. Há uma grande ausência nestas salas e corredores. Não obstante o silêncio

e a ausência, silêncio que perturba os nossos ouvidos, ausência que fere os nossos olhos, a voz forte de Ulysses Guimarães ecoa na consciência moral deste Parlamento, de nosso povo e do nosso tempo”.

Passados 24 anos de sua morte, o vazio que Ulysses deixou se tornou ainda maior. O enteado Tito Henrique imagina como o ex-deputado se sentiria diante do atual cenário político do país. “Se estivesse vivo, estaria indignado, como todo mundo, mas estaria empunhando a bandeira da reforma política, a coisa mais necessária hoje”. 



Adobe Stock

A coleta seletiva que traz dignidade, renda e proteção ambiental

Programa da Prefeitura de Novo Hamburgo ganha Prêmio ODM pelas práticas desenvolvidas para a gestão de resíduos sólidos com inclusão social e parceria com o município de Campo Bom

Carla Lisboa – Brasília



Dois anos após conquistar o Prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Prêmio ODM), da Organização das Nações Unidas (ONU), o Programa Catavida – Gestão Social de Resíduos Sólidos supera barreiras. Ele consolida, em Novo Hamburgo (RS), uma das políticas públicas mais difíceis instituídas no país: a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Criado em 2010 com cerca de quarenta catadores, o programa emprega hoje mais que o dobro de mão de obra. E tem projetos de expansão. Atualmente, conta com 95 catadores, distribuídos em três unidades, os quais chegam a receber salário mensal de até R\$ 1.500. A média salarial de catadores organizados nas 1.175 cooperativas existentes no Brasil não ultrapassa um salário mínimo e meio por mês.

Para a Prefeitura de Novo Hamburgo é uma grande vitória. Afinal, trata-se de uma das experiências de inclusão social e de cooperativismo com resíduos sólidos mais exitosas do país

**20%
a 25% das**
cooperativas que se formam conseguem
atingir um patamar de operação interessante

em uma área de difícil consolidação desse modelo de gestão. É também um exemplo de superação porque a Prefeitura tratou o problema dos resíduos sólidos e o da inclusão social como políticas de Estado e não como programa de governo.

“É uma experiência bem-sucedida em todos os sentidos. Sobretudo nessa área do cooperativismo, porque a mortalidade de empresas e cooperativas é muito alta no Brasil. Apenas entre 20% a 25% das cooperativas que se formam,

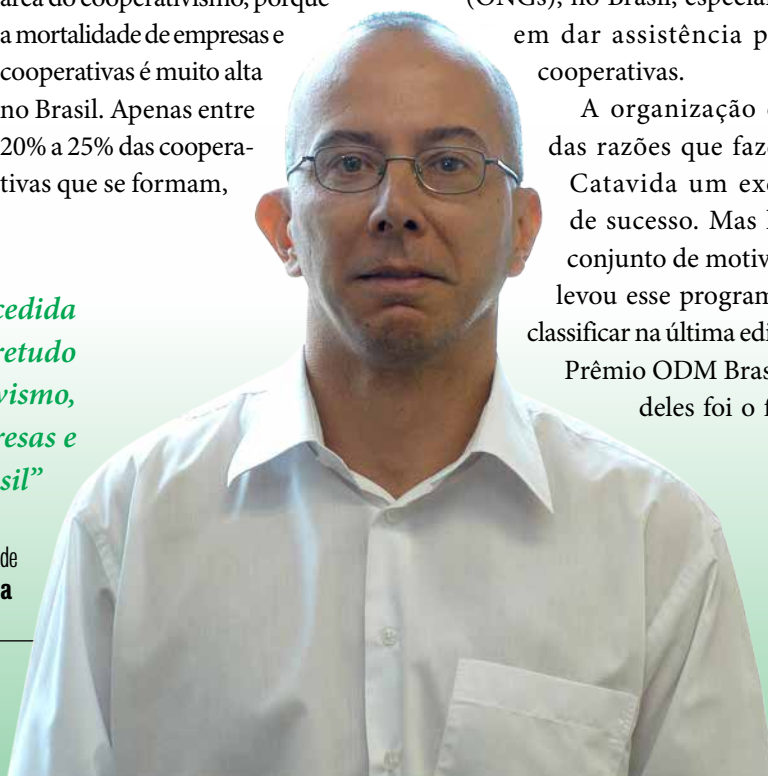
realmente, conseguem atingir um patamar de operação interessante por ser um tipo de empresa que, quando começa, se não funciona rapidamente, cria desânimo entre os cooperados e acaba. As pessoas abandonam”, observa Albino Rodrigues Alvarez, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**.

PROBLEMAS ESPECÍFICOS As cooperativas têm dificuldades próprias. Muitas vezes são conduzidas por pessoas sem experiência de trabalho organizado e enfrentam uma série de problemas específicos que fazem com que poucas prosperem e operem bem. Diante desse quadro, as que sobrevivem, em geral, tiveram alguma assistência na parte organizacional. Existem até Organizações Não Governamentais (ONGs), no Brasil, especializadas em dar assistência para as cooperativas.

A organização é uma das razões que fazem do Catavida um exemplo de sucesso. Mas há um conjunto de motivos que levou esse programa a se classificar na última edição do Prêmio ODM Brasil. Um deles foi o fato de

“É uma experiência bem-sucedida em todos os sentidos. Sobretudo nessa área do cooperativismo, porque a mortalidade de empresas e cooperativas é muito alta no Brasil”

Albino Rodrigues Alvarez, técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea**



POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM NÚMEROS (Levantamento do Ministério do Meio Ambiente de 2015)

DOS 5561 MUNICÍPIOS BRASILEIROS:



ter sido uma experiência desenvolvida a partir da parceria entre municípios – a Prefeitura de Novo Hamburgo e a Cooperativa de Construção Civil e Limpeza Urbana (Coolabore) do município de Campo Bom – e também ser replicável em outras localidades.

O programa de Novo Hamburgo pôs em curso um trabalho de gestão de resíduos sólidos que ensejou mudança conceitual sobre os temas dos catadores e dos resíduos sólidos na sociedade e entre os próprios trabalhadores.

O programa, por sua vez, coloca Novo Hamburgo numa etapa avançada de consolidação da Política e do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que a maioria dos municípios do país não conseguiu nem sequer implantar.

LIXÕES FECHADOS Aprovada em 2010, a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), criada para permitir o avanço necessário no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos, enfrenta sérios problemas para ser implantada.

Ela determinou que todos os lixões do país deveriam ter sido fechados até o dia 2 de agosto de 2014, o rejeito encaminhado para aterros sanitários adequados e, dentre outras ações, que os municípios deveriam elaborar seus respectivos planos para instituir a coleta seletiva.

Levantamento do Ministério do Meio Ambiente (MMA), de 2015,

mostra que 40% dos municípios brasileiros (2.215) depositam seus resíduos em aterros sanitários e 60% (3.346 municípios), em lixão e aterro controlado até hoje.

O estudo revela que 42% dos municípios (2.323) declararam ter planos de gestão integrada de resíduos sólidos, mas 58% (3.238), não têm plano. Que apenas 21% dos municípios (2.215) têm coleta seletiva e, dos resíduos coletados nesse grupo de municípios, apenas 1,8% é de fato reciclado. Aponta ainda que 79% dos municípios (3.346) não têm coleta seletiva.

O Projeto de Lei nº 2.289/2015, em tramitação no Congresso Nacional, prevê o estabelecimento de novo prazo para fechamento dos lixões: até 31 de



julho de 2018, para capitais e regiões metropolitanas se adequarem; até 31 de julho de 2019, para municípios com população superior a 100 mil habitantes. Para os municípios com população entre 50 mil e 100 mil habitantes, o prazo é até 31 de julho de 2020. E até 31 de julho de 2021 para aqueles com população inferior a 50 mil habitantes.

Levantamento do **Ipea**, de 2011, e outro do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, de 2013, dão conta de que uma pessoa produz, por dia, em média, 1,02 quilo de resíduos e que 600 mil catadores integram 1.175 cooperativas ou associações de catadores, distribuídas em 684 municípios.

A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA A gestão de resíduos sólidos de Novo Hamburgo era realizada por um atravessador, que usava uma cooperativa e a estrutura da Prefeitura para fazer negociações com

“Fizemos abordagens na rua para conhecer aquela realidade e verificamos que não se tratava de população de rua. Descobrimos que a maioria desse pessoal tinha residência”

Rúbia Goetz, assistente social do Catavida

o material coletado e mal remunerava os catadores. Em meados de 2009, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social passou a receber denúncias de que havia grande número de catadores no centro da cidade. Eram confundidos com a população de rua, pois grande parte deixava a periferia para coletar os resíduos no centro. Após a coleta, “passavam a noite pelas calçadas da cidade, protegendo o material coletado, e isso incomodava a população”, conta Rúbia Goetz, assistente social do Catavida.

As denúncias contra os catadores levaram os gestores públicos da Secretaria de Desenvolvimento Social a investigar a situação e a implantar uma iniciativa intersetorial envolvendo as Secretarias de Estado do Meio Ambiente, da Educação, do Trabalho, do Turismo e a própria Secretaria de Desenvolvimento Social.

“Fizemos abordagens na rua para conhecer aquela realidade e verificamos que não se tratava de população de rua. Descobrimos que a maioria desse pessoal tinha residência. Porém, usava a rua como lugar de trabalho pela ausência de um espaço formal, de uma estrutura de organização que pudesse absorvê-la na realização dessa atividade. A partir da identificação dessas pessoas, debruçamo-nos sobre como ocorria o trabalho com os resíduos da cidade”, conta a assistente social.

Segundo ela, os gestores públicos sabiam da existência de uma coleta convencional e que o resíduo seguia para alguma central da cidade. “Conhecemos essa central. Deparamo-nos com uma situação extremamente grave e identificamos uma série de direitos negligenciados”, diz Rúbia.

Segundo ela, a Prefeitura havia cedido espaço para uma cooperativa que atuava nessa central. “Mas ela não atendia aos conceitos de cooperativa. Tinha um dono, que organizava os trabalhos e pagava cerca de R\$ 100 mensais para as mulheres e R\$ 200 para os homens. O trabalho não era organizado. Não tinha maquinário. Não tinha Equipamento de Proteção Individual (EPI). Os catadores simplesmente subiam nas montanhas de resíduos e dali tiravam tanto o material quanto



Criado em 2010 com cerca de quarenta catadores, o programa emprega hoje mais que o dobro de mão de obra. E tem projetos de expansão. Atualmente, conta com 95 catadores, distribuídos em três unidades, os quais chegam a receber salário mensal de até R\$ 1.500

seu sustento. Muitos deles retiravam, até mesmo, a própria alimentação daquele resíduo”, lembra.

DENÚNCIAS Se a preocupação da comunidade era o incômodo de ver essa população praticamente morando nas calçadas do centro da cidade, a do poder público passou a ser outra. A Prefeitura percebeu que as denúncias revelavam um problema social mais grave, relacionado à ausência de dignidade e cidadania dos trabalhadores que sobrevivem da coleta de resíduos sólidos.

Observou que havia lacunas na efetivação de políticas públicas. A resposta a isso foi a criação de um grupo interdisciplinar de trabalho para

subsidiar a elaboração do Programa de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, fundamentado na Resolução nº 017/2001, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Consema). O grupo estudou o problema e pôs em curso estratégias de aproximação, como abordagens dos catadores de rua para a efetiva identificação deles; visitas à Central de Reciclagem no bairro de Roselândia para compreensão do processo de trabalho; e visitas às experiências exitosas realizadas em municípios da região para obter intercâmbios.

Uma das mais importantes metodologias foi a visita à Central de Reciclagem, na qual foi constatada uma profusão de negligências trabalhistas e sociais, como exploração de trabalho,

condições de trabalho subumanas e fortes indícios de uma metodologia totalmente em desacordo com os princípios do cooperativismo, confirmada por uma Comissão de Sindicância, o que levou ao cancelamento do Termo de Permissão de Uso do Local.

Depois disso, a Prefeitura investiu recursos na implantação de uma política pública de gestão de resíduos sólidos atrelada à inclusão social dos catadores e à melhoria da qualidade de vida e ambiental em Novo Hamburgo. Conseguiu verbas de emendas parlamentares federais. Boa parte dos equipamentos das atuais três unidades foi financiada pela Fundação Banco do Brasil, por meio de projetos de captação de recursos. Recebeu também dinheiro da Funasa e da vinculação de recursos

do Índice de Gestão Municipal dentro da política de assistência social que fomenta o empoderamento dos sujeitos e da inclusão no mercado de trabalho.

Paralelamente, estabeleceu contato com a Coolabore, da Prefeitura do município vizinho de Campo Bom, que passou a ser, a partir de junho de 2010, a responsável pela gestão da Central de Reciclagem de lixo. A Coolabore trouxe sua expertise e passou a ser a principal parceira da Prefeitura de Novo Hamburgo na execução do Programa Catavida. O resultado é que o governo de Novo Hamburgo contratou a Coolabore e até hoje a parceria segue firme, com repasses de recursos financeiros para

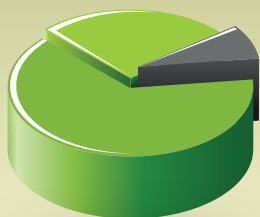
pagar o trabalho de triagem de resíduos. Além disso, os catadores que estavam em salas de aula foram todos vinculados ao trabalho.

AVANÇAR E AUMENTAR Novo Hamburgo produz, atualmente, 4,5 mil toneladas de resíduos sólidos por mês. Desse total, 160 mil toneladas já são processadas na central de reciclagem do Catavida. O intuito é avançar e aumentar cada vez mais esse número. As novas instalações ampliaram o número de toneladas a serem processadas e aumentaram a contratação de catadores.

“Atualmente, estamos com duas unidades conveniadas com a Coolabore.

Uma unidade com 60 e outra com 25 trabalhadores. Em 2016 tivemos uma inovação com a contratação de uma terceira cooperativa, a Univale, na qual temos – 10 trabalhadores. Ela está recentemente conosco implantando a sua unidade. Temos projetos para ampliá-la”, afirma Rúbia.

O Catavida tem entre seus atuais desafios a implantação de outras centrais de triagem apresentadas no plano de intervenção, a ampliação do projeto e a efetivação do Programa de Coleta Seletiva Solidária em todo o município. O objetivo geral é desenvolver ações integradas que abranjam a sustentabilidade social, econômica e ambiental, levando em conta as medidas



PROGRAMA CATAVIDA: RESULTADOS QUANTITATIVOS



240

catadores de
material reciclável
já certificados

100%

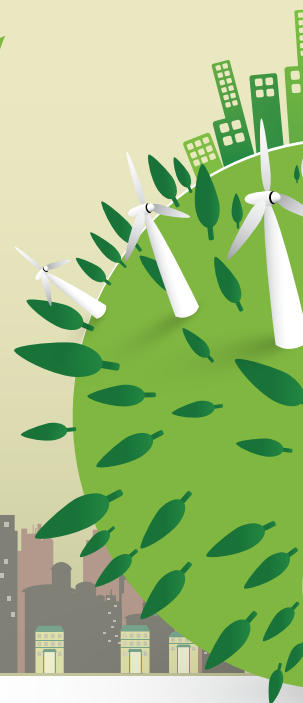
da sociedade
mapeados por
representações

85

trabalhadores saíram de um
patamar de R\$ 200 mensais
para cerca de R\$ 1.500

6%

de aproveitamento dos
resíduos sólidos
produzidos no município



de enfrentamento da questão social do lixo, desde a geração dos resíduos até o destino final, potencializando o trabalho dos catadores.

Apesar de o modelo de gestão de resíduos sólidos de Novo Hamburgo estar ainda em construção, nesses seis anos ele comprovou ser possível realizar um trabalho efetivo, capaz de romper com a lógica de trabalho setorial e fragmentado. Um documento do MMA sobre o Catavida ressalta os aspectos multiprofissional, intersetorial e interdisciplinar da iniciativa como características fundamentais que asseguraram os resultados exitosos e transformaram a atividade em exemplo para outros municípios.

Não é à toa que o projeto recebeu vários prêmios, como o Selo Cidade Cidadã 2011, da Câmara dos Deputados; o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2011; o 10º Prêmio Gestor Público 2011 do Sindifisco; o Prêmio Boas Práticas em Sustentabilidade Ambiental Urbana 2012, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente; o Prêmio Fundação Banco do Brasil de Tecnologia Social 2013; o Prêmio Objetivos do Milênio, da Secretaria da Presidência da República e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em maio de 2014.

“Talvez tenha sido essa ideia de intercâmbio com outra Prefeitura

que valeu o Prêmio ODM Brasil. Não é algo comum uma Prefeitura aproveitar uma experiência de outra. Aliás, um dos grandes problemas que temos com essas políticas públicas é que, às vezes, há certa rivalidade entre os municípios, principalmente entre os que são muito próximos. Mas não foi o que aconteceu nesse caso”, comenta Albino Rodrigues Alvarez, da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset), do **Ipea**.

CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS Na avaliação do técnico do **Ipea**, esse conjunto de ações administrativas e a



parceria com a Prefeitura do município vizinho contém o embrião do Plano Nacional de Resíduos Sólidos que prevê a formação de consórcios inter-municipais para a gestão de resíduos, prática que não tem se disseminado com a força necessária e enfrenta problemas para a sua expansão, dentre vários outros motivos, pelas grandes distâncias entre os municípios e pelas rivalidades político-partidárias entre gestores públicos de Prefeituras vizinhas.

“Novo Hamburgo e Campo Bom mostraram que é possível. A Prefeitura de Novo Hamburgo estabeleceu contato com a Coolabore e organizaram uma experiência vitoriosa da coleta com a expertise, o conhecimento e a experiência do pessoal de Campo Bom. E assim houve uma aproximação entre as secretarias de governo de Novo Hamburgo e a cooperativa de catadores de Campo Bom. Isso deu início ao processo. Esse foi o segredo que levou à instalação desse modelo de coleta e ao prêmio”, assegura Albino Alvarez.

Ele visitou o Catavida em 2013, juntamente com o também técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Sandro Pereira Silva, após o programa ser indicado como uma das iniciativas do Rio Grande do Sul para receber o Prêmio ODM Brasil. Albino Alvarez afirma que esse tipo de experiência vale para quase todo o país.

“É assim mesmo: começa pequeno, pelo centro da cidade, depois outro bairro e assim por diante. Quando estivemos lá, já havia 80 catadores. Esse processo de adesão é gradual porque, no primeiro contato, em geral, o catador tem certa resistência a fazer parte desse tipo de cooperativa, pois implica para ele certa organização, disciplina de trabalho e, entre outras coisas, uma disciplina até



A maioria de catadores é de mulher e, em razão disso, há uma divisão de trabalho bastante nítida: na esteira de separação trabalham as mulheres; muito aos poucos é que os homens vão começando a trabalhar na função de separar o lixo

no momento de receber a remuneração a que, às vezes, o catador de rua não está acostumado”.

PAPEL FEMININO O técnico do **Ipea** destaca o papel feminino na constituição das cooperativas. “É importante porque, em geral, começa com as mulheres. Elas são mais receptivas a essa novidade porque, normalmente, significa uma melhoria nas condições de trabalho, uma diminuição da violência do processo. A maioria, portanto, é de mulher e, em razão disso, há uma divisão de trabalho bastante nítida:

na esteira de separação trabalham as mulheres; muito aos poucos é que os homens vão começando a trabalhar nessa função de separar o lixo. Eles começam, normalmente, na parte mais pesada, a de enfiar o material, transportar, carregar e descarregar caminhão”, explica Alvarez.

Em 2014 já se percebiam os resultados positivos. “A renda em relação ao pessoal que trabalhava na cooperativa anterior, envolvida com sérias irregularidades, aumentou bastante. Antes, os poucos catadores recebiam em torno de R\$ 300 e, com a nova cooperativa, passaram para R\$ 1.500 por mês. Além da cooperativa, o Catavida desenvolveu várias ações de educação ambiental, estabeleceu parcerias com órgãos do governo, escolas públicas e privadas, com a rede empresarial e bancos para realizar uma triagem nos próprios locais, uma separação dos resíduos já na origem, a fim de facilitar o trabalho dos catadores”, comenta Sandro Pereira Silva.

Técnico de Planejamento e Pesquisa da Coordenação de Mercado de

Trabalho, na Diretoria de Política Social, Silva focou sua visita ao Catavida na verificação das condições de trabalho e geração de renda. “O que me chamou atenção, positivamente, foi o fato de que tinha uma cooperativa em outra cidade e que a de Novo Hamburgo era só de fachada, na qual havia um dono e poucas pessoas trabalhando numa central de triagem e uma renda muito baixa. Era uma pessoa que intermediava os contratos com a Prefeitura e existia desvio de recursos financeiros. O potencial da cooperativa estava totalmente comprometido”, lembra.

A superação dessa dificuldade foi uma das razões que o convenceram de que a Prefeitura de Novo Hamburgo merecia o Prêmio ODM Brasil. “Um pouco antes, em 2010, o governo federal, no último ano da gestão do ex-presidente Lula, aprovou a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Essa lei trouxe uma inovação grande porque permitiu às Prefeituras desenvolverem grupos de catadores em cooperativas ou associações nos programas em que se faz gestão de resíduos sólidos”, afirma.

Como esse tipo de serviço é de responsabilidade do Estado, Silva considera importante haver projetos inovadores nos municípios que sirvam de modelo para produzir outros projetos e sejam replicados em outros municípios para possibilitar melhorias em termos de gestão de resíduos sólidos. “Em Novo Hamburgo, uma cidade com mais de 250 mil habitantes, ou seja, relativamente grande e muito urbana, situada na Região Metropolitana de Porto Alegre, os impactos foram positivos, comprovados em números na época em que fomos lá, em 2013”, lembra. 



ATERROS SANITÁRIOS: CUSTOS E VALORES

Dados de 2007, da Fundação Getúlio Vargas e da Associação Brasileira de Empresas de Tratamento de Resíduos (Abetre), corrigidos pelo Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) até junho de 2014, mostram os custos da instalação dos aterros sanitários e os valores de implantação

**Custo de
implantação: 5%** do total de
investimentos
no aterro

**Custo de operação
e manutenção: 85%** do total de
investimentos
no aterro
(em uma vida útil de 20 anos)

**Custo de encerramento
e pós-encerramento: 10%** do total de
investimentos
no aterro

Valores estimados para implantação



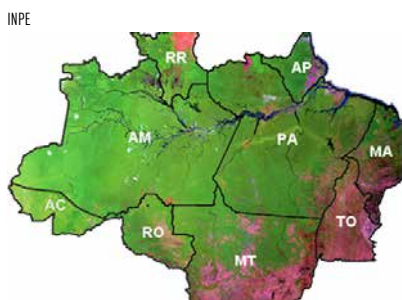
Aterro de pequeno
porte (100 t/dia):
R\$ 5,2 milhões



Aterro de médio
porte (800 t/dia):
R\$ 18,4 milhões



Aterro de grande
porte (2.000 t/dia):
R\$ 36,2 milhões



TECNOLOGIA

Brasil partilha monitoramento de florestas

Representantes do Peru, do Suriname e da Guiana participaram do curso internacional de Monitoramento de Florestas Tropicais oferecido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), no Centro Regional da Amazônia, em Belém (PA). O Brasil é o único país da região tropical que possui um programa de monitoramento de florestas. Pode, assim, partilhar com outros países a expertise para que eles consigam acompanhar e fiscalizar suas florestas. Alguns dos pontos fortes do monitoramento brasileiro são: a geração de imagens das florestas via satélite, o levantamento de informações sobre áreas desmatadas na Amazônia Legal e a qualificação do desflorestamento. Além disso, há o projeto Queimadas, que mapeia e monitora cicatrizes de áreas de incêndios florestais.

SUSTENTABILIDADE

Uso de palma na alimentação de animais

A criação de caprinos, como bodes e cabras, pode ficar mais barata e sustentável graças a uma descoberta do Instituto Nacional do Semiárido (Insa). A equipe percebeu que a ingestão da palma forrageira pelos animais reduz significativamente o consumo de água por parte deles. Isso se dá pelo fato de o alimento possuir aproximadamente 90% da sua composição de H₂O. Assim, o



consumo de água diminuiu em 61%. Durante a análise, os pesquisadores usaram três tipos de palma – orelha de elefante mexicana, doce miúda e baiana – misturadas a outros alimentos, como milho, farelo de soja e feno. O resultado apontou que a ingestão desse complemento ajudou também no ganho de peso dos animais.

DOCUMENTAÇÃO

Brasil possui acervo de 30 mil amostras de solo

A soloteca brasileira, pertencente à Embrapa Solos, no Rio de Janeiro, possui uma extensa documentação do solo brasileiro e africano. Com aproximadamente 30 mil amostras, o objetivo de guardar todo esse material é a possibilidade de realizar avaliações de mudanças temporais nos atributos do solo, estudos retrospectivos de balanço de nutrientes e poluentes, calibrar novos métodos de medida em relação aos tradicionais e possibilitar uma redução de custos. Criada em 1973, a soloteca passará por revitalização até



2018, quando ganhará um inventário digital para controle das amostras arquivadas, um banco de dados com trabalhos publicados, dados analíticos e morfológicos completos de perfis de solos estocados e um manual que estabelecerá regras de gestão, de seleção de amostras para estocagem e descarte, catalogação e política de uso.

Carnes poderão receber selo de certificação

Um dos principais fatores responsáveis pelo efeito estufa pode estar com os dias contados. A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desenvolveu um conceito batizado de Carne Carbono Neutro (CCN) e que passará a ter selo de certificação. O CCN consiste em introduzir árvores na criação de rebanhos bovinos. Sua presença neutraliza o metano entérico – exalado pelos animais –, que é um dos principais responsáveis pelos problemas do aquecimento global. A carne que for produzida levando em conta esse sistema poderá receber o selo mediante adoção ao protocolo CCN. Assim, espera-se um aumento na exportação de carnes, em especial para o mercado europeu.



Divulgação



ALIMENTAÇÃO

Hambúrgueres com menos gordura

A ingestão de alimentos balanceados e com menos gordura tem sido a cada dia mais incentivada por médicos e nutricionistas. Dessa forma, pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) desenvolveram um hambúrguer feito com fibra de abacaxi e óleo de canola como substitutos parciais de gordura. O produto, além de ter uma melhor qualidade nutricional, colabora para a redução de desperdício de alimentos, já que utiliza material que seria descartado pela indústria e, ainda, pode ser considerado um ingrediente promissor para a indústria, uma vez que está disponível e é de baixo custo. Quanto a benefícios nutricionais, o alimento com subprodutos de abacaxi e óleo de canola tem menos calorias, teor de gordura e de colesterol.

Divulgação



INOVAÇÃO

Clareamento dental com luz violeta

Pesquisadores do Instituto de Física de São Carlos (IFSC) da USP desenvolveram um estudo utilizando apenas luz violeta para o clareamento dentário e descobriram que esse recurso é tão eficaz quanto outros tratamentos. No entanto, uma vantagem é que sua utilização dispensa outros materiais, como o gel de peróxido aplicado junto com a luz ultravioleta, atualmente utilizado no tratamento de clareamento dentário. Os pesquisadores destacaram que há também uma redução no tempo do tratamento – atualmente de três sessões, com duração de aproximadamente quarenta minutos cada. Com a luz violeta, esse tempo cai para três sessões de trinta minutos, divididas em três semanas.

LIVRO ANALISA COMPLEXO DO ALEMÃO

A vida social e política do Complexo do Alemão é marcada por esperanças e frustrações desde que se iniciaram as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP). A atuação do Estado nessa região é analisada no livro *Vida Social e Política nas Favelas – pesquisas de campo no Complexo do Alemão*, trazendo uma abordagem da participação popular nos arranjos institucionais que possibilitam a formulação de políticas públicas para a região.

As análises partem da construção das favelas que fazem parte da comunidade, passando pelo papel das intervenções

do governo nesse processo histórico. Elas enfatizam arranjos institucionais, a participação do Estado e o envolvimento dos jovens com o tráfico de drogas. A publicação apresenta três dimensões que justificam a discussão sobre a relação entre juventude e o mundo do crime. A primeira é “o interesse em compreender como as dimensões da sociabilidade das favelas – moradia, lazer, afeto etc. – são vividas por esses jovens”. A segunda busca “entender os mecanismos de saída, retenção ou adesão dos jovens ao tráfico no contexto da UPP” e a terceira, por fim, busca “assimilar o olhar da rede de afeto sobre essas dimensões e processos de vida”.



POLÍTICA MONETÁRIA, FINANÇAS E CONSÓRCIOS PÚBLICOS

Um modelo que avalia o grau de compromisso entre a autoridade monetária e a estabilidade de preços foi apresentado na revista *Planejamento e Políticas Públicas* (PPP). Os autores, Gabriel Caldas Montes e Alexandre Curi, analisam que, quanto mais credibilidade houver nessa relação, “maior será o ganho em termos de controle inflacionário, bem como em termos de redução da volatilidade da taxa básica de juros”. E completam afirmando que a credibilidade da

autoridade monetária é crucial para a redução da inflação e da volatilidade da taxa de juros no Brasil.

Além desse tema, a primeira edição de 2016 da revista *PPP* apresenta doze artigos que versam sobre vários pontos relativos à ação governamental: política monetária, finanças públicas estaduais, políticas para o setor elétrico, consórcios públicos, políticas de desenvolvimento urbano e políticas de saúde e de educação.

JUVENTUDE BRASILEIRA POSSUI MAIORIA DE POBRES, NEGROS E MULHERES

O Brasil possuía, em 2013, uma população de 21 milhões de jovens. Mais da metade (64,87%) é negra, mulher (58%) e vive com renda menor do que um salário mínimo (83,5%). Esse perfil foi traçado pela pesquisadora do **Ipea** Enid Rocha, em um dos capítulos do livro *Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas*, que aborda também a expansão de iniciativas estatais voltadas para esse segmento, como educação, trabalho, segurança, esporte, cultura, tecnologias da informação e comunicação (TIC), saúde, empreendedorismo, direitos humanos e participação social.

O grau de escolaridade também foi analisado: 1,32% dos jovens com idade entre 15 e 17 anos não concluiu o ensino médio. A explicação pode estar na dificuldade de acesso à educação. Em 2010, no Nordeste, apenas 18,4% das pessoas entre 18 e 29 anos conseguiram entrar na universidade. Já no Sudeste esse número era de 48,5%.

A abordagem da juventude rural questionou pesquisas tradicionais sobre a migração do campo para a cidade. Os autores esclarecem que o estudo “representa uma contribuição para o conhecimento e a revalorização do mundo rural como um ‘modo particular de utilização do espaço e da vida social’”



ESTUDO ANALISA ESTRATÉGIA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO

Quais as vantagens brasileiras em termos de capacidades estatais perante outros países emergentes? Esse é um dos questionamentos colocados no livro *Capacidades Estatais em Países Emergentes – o Brasil em perspectiva comparada*, organizado pelo técnico de Planejamento e Pesquisa do **Ipea** Alexandre de Ávila Gomide.

O texto analisa as capacidades necessárias para o Estado alcançar um resultado satisfatório no desenvolvimento e as competências a serem estimuladas com o objetivo de promover o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Dividido em 14 capítulos, o livro faz uma análise comparada da ação do Estado em pontos estratégicos de países com dificuldades comuns em relação ao desenvolvimento. Foram escolhidos para estudo Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul (BRICS) e a Argentina. Essa análise possibilita aos Estados nacionais desenvolver “uma melhor formulação de estratégias, compreender o reequilíbrio de forças na ordem econômica mundial e o papel desempenhado pelo Estado em diferentes paradigmas de desenvolvimento”.

Humanizando o DESENVOLVIMENTO



Um grupo de mulheres empreendedoras em Uganda transformou seu domínio doméstico tradicional em um negócio de pequena escala. Usando habilidades empreendedoras, elas produzem vassouras feitas a partir de materiais locais e sustentáveis para venda na comunidade e no mercado regional, aumentando sua renda familiar e expandindo suas redes sociais. Mulheres poderosas são a pedra angular do desenvolvimento da comunidade e a chave para famílias saudáveis e prósperas. Foto: Azra Kacapor Nurkic

Como você vê o desenvolvimento? Como retratar uma face humana do desenvolvimento? Como os programas e iniciativas do desenvolvimento melhoram a vida das pessoas? A campanha mundial de fotografia *Humanizando o Desenvolvimento* busca mostrar e promover exemplos de pessoas vencendo a luta contra a pobreza, a marginalização e a exclusão social. A campanha chama a atenção para os sucessos obtidos como forma de contrabalançar as imagens

frequentes que mostram desolação e desespero. Uma galeria de fotos será permanentemente montada no escritório do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG) e aberta à visitação pública. Uma série de exposições fotográficas também será organizada em diversas cidades ao redor do mundo.

Temos o prazer de anunciar as 50 fotos selecionadas pela campanha. Gostaríamos de agradecer aos partici-

pantes de mais de 100 países que nos enviaram suas fotos e suas histórias e compartilharam sonhos e desafios. Agradecemos às instituições parceiras e membros do Comitê de Seleção por suas contribuições para a campanha. Todos vocês tornaram a campanha uma realidade e nos ajudaram a destacar e a promover o desenvolvimento por meio de novas lentes. Parabéns aos participantes.

Visite o site e veja algumas das fotografias da campanha: <http://www.ipc-undp.org/photo/>



SIMPLES DOMÉSTICO. É ÚNICO. É LEGAL.



O Simples Doméstico reúne os tributos previdenciários e trabalhistas num único boleto de pagamento. É praticidade para você que contrata e mais tranquilidade na relação patrão e empregado.

Acesse www.esocial.gov.br e saiba mais.

É O GOVERNO FEDERAL
TRABALHANDO PARA
O BRASIL AVANÇAR.

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

**O Programa Mais Médicos
é muito mais que médicos.
Você que sonha em ser médico,
esse é o caminho cheio
de oportunidades.**



- Mais 11.400 vagas para medicina até 2017.
- 5.200 vagas já autorizadas e um novo currículo de medicina.
- Expansão de vagas de residência médica em andamento. E, a partir de 2019, cada médico formado terá garantida a sua vaga de residência.

Acesse maismedicos.gov.br e informe-se sobre os novos cursos de medicina, vagas de graduação e residência médica.

O Brasil do Mais Médicos é o Brasil que cuida, educa e avança.

Uma Pátria Educadora se faz com mais acesso à educação.

Ministério da
Saúde

Ministério da
Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA